

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**MEMÓRIA SOCIAL DO BAIRRO DE JARDIM DA PENHA
DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES**

Priscila Silva de Oliveira

Vitória

2018

PRISCILA SILVA DE OLIVEIRA

**MEMÓRIA SOCIAL DO BAIRRO DE JARDIM DA PENHA
DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito parcial para obtenção do grau
de Doutora em Psicologia, sob a orientação da Profa.
Dra. Maria Cristina Smith Menandro.

UFES

Vitória, Agosto de 2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais da
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

O48m Oliveira, Priscila Silva de, 1979-
Memória social do bairro de Jardim da Penha do município de
Vitória-ES / Priscila Silva de Oliveira. – 2018.
253 f. : il.

Orientador: Maria Cristina Smith Menandro.
Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Memória coletiva – Jardim da Penha (Vitória, ES). 2.
Representações sociais. 3. Identidade social. I. Menandro, Maria
Cristina Smith, 1962-. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

Elaborado por Saulo de Jesus Peres – CRB-6 ES-676/O

MEMÓRIA SOCIAL DO BAIRRO DE JARDIM DA PENHA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES

PRISCILA SILVA DE OLIVEIRA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Aprovada em 05 de setembro de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cristina Smith Menandro - Orientadora
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Maria de Fatima de Souza Santos
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Luiz Gustavo Silva Souza
Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes

Profa. Dra. Zeidi Araújo Trindade
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Sabine Mantuan dos Santos Coutinho
Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO
EM PSICOLOGIA DA ALUNA PRISCILA SILVA DE OLIVEIRA**

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às treze horas e trinta minutos, na sala 101 do Ed. Professor Lídio de Souza (PPGP/CCHN/UFES), campus de Goiabeiras, em Vitória (ES), reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos professores Dr^a. Luziane Zacché Avellar, designada pelo Programa para substituir a professora orientadora, Dr^a. Maria Cristina Smith Menandro (PPGP/UFES), Dr^a. Maria de Fátima de Souza Santos (UFPE), Dr^a. Zeidi Araujo Trindade (UFES), Dr^a. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho (UFF) e Dr. Luiz Gustavo Silva Souza (UFF), sob a presidência da Professora Orientadora, para a sessão pública de defesa da Tese de Doutorado em Psicologia de **Priscila Silva de Oliveira**, intitulada **“Memória Social do Bairro Jardim de Penha do município de Vitória-ES”**. A presidente da sessão declarou abertos os trabalhos, anunciando que a candidata dispunha de trinta minutos para a exposição das ideias centrais da tese, cabendo a cada examinador igual tempo para arguição e, da mesma forma, para a resposta da doutoranda. Seguiram-se as arguições de cada examinador, com as respostas de todas as questões por parte da aluna. Encerrados os debates às dezessete horas e quarenta minutos, a Banca Examinadora recolheu-se por dez minutos, a fim de deliberar sobre o resultado. Os membros da Banca reunidos decidiram pela **APROVAÇÃO** da referida Tese e a presidente da sessão alertou que a aluna somente terá direito ao título de Doutor após entrega da versão final de sua tese, em papel e meio digital, à Secretaria do Programa. Nada mais havendo a acrescentar, eu, Prof^a. Dr^a. Luziane Zacché Avellar, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais componentes da Comissão e pela doutoranda.

Professora Doutora **Luziane Zacché Avellar** (Presidente PPGP/UFES/UFES)

Professora Doutora **Maria de Fátima de Souza Santos** (UFPE)

Professora Doutora **Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho** (UFF)

Professora Doutora **Zeidi Araujo Trindade** (UFES)

Professor Doutor **Luiz Gustavo Silva Souza** (UFF)

Doutoranda **Priscila Silva de Oliveira**

Em memória à minha amável mãe.
Sua ausência, que é presença, compõe em mim interferências sem fim.
Em meio a muitas saudades, é como tenho vivido.

A todo(a)s que estiveram comigo
ao longo desta jornada e que tornaram
possível este constructo.

AGRADECIMENTOS

Há uma diferença entre agradecer e gratidão. Agradecer é um ato de educação e de reconhecimento. Já a gratidão é uma espécie de virtude, uma filosofia de vida. Para Espinosa, “só os homens livres são muito gratos uns para com os outros. Só os homens livres se unem entre si pelo mais estreito laço de amizade por fazerem bem uns aos outros”. Portanto, é com base nessa definição, que expresso os meus múltiplos sentimentos de gratidão! É a potência do múltiplo que tornou possível este constructo.

Ao Grande Espírito, que como Força Maior, anima o viver!

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Cristina Smith Menandro, que sensivelmente produziu intervenções que ampliaram meus saberes! Nossa história iniciou-se no primeiro período da graduação e, anos depois, com indescritível maestria, acolheu-me em minhas diferenças e tropeços. Nos momentos de angústias e inquietações, foi sempre acolhedora e provocadora em acionar as potências transmutadoras de todos esses desassossegos. Gratidão por acompanhar-me em mais uma trajetória, por ter proporcionado a confiança, a autonomia e a liberdade de pensamentos necessárias e pelas intensivas contribuições que fez a este trabalho. Um tempo de convivência gratificante e que expandiu meus horizontes!

Ao Professor Dr. Paulo Rogério Meira Menandro, fonte de inspiração e sabedoria! Agradeço as colaborações, muito significativas, para a realização deste trabalho. Gratidão pela disponibilidade e generosidade, pelas ricas contribuições no Exame de Qualificação e durante as aulas!

À Professora Dra. Zeidi Araújo Trindade, com quem pude aproximar-me e muito aprender nesse tempo. Gratidão pelos aprendizados no Seminário de Pesquisa em Metodologia Científica. Agradeço as gentilezas e os livros doados!

Ao Professor Dr. Luiz Gustavo Silva Souza, amigo dos tempos de graduação. Além de ser um amigo que muito admiro, foi também um professor durante o curso de doutorado

no Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFES (PPGP/UFES) com quem muito aprendi. Agradeço pelas importantes contribuições feitas no Exame de Qualificação. Gratidão por todo o apoio e toda a força desde o início desta jornada!

À Professora Dra. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho, também amiga dos tempos de graduação, professora no PPGP/UFES e companheira de uma caminhada. Durante o período que trabalhamos na UNES, em Cachoeiro, pude construir grandes aprendizados com você. Nossas trajetórias continuaram encontrando-se nas aulas no PPGP/UFES, quando tive a oportunidade de ser sua aluna. Gratidão pelo muito que, ao longo desses anos, aprendi com você! Que nos reencontremos em outros espaços!

À Rebeca Valadão Bussinger, nossa aproximação durante o percurso do doutorado fortaleceu-me e reverbera em mim a potência de nossos encontros. Gratidão pelos aprendizados proporcionados no Seminário de Pesquisa em Processos Psicossociais!

Aos professores e aos servidores públicos da secretaria do PPGP/UFES, agradeço todo aprendizado e apoio prestados durante o curso de doutorado.

À Maria de Fatima de Souza Santos, membro da Banca de Defesa, pela gentileza e disponibilidade de contribuir com o trabalho.

Ao Professor Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira, do Departamento de História da UFES. Gratidão pela amizade permeada de cuidados e atenção! Agradeço por ter se colocado sempre disponível em apoiar este trabalho de diversas formas, por conversas e materiais sobre o objeto de estudo e métodos da História Oral.

À Tamiris e Cristyan, alunas da Graduação em Psicologia e orientadas por mim na Iniciação Científica. O companheirismo de vocês nas aventuras do pensar mobilizou forças e potências indescritíveis para a realização deste trabalho. Pude, com vocês, aprender e compartilhar o gosto de nossas apostas nesta complexa jornada. Um afeto

de alegria acontece quando uma afecção, que é esse estado de modificação de ser, nos leva para uma potência maior. Gratidão por elevarem-me a uma potência maior!

Ao Douglas, amigo e colaborador desta tese. Gratidão por todo seu companheirismo e sua prestimosa atenção em tudo de que necessitei! Agradeço por esse apoio ilimitado e pela nossa amizade!

Aos participantes da pesquisa que, gentilmente, contaram suas memórias e experiências com o bairro de Jardim da Penha, colocando suas lembranças a serviço desta pesquisa. À Professora Dra. Kirlla Cristhine Almeida Dornelas, coordenadora do curso de graduação em Psicologia na Multivix – Vitória. Gratidão por todo apoio e compreensão, pelas generosidades e pela amizade! Nossos encontros proporcionam aprendizados e fortalecem-me na atuação como docente. Agradeço por todo incentivo e disponibilidade em ajudar-me desde a seleção para o PPGP/UFES até a etapa final do curso de doutorado.

Aos alunos, especiais companheiros do exercício do pensamento ético-crítico.

A toda rede de amigos da turma do doutorado: Mônica, Kelly, Schwanny, Isabela, Eduardo, Dolores e Polyana, com os quais pude compartilhar esta jornada. Agradeço à Mônica que acompanhou um pouco mais de perto o desenvolvimento deste trabalho.

A todo(a)s da minha família, em especial, ao meu pai, aos meus inestimáveis tios, Josi e Nelo, à minha irmã Michelle, aos meus sobrinhos, Isaac e Lara, ao meu cunhado, Antônio, e às minhas primas e primos que compreenderam as minhas ausências, no período de elaboração da tese, e me apoiaram com todo amor e carinho.

À Julia, Laura, Tássyla, Cintia, Leila, Cristina, Mario César e Ruy que entenderam as minhas ausências necessárias para a realização do trabalho. Gratidão por todo apoio e pelas nossas amizades que aquecem o coração!

À Blanca, sempre ao meu lado!

Por fim, agradeço de modo especial ao Marlon, que no relicário imenso do nosso amor, não há palavras que expressem o meu sentimento de gratidão! Obrigada por estar sempre comigo desempenhando múltiplos papéis como meu amor, meu amigo, meu apoio na interlocução da pesquisa, minha inspiração! O horizonte anuncia com seu vitral a minha gratidão e o meu amor, que, de tão intensos, se pertificam no tempo.

Gratidão a todos que fizeram parte deste percurso!

A veneração do passado sempre me pareceu reacionária. [...]. Estuda-se história como se visita um museu; e esta coleção de múmias é uma fraude.

Eduardo Galeano

A ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação.

March Bloch

Quantas pessoas têm espírito crítico suficiente para discernir no que pensam a participação de outros, e para confessar para si mesmas que o mais das vezes nada acrescentam de seu?

Maurice Halbwachs

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	14
LISTA DE TABELAS	15
LISTA DE SIGLAS	16
RESUMO.....	17
ABSTRACT.....	20
APRESENTAÇÃO	23
1 - INTRODUÇÃO.....	27
1.1 RELEVÂNCIA DA PROBLEMÁTICA A SER INVESTIGADA E JUSTIFICATIVA DO OBJETO DE ESTUDO	27
1.2 A CIDADE DE VITÓRIA-ES E O CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO BAIRRO DE JARDIM DA PENHA	34
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	39
2.1 SOBRE O CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL.....	39
2.2 MEMÓRIAS HISTÓRICAS: OS LUGARES DE MEMÓRIA.....	45
2.3 MEMÓRIA GERACIONAL E O FENÔMENO SOCIAL DAS GERAÇÕES	53
2.4 ARTICULAÇÕES ENTRE MEMÓRIA SOCIAL, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADE SOCIAL	74
2.5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	76
2.6 IDENTIDADE SOCIAL DE LUGAR E IDENTIDADE SOCIAL URBANA	83
3 - OBJETIVOS.....	86
3.1 OBJETIVO GERAL	86
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	86
4 - METODOLOGIA	87
5 – ESTUDO 1 -MEMÓRIAS HISTÓRICAS DOCUMENTAIS E ORAIS DE JARDIM DA PENHA.....	90
5.1 MÉTODO.....	91
5.1.1 FONTES DE DADOS E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	91
5.1.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	97
5.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	100
5.2.1 A COMUNIDADE RELIGIOSA.....	100
5.2.2 A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE JARDIM DA PENHA (AMJAP).....	115
5.2.3 A ASSOCIAÇÃO PRAIANA OU CLUBE 106.....	126
5.2.4 OUTROS LUGARES DE MEMÓRIA: BLOCOS CARNAVALESCOS E A RUA DA LAMA.....	133
5.2.5 LEMBRANÇAS DE UM TEMPO BOM.....	138
5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
6 – ESTUDO 2 - MEMÓRIA GERACIONAL DE JARDIM DA PENHA.....	142

6.1 MÉTODO.....	143
6.1.1 PARTICIPANTES	143
6.1.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	148
6.1.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS.....	151
6.2 RESULTADOS	154
6.2.1 PERSPECTIVAS COMPARTILHADAS PELAS GERAÇÕES	158
6.2.2 GERAÇÃO 1 - 15 A 30 ANOS (JOVENS).....	165
6.2.3 GERAÇÃO 2 - 40 A 55 ANOS (ADULTOS).....	173
6.2.4 GERAÇÃO 3 - 65 A 80 ANOS (IDOSOS).....	181
6.3 DISCUSSÃO	190
6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS.....	214
APÊNDICE 1 - MAPAS ILUSTRATIVOS DO BAIRRO JARDIM DA PENHA.....	233
APÊNDICE 2 - AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	237
APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	239
APÊNDICE 4 - ROTEIRO 1 DE ENTREVISTA DAS MEMÓRIAS HISTÓRICAS ORAIS - INSTITUIÇÃO ASSOCIAÇÃO PRAIANA OU CLUBE 106	240
APÊNDICE 5 - ROTEIRO 2 DE ENTREVISTA DAS MEMÓRIAS HISTÓRICAS ORAIS - INSTITUIÇÃO COMUNIDADE RELIGIOSA.....	243
APÊNDICE 6 - ROTEIRO 3 DE ENTREVISTA DAS MEMÓRIAS HISTÓRICAS ORAIS – INSTITUIÇÃO AMJAP.....	246
APÊNDICE 7 - ROTEIRO DE ENTREVISTA DA MEMÓRIA GERACIONAL.....	249

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Praça Aníbal Anthero Martins no início da década de 1980	113
Figura 2 - 1º Churrasco para arrecadação de recursos para a construção da Igreja Matriz de Jardim da Penha	114
Figura 3 - Praça Wolgano Neto, conhecida como praça do Carone	118
Figura 4 - Imagem comparativa das edificações nos bairros Jardim da Penha, Praia do Canto e Mata da Praia	122
Figura 5 - Diferença de gabarito entre as edificações nos bairros Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi	122
Figura 6 - Baile no Clube 106, na década de 1980	129
Figura 7 - Bloco “Segura o Copo” no banho de mar na praia da Camburi e nas ruas de Jardim da Penha	134
Figura 8 - Bloco “Segura o copo” e fachada atual do Clube 106	136
Figura 9 - Contrastes "Positivo" e "Negativo" distribuídos nas subcategorias "Experiência urbana" e "Território político-administrativo"	187
Figura 10 - Jardim da Penha e bairros vizinhos	233
Figura 11 - Quatro praças de Jardim da Penha em destaque	234
Figura 12 - Praças da “Paróquia São Francisco de Assis” e da antiga “Flash Vídeo”	235
Figura 13 - Praças do “Carone” e do “EPA”	236

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Detalhamento dos objetivos e da metodologia dos dois estudos realizados Memória Histórica e Memória Geracional	89
Tabela 2 - Relação dos roteiros de pesquisa aplicados por Informante-Chave (IC)	98
Tabela 3 - Características gerais dos Informantes-Chave (IC)	100
Tabela 4 - Características gerais dos participantes moradores de Jardim da Penha	146
Tabela 5 - Características dos moradores em relação a Jardim da Penha	148
Tabela 6 - Frequência absoluta dos lugares importantes ou relevantes de JP para o morador	163
Tabela 7 - Frequência absoluta dos locais de lazer ou pontos de encontro de JP para o morador	164

LISTA DE SIGLAS

AMJAP	Associação de Moradores de Jardim da Penha
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
ES	Espírito Santo
IC	Informante-Chave
JP	Jardim da Penha
RCC	Renovação Carismática Católica

RESUMO

Fundamentada nos estudos da perspectiva psicossocial da memória, esta pesquisa investigou a memória social do bairro de Jardim da Penha, do município de Vitória-ES, construída por moradores, especificamente, sobre as décadas de 1970 e 1980. A metodologia, que compreendeu a análise qualitativa de três conjuntos de dados diferentes, utiliza uma abordagem multimétodo, com dois estudos principais: memórias históricas (documentais e orais) e memória geracional. O estudo das memórias históricas foi realizado com fontes documentais e com a aplicação de entrevistas individuais em profundidade com sete informantes-chave de lideranças que atuaram, nas décadas de 1970 e 1980, nas instituições consideradas como “lugares de memória” do bairro: Comunidade Religiosa, AMJAP e Clube 106. Objetivou-se, especificamente, descrever a história da formação de Jardim da Penha nesse período histórico e conhecer “lugares de memória” do bairro que ajudaram a construir as memórias sociais. Com relação ao instrumento, foram elaborados três diferentes roteiros de entrevista, divididos em três partes. A primeira refere-se à caracterização dos participantes. A segunda contém questões direcionadas ao processo histórico de urbanização de Vitória-ES e de Jardim da Penha. A terceira está relacionada ao eixo temático que orientou a investigação para cada instituição. O material documental e as entrevistas realizadas foram comparados e tratados em conjunto, formando um *corpus* de dados. A técnica de análise de conteúdo foi aplicada de modo a apreender os sentidos coletivamente desenvolvidos nas memórias históricas do bairro. Os resultados indicaram modos de sociabilidade comunitários e solidários que refletiram movimentos políticos reivindicatórios nas melhorias do bairro. Na segunda abordagem metodológica, ou

seja, no estudo da memória geracional, objetivou-se, especificamente: identificar e descrever a memória social de Jardim da Penha construída por três gerações de moradores, sobre as décadas de 1970 e 1980; investigar a construção social das memórias do bairro por pessoas que não viveram no período das décadas de 1970 e 1980, mas que tiveram informações dessa época através de outros; e identificar como os moradores representavam seu território, a fim de refletir sobre os processos de identificação social urbana. Foram realizadas entrevistas com a focalização de três coortes geracionais: sujeitos de 65 a 80 anos (idosos); de 40 a 55 anos (adultos); e de 15 a 30 anos (jovens). Participaram 30 moradores do bairro há pelo menos dois anos, sendo 10 de cada subgrupo geracional. A técnica utilizada para a coleta de dados foi entrevista individual em profundidade, realizada com base em um roteiro dividido em três partes. A primeira coletou dados sociodemográficos e a segunda e a terceira identificaram memórias e elementos descritivos de Jardim da Penha no passado e no presente. O conteúdo gerado nas 30 entrevistas foi analisado segundo a técnica de análise de conteúdo temática e permitiu o agrupamento das narrativas em quatro categorias: *Pertencimento*, *Contrastes*, *Diversidade* e *Funcionalidade*. Os resultados indicaram que os idosos interpretam o passado do bairro a partir de uma experiência com maior aspecto de *pertencimento* afetivo do que os mais jovens, que evocam suas memórias baseados no que lhes foi contado pelos mais velhos, atribuindo, ao bairro, um caráter mais de *funcionalidade*. A categoria *contrastes* prevaleceu entre os adultos de 40 a 55 anos. *Diversidade* foi uma categoria compartilhada pelas três gerações com menor frequência, mas ainda assim significativa. Os resultados sugerem uma dimensão afetiva que media a relação dos moradores com seu território e

construções de “o que é ser morador de Jardim da Penha”, baseadas nas transmissões entre gerações e nos modos de habitar e de relacionar-se com e no bairro. Identificou-se, também, uma representação social do referido bairro como um "lugar agradável e atraente", que funciona na manutenção da identidade grupal dos moradores, e que se ancora nas memórias sociais do bairro. A articulação dos dois estudos aponta que a memória social de Jardim da Penha, sobre as décadas de 1970 e 1980, ancora representações socioespaciais e processos identitários de pertencimento. O campo afetivo compartilhado relaciona-se aos sentidos de comunidade, solidariedade e família em Jardim da Penha, os quais vêm sofrendo interferências pelo desenvolvimento moderno do bairro.

Palavras-chave: memória social; memória histórica; memória geracional; representações socioespaciais; identidade social urbana.

ABSTRACT

Based on studies of the psychosocial perspective of memory, this research investigated the social memory of the suburb of Jardim da Penha in the city of Vitória-ES, built by residents, regarding 1970s and 1980s. The methodology, which included the qualitative analysis of three different datasets, uses a multi-method approach, with two main studies: historical memories (documentary and oral) and generational memory. The study of historical memories was carried out with documentary sources and with the application of in-depth individual interviews with seven key informants of leadership who acted in the 1970s and 1980s in the institutions considered as "places of memory" of the suburb: Religious Community, AMJAP and Clube 106. Specifically, the objective was to describe the history of the formation of Jardim da Penha in this period and to know "places of memory" of the suburb that helped to build social memories. Concerning the instrument, three different interview scripts were divided into three parts. The first one refers to the characterization of the participants. The second covers questions directed to the historical process of urbanization of Vitória-ES and Jardim da Penha. The third is related to the thematic axis that guided the research for each institution. The documentary material and interviews were compared and analyzed together, forming a *corpus* of data. The technique of content analysis was applied in order to apprehend the senses collectively developed in the historical memories of the suburb. The results indicated communitarian and solidary modes of sociability that expressed political movements in the improvement of the suburb. In the second methodological approach, that is, in the study of generational memory, the objective was to identify and describe the social memory of Jardim da Penha, built by three

generations of residents regarding 1970s and 1980s; to investigate the social construction of the memories of the suburb by people who did not live in the 1970s and 1980s but who had information from that time through others; and identify how the residents represented their territory in order to think about the processes of urban social identification. Three generational cohorts were interviewed: subjects aged 65 to 80 years (elderly); from 40 to 55 years (adults); and from 15 to 30 years (young people). Thirty residents (10 from each generational subgroup), who lived in the suburb for at least two years, participated. The technique used for the data collection was an individual in-depth interview based on a script divided into three parts. The first one collected sociodemographic data and the second and third identified memories and descriptive elements of Jardim da Penha in the past and present. The content generated in the 30 interviews was analyzed according to the thematic content analysis technique and allowed the grouping of narratives into four categories: Belonging, Contrasts, Diversity and Functionality. The results indicated that while elderly participants, based on their own experience, interpret the past of the suburb with a greater aspect of affective belonging, younger ones evoke their memories based on what they were told by their elders and give to the suburb an attribute of functionality. The contrasts category prevailed among adults aged 40 to 55 years. Despite being less frequent, the diversity category was shared by the three generations. The results suggest an affective dimension that mediates the relationship of the residents with their territory and constructions of "what a resident of Jardim da Penha is", based on the transmissions among generations and on the ways of living and relating to and in the suburb. A social representation of the suburb was also identified as a "pleasant and attractive place", which works to maintain the

group identity of the residents, and which is anchored in the social memories of the suburb. Both studies show that the social memory of Jardim da Penha, regarding 1970s and 1980s, anchors socio-spatial representations and identity processes of belonging. The shared affective field is related to the senses of community, solidarity, and family in Jardim da Penha, which have been interfering with the modern development of the suburb.

Keywords: social memory; historical memory; generational memory; sociospatial representations; urban social identity

APRESENTAÇÃO

A dimensão psicossocial no campo de estudos da memória social das cidades, relacionada às representações socioespaciais de um passado compartilhado e às mudanças engendradas pelo processo de urbanização no presente, é o eixo temático da presente pesquisa. Na confluência desse eixo, algumas questões delinearam-se ao longo dos anos na atuação como psicóloga e como docente: como pensar a relação da construção do ser vinculado ao seu *habitat* e sua história? Como os saberes psicológicos podem oferecer reflexões sobre o modo de ser e de viver na cidade? Quais os simbolismos dos nossos relacionamentos com o bairro, com a cidade que habitamos?

As cidades não são apenas um conceito geográfico, mas são também símbolos da existência, produtoras de sentidos heterogêneos e complexos do humano (Calvino, 1990/2002) e das sociabilidades. A interação dos aspectos psicossociais e sociofísicos, na perspectiva do simbolismo do espaço, evidencia o entorno como uma dimensão da identidade dos indivíduos, de modo a incluir os vínculos cognitivos e afetivos no espaço construído e compartilhado, como aponta Bomfim (2009).

A psicologia emergiu como disciplina científica no século XIX, no âmbito do processo de modernização da época, ou seja, vinculada ao mundo urbano. E essa modernização das cidades foi um dos elementos, dentre outros, que favoreceu a emergência das ciências em torno do homem. Contudo, é estranha a pequena dedicação desse campo de saber a essa área de estudos. São poucas e contemporâneas as investigações e reflexões sobre cidades, sobre as questões urbanas.

Em outras palavras, tradicionalmente, a psicologia e seus diferentes campos de conhecimento não se debruçaram em questões urbanas e ambientais como foco de estudo (Bomfim, 2009). Apenas recentemente é que "a noção do ambiente como uma construção social tem sido investigada em psicologia social e na psicologia ambiental, principalmente nas perspectivas psicossocial e histórico-cultural" (Bomfim, 2009, p. 163) trabalhadas por Denise Jodelet.

Pensar as cidades extrapola o contexto das discussões de mobilidade urbana, tema muito significativo, que, na atualidade, a psicologia do trânsito tem se debruçado. A perspectiva temática do presente estudo dialoga com os processos de planejamento e revitalização urbana em suas dimensões humanas.

Considerando-se, portanto, que as cidades caracterizam as sociedades complexas, Milgram (1970/2004, p. 01) faz questionamentos muito próximos às indagações que motivaram esta pesquisa: "[...] quais as contribuições que a psicologia pode oferecer para entender a experiência de viver nas cidades? Que teorias são relevantes? Como podemos estender nossos conhecimentos dos aspectos psicológicos da vida em cidade através de investigação empírica?"

A teoria das representações sociais apresenta-se como uma ferramenta conceitual de significativa referência para desvendar um pouco mais sobre o fenômeno da vida urbana e a compreensão do cenário psicossocial, abrangendo o movimento de correspondência entre cidade e existência de seus moradores. Jodelet (1982) cunhou a expressão "representações socioespaciais" para descrever representações sociais que diferentes sujeitos, individual (habitantes) e socialmente (atores sociais), desenvolvem em referência a espaços urbanos em várias escalas, desde a área da casa a territórios que incluem bairros, cidades,

estados, países ou mundo.

Sob a ótica socioespacial, ressalta-se a função da memória na elaboração da identidade e das identificações urbanas. E é no eixo de ligação entre as representações sociais e a memória social que este estudo é construído.

Tal como no passado, as cidades dos nossos dias são territórios de fecundas experimentações, conflitos, lugar de produção do diverso, do estranho, do estrangeiro, do familiar. Porém, essa rica fabricação urbana transforma-se em cenário e perde sua força sem o recurso da memória e da história, pois “os bairros têm não só uma fisionomia como uma biografia. O bairro tem sua infância, juventude, velhice. Suas histórias se misturam e nós começamos a enxergar nas ruas o que nunca víamos, mas nos contaram” (Bosi, 2003, pp. 73-74).

Considerando a atividade mnêmica como uma realização e uma determinação social e coletiva (Nascimento & Menandro, 2005b; Sá, 2005; Valencia, 2005), intenciona-se aqui refletir a respeito do que as pessoas pensam sobre o passado de seus territórios e como tais reminiscências produzem uma relação com o seu *habitat* no presente. Para Valentim e Trindade (2011), no âmbito de uma abordagem psicossocial, a posição do conceito de memória social pode ser referendada “como categoria organizadora de experiências e percepção, que ilumina esta capacidade de contínua reorganização da atividade representacional” (p. 62), possibilitando entender o hibridismo (Bhabha, 1998; Hall, 2006) de sua configuração.

Ainda, segundo as autoras (Valentim & Trindade, 2011), com base nos trabalhos de Halbwachs e Bartlett, a partir do pressuposto que posiciona o passado como reconstrução em função do presente, a forma de atualização dos conteúdos

recordados exerce importante papel para a composição da identidade social do grupo. Circunscrita nesse panorama, esta pesquisa tematiza a construção social da memória do bairro de Jardim da Penha do município de Vitória, estado do Espírito Santo (ES), referente ao período, especificamente, das décadas de 1970 e 1980.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 RELEVÂNCIA DA PROBLEMÁTICA A SER INVESTIGADA E JUSTIFICATIVA DO OBJETO DE ESTUDO

No contemporâneo, o tema das cidades e dos processos de urbanização vem sendo pauta das preocupações de esferas mundiais, nacionais e regionais. Segundo dados do relatório produzido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT, 2012), a taxa de urbanização no Brasil e nos países do Cone Sul chegará a 90% até 2020. Um dos países no mundo que mais rapidamente se urbanizou foi o Brasil. Em 50 anos, transformou-se de rural em um país eminentemente urbano, no qual 84,4% da população vivem em cidades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2011).

Como já mencionado, a história da psicologia é também parte da história sociocultural das cidades modernas (Carvalho, 2010), e a modernização das cidades foi abordada pelo "Seminário Nacional de Psicologia e Mobilidade: o espaço público como direito de todos", apoiado pelos Sistemas Conselho de Psicologia. Ao discutir mobilidade urbana, tal seminário produziu publicações que vêm apontando a preocupação de psicólogos nas relações sociais no contexto urbano (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2010).

Nesse cenário de expansão e complexificação das cidades, ações governamentais vêm sendo realizadas como, por exemplo, a regulamentação do capítulo sobre Política Urbana (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001) da Constituição Brasileira. O Estatuto da Cidade tem como princípios o planejamento participativo e a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (Lei n. 10.257, 2001). Desde então, fóruns de discussões sobre reforma urbana têm sido

realizados nas esferas nacionais e regionais, que problematizam melhorias para a vida urbana. Com perspectivas para um futuro melhor, o Estatuto da Cidade representa a preocupação de transformar a história de um passado que produziu uma urbanização predatória e desigual.

Desse modo, "recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes. A sobrevivência de um grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade; esta ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento" (Bosi, 2003, p. 76). Essa é uma problemática apontada por Bosi (2003) ao discutir as memórias da cidade de São Paulo.

As legislações têm sido formuladas parecendo abertas quanto à participação popular, entretanto, Bosi (2003, p. 76) questiona se "terão os vizinhos, através dos conselhos de bairro, direito de veto sobre uma indústria poluidora, barulhenta, sobre a verticalização de um bairro. Como será possível, numa prefeitura democrática, atuar junto ao Plano Diretor?"

Ao desenvolver um trabalho de pesquisa sobre as "Lembranças Paulistanas", a autora recolheu materiais a respeito da memória do tempo, do espaço, da política e do trabalho de velhos moradores de São Paulo, ressaltando a relevância de estudar a cidade por um viés tanto de sua representatividade como também de sua memória. "O conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que se será lembrado" (Bosi, 2003, p. 54).

No que diz respeito à abordagem psicossocial da memória, esta tem sido foco de interesse de psicólogos. Nesse âmbito, pode ser citada a extensa

investigação referente à memória social e coletiva sobre a qual a psicologia social tem se debruçado. Com o intuito de apontar aqui uma dessas investigações, cabe mencionar o livro *Psicologia Social e o estudo da Memória Histórica: O caso dos anos dourados no Brasil*, de Sá, Menandro, e Naiff (2013). Ao adotar a investigação de memórias populacionais e a seleção de cinco capitais brasileiras, a referida publicação (Sá, Menandro, & Naiff, 2013) aborda a complexidade dos fenômenos da memória em sociedade. O estudo desse material, que é de extrema riqueza na qualidade da informação científica, ratifica a relevância dos trabalhos da instância da memória social, bem como possibilita refletir os possíveis caminhos metodológicos nesse tema.

A pesquisa da memória social de cidades tem sido, no contemporâneo, trabalhada por alguns autores de diferentes áreas: história, sociologia, arquitetura, psicologia, dentre outros. "O movimento de recuperação da memória nas ciências humanas será moda acadêmica ou tem origem mais profunda como a necessidade de enraizamento? Do vínculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade" (Bosi, 2003, p. 16). A sistematização teórico-conceitual na perspectiva psicossocial das pesquisas de Sá et al. (2013) é um exemplo da abordagem que será adotada no presente trabalho. Sob esse prisma teórico-metodológico, também vale citar o estudo "Memórias e Representações Sociais da Cidade de Cuiabá, ao Longo de Três Gerações", desenvolvido por Pecora e Sá (2008).

Essas são algumas referências que podem confirmar que a abordagem psicossocial da memória¹ tem sido um tema de relevância na psicologia social.

¹ Mais adiante será melhor detalhada a fundamentação teórica da perspectiva psicossocial da memória que é basilar nesta tese. Os apontamentos realizados até agora foram apresentados apenas para justificar o objeto deste estudo e a relevância do tema.

Tendo em vista o que se expôs, justifica-se a proposta desta pesquisa: identificar como se construiu, se manteve e se atualiza a memória social (Sá, 2007) de um bairro específico do município de Vitória-ES por seus moradores.

Como o campo de estudos da perspectiva psicossocial da memória, por sua vez, não se dissocia das representações sociais e dos processos de identidade social, é importante destacar algumas das pesquisas remetentes ao eixo das “representações socioespaciais” (Jodelet, 1982). Em meados dos anos setenta, Jodelet e Milgram (1977) realizaram o estudo da representação socioespacial de Paris, construindo uma linha de investigação, cujas contribuições para a teoria das representações sociais têm, até a atualidade, abrangência de considerável relevância nos estudos sobre as cidades. Para Moscovici (2000/2013), esse

trabalho de Denise Jodelet, em colaboração com Stanley Milgram (Jodelet & Milgram, 1977; Milgram, 1984), [...] mostra que o espaço urbano, ou a matéria-prima do dia a dia, é totalmente determinado pelas representações e não é, de nenhum modo, tão artificial como estamos acostumados a crer. (p. 98)

Ainda no que tange aos frutos desse estudo das imagens sociais de Paris, De Alba² (2011) escreve:

² De Alba desenvolveu uma pesquisa sobre as representações sociais na Cidade do México com 60 moradores de diferentes regiões da cidade, homens e mulheres, com distintos níveis de escolaridade, os quais desenharam mapas mentais e participaram de entrevistas com o objetivo de identificar os elementos que caracterizavam essas representações.

Desde este estudo, o espaço geográfico tornou-se um objeto de investigação no campo da representação social, dando origem a reflexão sobre uma variedade de temas: a memória social ancorada no espaço (Haas, 1999, 2004; Haas & Jodelet, 2007); as experiências urbanas de moradores de grandes áreas metropolitanas que oscilam entre um passado histórico tradicional e uma modernidade que ameaça os vestígios do passado (De Alba, 2002; Rikou, 1997); mobilidade urbana (Abric & Morin, 1992); imagens turísticas de visitantes das grandes cidades europeias (De Rosa & D'Ambrosio, 2010); os imaginários sociais que emergem na fala e mapas cartográficos de territórios em diferentes escalas geográficas (Arruda & De Alba, 2007), para mencionar apenas alguns exemplos. (p. 29)³

No Brasil, há também alguns estudos que se desdobraram dessa vertente socioespacial buscando conhecer melhor como os indivíduos representam seu próprio território. Visando citar apenas alguns deles, vale mencionar que Bomfim (2003, 2005, 2008, 2009) tem pesquisado a categoria da afetividade e sua abrangência, na cidade e no mundo rural, como aspecto de conhecimento, percepção e de orientação do espaço na superação de dicotomias, promovendo a reflexão sobre a possibilidade de desenvolvimento de uma racionalidade ético-afetiva (Sawaia, 1995). A autora (Bomfim, 2003, 2005, 2008, 2009) apresenta uma preocupação na articulação cidade e afetividade enquanto eixo orientador na psicologia social e na psicologia ambiental.

³ A citação literal de texto em língua estrangeira foi traduzida pela autora da tese, a partir do original em inglês.

Há também que se destacar pesquisas sobre o estado do ES. Em um estudo intitulado "Representação social de capixaba: identidade em processo", Souza et al. (2012), ao abordarem a relação indivíduo-território de moradores da região metropolitana da Grande Vitória, destacam que “por ser recente a história de construção de uma identidade capixaba, parece oportuno o desenvolvimento de outras pesquisas com o objetivo de melhor conhecer as representações sociais sobre o estado e do seu povo” (p. 470).

Os caminhos deste estudo poderiam ser diversos considerando a temática das representações sociais sobre o ES e da população capixaba. Por focar a discussão na dimensão de sua face urbana, a seleção aqui realizada de um dos bairros da cidade de Vitória-ES, Jardim da Penha, deve-se ao fato de que “a trajetória de Jardim da Penha se insere no período eminentemente metropolitano da cidade de Vitória. O lastro de Jardim revela-se em sua face urbana, em seu pleno entrelaçamento com o advento da modernidade em Vitória” (Curry, 2001, p. 4).

Portanto, o bairro, hoje predominantemente urbano, foi e tem sido palco de um cenário de transformações históricas, culturais, sociais e econômicas. Entre essas transformações, Curry (2001) destacou:

Os maiores problemas de Jardim da Penha, segundo as reclamações que chegam à Associação de Moradores, são relacionados à segurança, meio ambiente, tráfego intenso de veículos [...] e má conservação das praças. A poluição já levou a Associação a entrar com ação pública, em 1986, contra

as empresas poluidoras estabelecidas na Praia de Camburi (p. 22)⁴.

Em pesquisa sobre o elemento simbólico das representações cognitivas individuais que os moradores de diversos bairros do Recife possuem de seus bairros, Monteiro (1995) aponta que o estudo sobre espaços da cidade possibilita a investigação de como as pessoas entendem a estrutura social da cidade permitindo relacioná-los a conceitos como identidade, atitudes e comportamentos perante a esses lugares. E citando obra de Milgram, ela escreveu:

O elemento mais básico na representação social da cidade é o bairro. O conceito de bairro reflete de modo geral a maneira de como organizamos o conhecimento da vida e da estrutura social: há bairros que são tanto bons como maus, são lugares da moda ou indesejáveis e sempre possuem conotações de algo econômico, étnico ou da característica racial de seus habitantes. De uma simples ideia de localização espacial o conceito de bairro vem embutido com propriedades derivadas de ideias fundamentais na hierarquia social. (Milgram, 1984 citado por Monteiro, 1995, p. 908)

A origem e a formação de uma identificação com um bairro estão presentes em dimensões diversas, tais como: territoriais (localização geográfica), sociais (relações e classe social), temporais (passado histórico), comportamentais

⁴ Esses problemas, apesar de terem sido abordados por Curry (2001) há 17 anos atrás, ainda hoje permanecem como dificuldades vivenciadas pelos habitantes do bairro. No que tange à questão da segurança pública, por exemplo, a matéria jornalística “As ruas do medo em Jardim da Penha” evidenciou que há anos a falta de segurança é uma problemática em Jardim da Penha (Sá, 2017). Na página eletrônica *Jardim da Penha online* (<http://www.jardimdapenhaonline.com.br>), arquivos da Associação de Moradores (AMJAP) destacam notícias a respeito da insegurança local.

(padrões sociais de comportamento comum), ideológicas e psicossociais (Valera & Pol, 1993). Vale lembrar que esse processo de construção de significados associados ao ambiente não é estático e, conforme apontam Valera e Pol (1993), todas as suas dimensões relacionam-se e influenciam-se mutuamente. Desse modo, tais apontamentos sugerem a relevância da problemática a ser investigada e justificam a escolha do objeto de estudo.

1.2 A CIDADE DE VITÓRIA-ES E O CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO BAIRRO DE JARDIM DA PENHA

Vitória, capital do Espírito Santo, é o centro da Região Metropolitana da Grande Vitória, que congrega mais seis municípios - Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha e Viana. Segundo informações do *site* oficial do IBGE⁵, a capital possui 327.801 habitantes. Vale lembrar que Vitória é uma das primeiras cidades do Brasil, fundada oficialmente em 8 de setembro de 1551. Passou a se chamar por esse nome devido à vitória dos portugueses sobre a acirrada batalha contra os índios Goitacazes, que nomearam o local de Ilha de Vitória. “Os índios chamavam a Ilha de Vitória de Guanaaní ou ‘Ilha do Mel’ pela beleza de sua geografia e amenidade do clima” (Prefeitura Municipal de Vitória [PMV], n.d.). Os moradores da capital foram inicialmente chamados de capixabas.

A formação do bairro de Jardim da Penha insere-se na dinâmica de rápida expansão e urbanização da cidade de Vitória na segunda metade do século XX e só pode ser compreendida como parte integrante do processo político-econômico que marca o estado do Espírito Santo como um todo. Para Campos Júnior (1996),

⁵ De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2011), a população do município de Vitória-ES estimada para 2017 era de 363.140 habitantes.

tanto o desenvolvimento tardio de Vitória quanto a sua intensa expansão no último século são elucidados quando postos em relação à configuração da divisão social do trabalho e das relações sociais de produção.

Com esse norte, o autor (Campos Júnior, 1996) aponta que o desenvolvimento tardio da cidade, no século XX, deve ser contextualizado pela baixa dinâmica de acumulação de excedentes da produção cafeeira local. Diferente de São Paulo, onde a exploração do trabalho nas fazendas de café produziu o que Cano (1983) chamou de “complexo industrial cafeeiro”, em Vitória não foi possível a concentração de grandes produções que gerassem ganhos de capitais aplicados no comércio e na indústria. Sendo assim, no início do século XX, Vitória ainda era uma cidade pouco dinâmica, guardando características físicas e funcionais dos tempos coloniais (Campos Júnior, 1996). Diante da falta de capacidade do setor privado, coube, inicialmente, ao governo do Estado do Espírito Santo, a elaboração de um projeto de expansão e modernização da cidade chamado Novo Arrabalde (Campos Júnior, 1996).

O Novo Arrabalde era um projeto de grande envergadura para a realidade de Vitória, naquele momento, basicamente restrita a uma parte do Centro. Elaborado no primeiro governo de Muniz Freire (1892-1896), almejava-se a expansão de Vitória para uma área cinco vezes maior do que a ocupada até então (Campos Júnior, 1996). O local, que era conhecido como região das praias, hoje corresponde aos bairros Praia do Canto, Praia do Suá, Praia de Santa Helena, Praia de Santa Lúcia, Bento Ferreira e Jucutuquara. As alterações no preço internacional do café limitaram o potencial de execução do Estado, que só conseguiu tornar o Novo Arrabalde viável na década de 1950 (Campos Júnior,

1996).

As reformas idealizadas por Muniz Freire incluíam, também, a transformação da cidade em um grande centro comercial. Para isso foram realizadas obras que concentraram a exportação do café capixaba no Porto de Vitória (Campos Júnior, 1996). A cidade passou, de fato, por um modesto processo de modernização e expansão. No entanto, em vez de transformar as relações de produção, as mudanças conduzidas reforçaram o modelo agrário-exportador (A. R. V. V. Pereira, 2011).

A chegada da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na década de 1940, inseriu Vitória no que se convencionou chamar de 2ª Revolução Industrial (A. R. V. V. Pereira, 2011). A empresa era uma sociedade de economia mista e tinha como incumbência a extração e o transporte do minério de ferro. Entre as décadas de 1960 e 1980, passou por um intenso processo de expansão, criando o Porto de Tubarão e a Companhia Siderúrgica de Tubarão.

Segundo A. R. V. V. Pereira (2011), esse processo de expansão da CVRD e de suas subsidiárias engendrou efeitos extremamente negativos para a região da Grande Vitória. A ausência de planejamentos que considerassem os efeitos sociais de sua inserção produziu: imigração excessiva; ocupação desordenada (favelização); problemas ambientais e surto de criminalidade (A. R. V. V. Pereira, 2011). Os recursos estatais que deveriam ser destinados à crescente demanda por serviços públicos eram redirecionados para suprir as demandas logísticas das grandes empresas (A. R. V. V. Pereira, 2011). Somado a isso, essas ainda gozavam de mecanismos de isenção fiscal, o que agravava ainda mais a situação fiscal do Estado e, conseqüentemente, as condições de vida da população da

Grande Vitória (A. R. V. V. Pereira, 2011).

A trajetória do bairro de Jardim da Penha contextualiza-se nesse cenário, auge das transformações econômicas, com os problemas trazidos por ela, e da mudança do setor imobiliário do Centro para a região norte da ilha. Na sua ocupação, "a Universidade Federal do Espírito Santo foi pioneira, junto com os armazéns de café [o Instituto Brasileiro de Café] e outros grãos, espalhados ao longo da Avenida Fernando Ferrari. Dali em direção ao mar, um deserto de verde" (Curry, 2001, p. 7). E essa é a origem do nome do bairro. "Era da Penha, a Nossa Senhora dos capixabas, aquele jardim feito de cajueiros, goiabeiras, araçás, aroeiras, palmerinhas e até bromélias e orquídeas, entre piscinas de areia" (Curry, 2001, p. 7). E assim, o nome ficou "Jardim da Penha".

Em "Jardim da Penha", Andréia Curry (2001) descreve a história do bairro e seu texto compôs um dos volumes da coleção Elmo Elton chamada *Relatos sobre a história de bairros da cidade*, material que foi produzido pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória. Nesse texto, encontram-se breves relatos sobre o loteamento; sobre as 106 primeiras casas e curtos relatos de famílias que para lá mudaram nas décadas de 1960 e 1970; o projeto de algumas mulheres das 106 casas para montar uma espécie de centro de convivência, que mais tarde passou a se chamar Clube 106; os encontros nesse espaço para a formação do primeiro bloco de carnaval; a primeira igreja do bairro, "São Francisco de Assis"; a formação da Associação dos Moradores em 1984; a história da feirinha (feira-livre) dos sábados que começou com o início do bairro e até hoje continua sendo realizada; a história dos bares e botecos como pontos de encontro, por exemplo, dos "coroas", ainda hoje, tão conhecidos; dentre outras memórias sobre o passado de Jardim da

Penha.

Portanto, o marco histórico que se pretende adotar, na presente pesquisa, refere-se ao período do início da urbanização do bairro na década de 1970. A proposta que circunscreve esse estudo é investigar como, desde os primeiros moradores, a memória social desse bairro se construiu, se manteve e se atualiza (Sá, 2007).

Em 1970, ocorreram as construções do conjunto habitacional dos bancários. De acordo com Curry (2001, p. 16), "dois anos mais tarde, o conjunto Solar, o conjunto dos Estados. Todos eles embalados pelos grandes projetos industriais que mudaram o perfil do Espírito Santo: construção da Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), ampliação da Vale, instalação da Aracruz, etc.".

De 1980 a 1990, foi intenso o crescimento do bairro. Dos primeiros conjuntos e edifícios à "rápida expansão que chegava a trazer para o bairro mil novos moradores por ano" (Curry, 2001, p. 21). Até chegar à estimativa atual de 11.445 unidades habitacionais e 30.571 moradores, segundo os dados do censo demográfico de 2010 (PMV, 2013). É nesse cenário que as memórias das primeiras 106 famílias se misturam a muitas outras memórias vividas mais recentemente.

A fim de aproximar o leitor do ambiente físico de Jardim da Penha, que será referenciado ao longo desta tese, mapas ilustrativos do bairro no presente são apresentados no Apêndice 1. Especialmente para aqueles pouco familiarizados ou que não conhecem a região, consultá-los pode auxiliar na localização espacial, bem como na compreensão das experiências narradas por moradores.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SOBRE O CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL

A fundamentação teórico-conceitual desta pesquisa baseia-se nos estudos da perspectiva psicossocial da memória produzidos por Celso Pereira de Sá (2005, 2007, 2012) a partir dos trabalhos de Maurice Halbwachs (1950/2012) e Frederic Charles Bartlett (1932/1995). Do mesmo modo, as contribuições feitas por outros autores que buscam desenvolver uma sistematização conceitual, teórica e metodológica para a pesquisa psicossocial da memória foram consideradas.

A relação das concepções halbwachianas com as de F. C. Bartlett pode, resumidamente, ser dita do seguinte modo: M. Halbwachs, sociólogo, enfatiza a memória *do* grupo; por outro lado, F. C. Bartlett, psicólogo, focaliza sua análise da memória *no* grupo. A diferença das preposições *do* e *no*, sugerem inflexões metodológicas e epistemológicas distintas sobre a memória. Ambos compreendem a memória como social, todavia, F. C. Bartlett centra suas análises naquilo que M. Halbwachs parece não ter se debruçado: o caráter cognitivo do como as memórias são apropriadas nos grupos sociais. Embora M. Halbwachs e F. C. Bartlett possam ser comparados e criticados em suas discrepâncias

por não terem superado os vieses de suas respectivas tradições acadêmicas, chegando próximo ao sociologismo num caso e ao psicologismo no outro, deve-se a ambos a introdução de uma perspectiva construtivista básica, de natureza psicossocial, nos estudos sobre a memória. (Sá, 2005, p.66)

Na psicologia, a memória tem sido objeto da pesquisa experimental de processos básicos do comportamento, da teoria psicanalítica, cognitiva, etc. Segundo Sá (2007, p. 290), “a memória tem sido tema intensamente explorado pela filosofia e hoje é um conceito maior das ciências da cognição, das neurociências e da informática”. Para o referido autor, apesar da psicologia social ter desencadeado, de modo pioneiro, através dos trabalhos de F. C. Bartlett, na década de 1930, uma “investigação da memória no microcosmo social da vida no cotidiano” (Sá, 2007, p. 290), apenas recentemente essa disciplina aliou-se a outras áreas das ciências humanas, que também, há pouco tempo, retomaram esse estudo.

Nessa perspectiva, ressalta-se que a psicologia social tem apresentado uma preocupação em examinar as variadas origens e níveis de análise das diferentes formulações sobre a memória e sua pertinência aos aspectos psicossociais. Acompanhando os percursos de Sá na sistematização conceitual, teórica e metodológica para a pesquisa psicossocial da memória, o referido autor (Sá, 2012) aponta que a expressão de uma “psicologia social de memória” foi utilizada, em 1963, por Stoetzel (1976 citado por Sá, 2012, p. 46) em seu manual de psicologia social. Sá (2012) menciona os trabalhos de Bosi (1994), no Brasil, sobre as “lembranças de velhos” e de Jodelet (1992), na Europa, sobre as “memórias de massa”.

Com ênfase, portanto, nos trabalhos de M. Halbwachs e de F. C. Bartlett e a partir da seleção, análise e articulação de teorias e conceitos de distintas bases disciplinares, Sá (2005, 2007) designa três principais orientações para a caracterizar o campo de estudos psicossociais da memória. São elas: (a) o termo

“memória social” como uma expressão “guarda-chuva” para especificar o conjunto dos fenômenos psicossociais da memória; (b) a definição de cinco princípios unificadores do campo da memória social, a ser considerada pela perspectiva psicossocial; e (c) o mapeamento das variadas instâncias/tipologias da memória social, as quais estão designadas no plural para indicar “que podem comportar, e normalmente o fazem, fenômenos ou objetos de estudo bastante variados” (Sá, 2005, p. 73).

A relevância da discussão da adjetivação social na conceituação da memória remete-se ao posicionamento de Halbwachs (1950/2012) quanto à maior valorização da memória coletiva em relação à memória individual. Na perspectiva desse sociólogo francês, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs, 1950/2012, p. 69), e esse ponto de vista muda de acordo com o lugar que o indivíduo ali ocupa e esse mesmo lugar muda conforme as relações que são mantidas com outros ambientes.

Trata-se de uma dimensão da memória que ultrapassa a esfera individual, considerando que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas e que toda lembrança é uma combinação complexa de influências de natureza social. As lembranças, portanto, permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de episódios em que somente o indivíduo esteja envolvido e objetos que apenas ele tenha visto (Halbwachs, 1950/2012). Isso porque um indivíduo está sempre inserido em grupo social e sua condição de ser é relacional aos outros.

Conforme Durkheim (1970) fez na formulação das representações que o conduziu a designá-las como representações individuais e coletivas, Halbwachs, como seu discípulo, também imprimiu, em seus trabalhos sobre memória, as

dimensões individuais e coletivas. Porém uma diferença é significativa entre o mestre e o discípulo: para Durkheim (1970), as representações coletivas estão ligadas à tradição e não se transformam ao longo do percurso histórico, enquanto que, para Halbwachs (1950/2012), a memória coletiva é um processo de reconstrução do passado e “tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (p.106).

A ênfase sobre a instância grupal permitiu a Halbwachs realçar o processo dinâmico de construção da memória. Segundo Sá (2005), “esse efeito de superdeterminação grupal é nitidamente uma forma de funcionamento da memória social” (p. 66) e considera, portanto, os aspectos mais amplamente sociais do fenômeno da memória.

Jedlowski (2001), na preocupação de uma atualização do pensamento de Halbwachs, define a memória coletiva como “um conjunto de representações sociais acerca do passado que cada grupo produz, institucionaliza, guarda e transmite através da interação de seus membros” (p. 33). É possível, então, inferir que o termo coletivo utilizado por Halbwachs aproxima-se da concepção adotada por Moscovici (2000/2013) na designação das representações sociais. Uma observação, nesse ponto, é pertinente: Halbwachs (1950/2012) seguiu os percursos de Durkheim (1970) no que diz respeito as representações coletivas para construir seu trabalho sobre memória coletiva. De modo análogo, também o fez Moscovici (2000/2013), que se baseou em Durkheim (1970) para elaborar a teoria das representações sociais.

Em outras palavras, as significativas adaptações feitas por Moscovici (2000/2013) na perspectiva das representações sociais, tal como ocorreu com

Halbwachs (1950/2012), também derivaram de uma noção sociológica anterior: as “representações coletivas” de Durkheim. Sob esse prisma, o conceito de memória coletiva apresenta dificuldades similares como o de representações sociais (Moscovici, 2000/2013) apresenta para a complexa e controvertida noção de grupo social. Apesar dessas dificuldades, somadas a tantas outras produzidas pelas mudanças da sociedade, desde que foi elaborado por M. Halbwachs, o conceito de memória coletiva, tal como inscrito no mapeamento de instâncias proposto por Sá (2007, 2012), revela-se como um significativo instrumento para o estudo da memória na perspectiva psicossocial.

A expressão empregada por Halbwachs (1950/2012), “memória coletiva”, foi, então, conservada por Sá como uma instância da memória social e utilizada para designar “as memórias que são, em seu processo de construção ou reconstrução, objeto de discursos e práticas coletivas por parte de grupos sociais razoavelmente bem definidos” (Sá, 2005, p.75). Ao usar essa terminologia, “grupos sociais razoavelmente bem definidos”, Sá (2005) destaca a preocupação com as limitações que a noção de grupo social colocaria ao estudo da memória em sociedade.

Segundo o autor, a escolha do termo memória social “dá conta dos quadros sociais que condicionam a memória sem situá-la obrigatoriamente em um dado grupo, cujos limites – geográficos e temporais, dentre outros – teriam que ser especificados, caso se adotasse a noção em sentido restrito” (Sá, 2005, p. 76). Por isso, o termo “memória social” foi adotado como uma expressão “guarda-chuva” para especificar o conjunto dos fenômenos psicossociais da memória.

Diante do caráter complexo e multifacetado dos estudos da memória social, Sá (2005, 2007, 2012) e Sá e Möller (2012) descrevem a influência unificadora

básica recebida pelos trabalhos de M. Halbwachs e F. C. Bartlett. Tais princípios unificam perspectivas atuais e são condições para um olhar psicossociológico.

Seguindo os trajetos de Sá, resumidamente, o primeiro princípio unificador nesse campo, de caráter construtivista e não-psicologista, aponta que a memória social não se trata de recuperação de informação armazenada de forma intacta, e sim de uma construção do passado que é também determinada por fatores sociais e situacionais do presente. O segundo princípio, do não-sociologismo, considera que a memória não é sediada em instâncias coletivas (grupo, instituições, sociedade). Ela é sediada na pessoa que se lembra, tem por apoio seu corpo e seu sistema nervoso, que, por sua vez, são “imersos no social” (Sá, 2007). Vale ressaltar que isso não implica negligenciar as formas coletivas ou sociais de “materialização” da memória (Sá, 2007).

O terceiro princípio refere-se à interação e à comunicação sociais como processos construtores da memória social. Sá (2007) aponta que o que torna esse princípio de interesse especial para a perspectiva psicossocial é que a construção, a manutenção e a atualização da memória social, mesmo nas manifestações mais pessoais, estão na dependência da interação e da comunicação “intra e/ou intergrupar, erudita e/ou de massa – que, pelo seu caráter atual, dão fundamento à tese da reconstrução do passado em função das necessidades e interesses do presente” (Sá, 2007, p. 291).

O quarto princípio, associado ao anterior, é de homologia entre memória e pensamento social. Lembrar-se e saber sobre são indistinguíveis. O quinto princípio resgata uma outra proposição comum a Halbwachs e a Bartlett, a do interesse afetivo e da motivação como processos construtores da memória social.

Ainda no que tange à sistematização do estudo psicossocial da memória, Sá (2005, 2007, 2012) e Sá e Möller (2012) apontam um "mapeamento das diversas instâncias do fenômeno genérico da memória social" (Sá & Möller, 2012, p. 73). São elas: memórias pessoais (memórias autobiográficas), memórias comuns (memórias geracionais), memórias coletivas, memórias históricas documentais, memórias históricas orais, memórias práticas e memórias públicas.

O presente trabalho privilegia a instância das memórias históricas – documentais e orais – e das memórias comuns – memória geracional. A seguir, será abordada a relação entre memória e história e os “lugares de memória”, sob a ótica de Nora (1993). E, posteriormente, no que diz respeito às memórias comuns – memórias geracionais –, será abordado o fenômeno das gerações na perspectiva sociológica de Mannheim (1952/1982).

2.2 MEMÓRIAS HISTÓRICAS: OS LUGARES DE MEMÓRIA

São múltiplas as relações e os contrastes entre memória e história. Suas diferenciações e diálogos foram e são estudados por diversos autores, como: Le Goff (1990), Nora (1993), Ricoeur (1996, 2000), Pollak (1989), Halbwachs (1950/2012), dentre outros. Trata-se de uma interação complexa e que se interpenetra. Quais são, então, as aproximações e os distanciamentos entre a história e a memória?

As aproximações entre história e memória podem ser delineadas pelo presentismo, a seletividade das fontes, a busca da verdade, o trabalho com representações (Gomes, 2015). A história tradicional positivista é factual, isto é, busca, a partir dos documentos e arquivos, os fatos como realmente aconteceram.

Para Halbwachs (1950/2012), a história orienta-se por uma esquematização didática dividindo a corrente dos fatos em uma pretensa universal. “No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido” (Nora, 1993, p. 9). Nesse viés, a história produz conhecimento sobre o passado operando com um instrumental teórico-metodológico cujo objeto é desnaturalizar o passado mítico (Gomes, 2015). Essa perspectiva histórica requer um trabalho intelectual de análise e discurso crítico e, por isso, é uma “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas” (Nora, 1993, p. 9).

Mas como, por quem e quando um passado, que não foi vivido diretamente, pode ser apreendido (Gomes, 2015)? É na mútua implicação entre a memória e a história que se pode responder a tal problematização, pois, segundo Gomes (2015), cabe à memória capturar o tempo através de estratégias que o revivem e comemoram.

Como fenômeno atual e um elo vivido no eterno presente (Nora, 1993), a memória encena e monumentaliza o passado, “entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reconduzida” (p. 13), no pêndulo da lembrança e do esquecimento. A memória, então, torna o passado, presente, garantindo a continuidade e a estabilidade de um grupo social. “A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (Nora, 1993, p. 9).

Assim, a história seria uma espécie de gerenciamento do passado capaz de viabilizar a análise dos processos de construção da própria memória. Ou seja, se a história faz uso da memória tornando-a um objeto de estudo, a memória também faz uso da história como um de seus materiais para a elaboração, ressignificação e atualização de passados (Gomes, 2015). Como categoria permanentemente redefinida e reconstruída, o conhecimento histórico do passado tem, na própria fabricação de memória, uma de suas fontes e também um de seus objetos. “Isso posto, há obviamente aquelas fronteiras nas quais ‘a memória se torna história’, ou, inversamente, aqueles gêneros ou situações nos quais a história praticamente se constrói como memória” (Barros, 2009, p. 38).

No campo da história oral, Le Goff (1990) e Nora (1993) realizaram, em seus trabalhos, uma significativa problematização das relações entre história e memória (Sá, 2007). A parceria entre esses dois historiadores franceses resultou na publicação de três volumes intitulados *Faire de l’histoire*⁶, nos quais fizeram uma análise da historiografia francesa na década de 1970. Tal analítica, os autores convencionaram chamar de *Nova História* (Neves, 2014), a qual coloca em questão a designação tradicional da história como ciência do passado e interroga os fundamentos epistemológicos dessa disciplina. “O que obriga a história a se redefinir é, de imediato, a tomada de consciência pelos historiadores do relativismo de sua ciência. A história não é o absoluto dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas” (Le Goff & Nora, 1974/1976, p. 12), mas o resultado de uma situação, da história de uma ciência. Desse modo, a historiografia

⁶ No Brasil, os três volumes foram traduzidos com os títulos *História: Novos problemas*; *História: Novas abordagens* e *História: Novos objetos* e publicados, em 1976, pela editora Francisco Alves, do Rio de Janeiro.

remete-se a uma análise da “história da história” (Nora, 1993, p. 10), a partir de um olhar crítico e distanciado, que coloca a história como seu próprio objeto.

Anterior à *Nova História*, a chamada *École des Annales*, movimento de renovação da historiografia francesa, composta pelos pioneiros Lucien Febvre e Marc Bloch e de seus seguidores Ernest Labrousse, Pierre Goubert, Fernand Braudel, Pierre Chaunu, Le Goff e Georges Duby, também interferiu intensamente, principalmente, no ocidente, nos estudos históricos contemporâneos (Neves, 2014). No século XX, esse movimento dos *Annales* favoreceu uma ampliação de fontes e objetos de estudo, tornando possível uma expansão das relações entre história e os relatos produzidos pela memória (Barros, 2009). Assim, é pela historiografia, sobretudo, que os debates do entrecruzamento da memória e da história emergem.

Em *Memória, história e esquecimento*, Ricoeur (2007) chama a atenção para os desafios da historiografia presente e reivindica a necessidade de uma “política da justa memória” (p. 17). Nas palavras de Le Goff (1990),

a história dita “nova”, que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como “uma revolução da memória” fazendo-a cumprir uma “rotação” em torno de alguns eixos fundamentais: “Uma problemática abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva”, “a renúncia a uma temporalidade linear” em proveito dos tempos vividos múltiplos “nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo”. (p. 472)

É nesse cenário dos movimentos da historiografia francesa que Pierre Nora conceitua “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 9). Trata-se de um significativo momento intelectual na trajetória acadêmica de um “historiador da memória” (Neves, 2014, p. 205), conforme ele mesmo denominou-se em seu discurso de posse na Academia Francesa, em 2002.

A noção de “lugares de memória” apresenta uma perspectiva que dialoga com a “memória coletiva” de Halbwachs (1950/2012, p. 29) permitindo um delineamento conceitual aproximado à problemática do que os grupos sociais fazem do processo mnemônico. É “a história que fermenta a partir do estudo dos ‘lugares’ da memória coletiva” (Le Goff, 1990, p. 472). Na obra *História e Memória*, Le Goff (1990) cita Nora (1993), no verbete “memória”, ao retomar o conceito de memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (p. 472).

Essa perspectiva interessa ao presente estudo por ser um dos aportes analíticos da memória histórica do bairro de Jardim da Penha, a qual será mais adiante discutida. Portanto no que tange à frágil fronteira entre memória e história, a psicologia social também tem um foco distinto da história tradicional,

pois a preocupação do psicólogo social não é com a preservação dos relatos ou com a confiabilidade das fontes, como faz a história oral, mas sim com o processo e com as circunstâncias segundo os quais tais memórias são construídas, reconstruídas ou atualizadas por conjuntos sociais mais ou menos amplos e, por diferentes critérios, suficientemente circunscritos. Este é o terreno em que talvez a psicologia social possa mais aprender sobre a

construção de memórias coletivas e, dessa aprendizagem, recortar subsídios críticos úteis para a prática da história oral. (Sá, 2007, p. 294)

Segundo Sá (2012), a psicologia social da memória considera a memória social dos fatos históricos ou a "memória histórica" sob duas modalidades: a "memória histórica oral" e a "memória histórica documental" (Sá, 2005, 2012). A primeira refere-se aos discursos orais e a segunda tem por base materiais ou documentos como livros, monumentos, mídia, museus, obras de artes, filmes cinematográficos, espaços arquitetônicos, ou seja, registros históricos documentados.

Quanto à definição de "documento", Nora (1993) alega que são, fundamentalmente aqueles que a população de fato faz uso investindo uma "vontade de memória" (Nora, 1993, p. 22) que os transformam em "lugares de memória" e deixam de ser "lugares da história". Baseando-se nessa conceituação do historiador francês, para Sá (2012), apenas a disponibilidade dos documentos não os tornam memórias, "pois numa perspectiva psicossocial, somente quando os documentos são de alguma forma mobilizados - lidos, visitados, apreciados ou apenas referidos - por pessoas e grupos sociais, é que emerge um fenômeno de memória histórica documental" (p. 50). Portanto, as memórias históricas são as representações sociais que os diferentes grupos sociais fazem dos documentos (Sá, 2012), e não os documentos em si sem qualquer uso.

Circunscritos nessa perspectiva da psicologia social, segundo Jesuíno (2005), os "lugares de memória", em virtude de uma dupla ancoragem na memória social e na memória histórica, apresentam-se igualmente emergentes na interface

do senso comum e da ciência, tal como as representações sociais na acepção de Moscovici (2000/2013). “E certamente que entre memória social e representação social há relações de mútua implicação e interdependência, funcionando uma e outra ora como fundo ora como forma” (Jesuíno, 2005, p. 171).

Em que consistem, mais precisamente, os “lugares de memória”? De acordo com Nora (1993), os lugares de memória são lugares materiais, simbólicos e funcionais e que coexistem sempre.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. (pp. 21-22)

Esse tríplice critério está mutuamente implicado para caracterizar os “lugares de memória”. O que quer dizer, então, que os três aspectos são constituídos pela imbricação entre memória e história, num jogo que conduz a uma “superdeterminação recíproca” (Nora, 1993, p. 22). Nos vieses desse triplo sentido, os “lugares de memória” são rituais, símbolos, arquivos, fotografias, coleções, monumentos, associações, santuários, museus, tratados, comemorações, festas, aniversários, ou seja, “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa

sociedade” (Nora, 1993, p. 13). A memória, portanto, gera “lugares” nos quais ela se estabelece como uma prática social.

Segundo Barros (2009), nas unidades familiares, por exemplo, a memória pode ser construída por diferentes recursos como os álbuns de fotografias e genealogias. Já nas grandes nações, para dar visibilidade à sua própria identidade, a memória apresenta-se em lugares como museus, monumentos e arquivos. Le Goff (1990) resume a noção de "lugares de memória" como

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. (p. 472)

Mas, de acordo com Bustillo (1998), é importante esclarecer e precisar que os "lugares de memória" não devem ser reduzidos a monumentos, a acontecimentos ou a objetos puramente materiais, visíveis, palpáveis, físicos, pois são uma noção abstrata, simbólica, sobretudo imaterial, que rememora os objetos que podem ser materiais. Ou seja, não se trata de fazer um inventário exaustivo de alcance enciclopédico. Trata-se de explorar um sistema simbólico e construir um modelo de representações (Bustillo, 1998).

Caberia, então, questionar conforme o fez Nora (1993): trata-se de uma noção tão abstrata quanto a noção de geração? Os “lugares de memória” são materiais por seus conteúdos demográficos; são funcionais por hipótese, pois

garantem, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas são simbólicos “por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou” (Nora, 1993, p. 22). Ao diferenciar memória e história, na acepção de Nora (1993), são nos grupos e, especificamente, no caso desta pesquisa, nos grupos geracionais, que se tem acesso a uma memória viva, a um “tempo vivo da memória”, conforme epíloga Bosi (2003).

2.3 MEMÓRIA GERACIONAL E O FENÔMENOS SOCIAL DAS GERAÇÕES

As memórias comuns são uma tipologia da memória social que Sá (2005, 2015) adotou com base nos trabalhos de Jedlowski (2000, 2001). O termo foi utilizado por outros autores, contudo, Jedlowski (2005), em uma análise unidirecional da mídia na construção da memória, deu a este, uma atenção especial.

Por memórias comuns, Jedlowski (2005) compreende “aqueles conjuntos de memórias que cada membro da sociedade partilha com outros somente pelo fato de terem sido expostos às mesmas mensagens da mídia” (p. 91). Essa conceituação é ampliada por Sá (2005), designando as memórias comuns como “as lembranças que são compartilhadas por conjuntos mais ou menos amplos de indivíduos, que não se mantêm necessariamente em interação e que, portanto, não chegam a discuti-las entre si e a elaborá-las coletivamente” (p. 74).

Nas distinções propostas por Jedlowski (2000, 2001, 2005) e por Sá (2005), não só as memórias coletivas podem compor uma dada memória histórica, mas também as memórias pessoais e as memórias comuns. Dito de outra forma, as

memórias comuns são os conjuntos das numerosas memórias pessoais sobre um mesmo objeto e que se desenvolveram de modo independente umas das outras, por força de uma participação comum em um dado contexto histórico, cultural e social (Sá, 2005, 2015).

Já as memórias pessoais remetem-se ao próprio passado das pessoas, mas é importante esclarecer que, na perspectiva psicossocial, não são entendidas em contraposição às memórias coletivas, isto é, como uma dimensão da esfera individual (Sá, 2015). A instância das memórias pessoais opera “em contextos sociais e sob a influência ou determinação destes, como o demonstraram Bartlett e Halbwachs” (Sá, 2015, p. 330).

Nesses termos psicossociais, as memórias comuns mostram-se, conceitualmente, muito úteis nos estudos de diversos fenômenos, como as memórias geracionais, as quais contribuem para que o passado se mantenha no presente de uma sociedade. A memória geracional é balizada pelos acontecimentos históricos, pelas mudanças sociais e culturais (Pecora & Sá, 2008; Sá, 2007, 2015) “que podem ter sido objeto de discussão por determinados grupos, mas não necessariamente pela maioria dos membros de uma coorte geracional, e não obstante repercutem fortemente sobre todos e conferem ao inteiro conjunto uma identidade característica e única” (Sá, 2015, p. 331). O que é elaborado por um determinado grupo social em um dado período histórico é

comumente apropriado pelos jovens daquela “geração real” que se encontram fora do núcleo produtor. Desse modo, é plenamente esperável que as memórias geracionais sejam em boa parte constituídas por memórias

apenas comuns – ou seja, não elaboradas no interior de um grupo – e mesmo por memórias pessoais - que se referem ao passado específico de uma pessoa, mas imerso em sua geração. (Pecora & Sá, 2008, p. 320)

Na compilação dessas tipologias da memória social abordadas até aqui, a problemática das gerações é relevante no estudo das memórias geracionais. Portanto, um desvio é necessário para enfocar o fenômeno das gerações. Visto que esse fenômeno é um dos eixos teóricos que fundamenta a analítica de um dos três conjuntos de dados coletados na presente pesquisa. Trata-se das entrevistas com três coortes geracionais de moradores do bairro de Jardim da Penha. Esse assunto – o fenômeno das gerações – será tratado com base nas considerações realizadas por Mannheim (1952/1982).

O conceito de gerações tem reaparecido nas análises sociológicas, sobretudo nas temáticas de diferenças de classe, de desigualdades de gênero, étnico-raciais, culturais e geracionais (Weller, 2010). Porém essa categoria – “gerações” – mostra-se, ao mesmo tempo que pouco teorizada, um tipo de formulação guarda-chuva.

Apesar de o conceito de gerações de Mannheim (1952/1982) significar, “para muitos autores, a mais completa tentativa de explicação do tema, o mesmo tem sido, muitas vezes, citado por se tratar de um ‘clássico’: as potencialidades de análise do conceito proposto pelo autor ainda são muitas” (Weller, 2010, p. 205). Em um artigo intitulado “A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim”, Weller (2010) chama a atenção para algumas questões emblemáticas das traduções do texto “O problema sociológico das gerações”, de Mannheim

(1952/1982).

Segundo Weller (2010), há uma primeira parte do ensaio que não foi publicada no Brasil. Nela, Mannheim realiza uma revisão de vertentes teóricas sobre as gerações: a vertente positivista, preponderante nos liberais franceses, e o pensamento histórico-romântico alemão (Weller, 2010).

Na primeira vertente, o conceito de gerações é deduzido pelo determinante biológico supondo que o fenômeno sociológico possa ser explicado por esses fatores biológicos básicos (Mannheim, 1952/1982). O pensamento histórico-romântico alemão, preferido por Mannheim, procura problematizar as gerações para além de uma linearidade do tempo na história.

Mannheim (1952/1982) afastou-se de posicionamentos biologicistas ao compreender a natureza da geração enquanto um fenômeno social, como um tipo específico de situação social. “O problema *sociológico* das gerações, portanto, começa nesse ponto onde é descoberta a relevância sociológica dos fatores biológicos” (Mannheim, 1952/1992, p. 72).

O autor diferencia gerações de grupos sociais concretos. Este último, diz respeito às organizações com objetivos específicos, tais como a família, a tribo, os grupos associativos, dentre outros, cuja configuração dos vínculos dos indivíduos desenvolve-se naturalmente ou por um desejo consciente. Ao fazer essa distinção, Mannheim (1952/1982) assemelha, estruturalmente, a situação geracional à situação de classe (ou posição de classe dos indivíduos na estrutura econômica e de poder). Tais aspectos similares dizem respeito à específica posição ocupada pelos indivíduos no âmbito sócio-histórico. Em uma nota de rodapé, Mannheim (1952/1982) sugere que

Uma questão para a pesquisa histórica e sociológica é descobrir em qual estágio de seu desenvolvimento e sob quais condições uma classe atinge a consciência de si enquanto classe e, de modo similar, em qual momento os membros individuais de uma geração se tornam conscientes de sua situação comum e fazem dessa consciência a base da solidariedade grupal. Por que atualmente as gerações se tornaram tão conscientes de sua unidade? (p. 71)

Para solucionar essa questão, Mannheim (1952/1982) afirma que o que há de comum entre uma classe socioeconômica e um grupo etário é que ambos proporcionam aos sujeitos participantes uma situação similar no processo histórico e social. Ou seja, o fenômeno social da geração representa um modo específico de identidade de situação em que os grupos etários relacionados vivenciam situações comuns no processo histórico-social. “Enquanto a natureza da posição de classe pode ser explicada em termos de condições econômicas e sociais, a situação etária é determinada pelo modo como certos padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos à existência” (Mannheim, 1952/1982, p. 73) pelos dados transmitidos de uma geração para a outra.

Como “fatos fundamentais relativos às gerações” (Mannheim, 1952/1982, p. 73), o autor propõe o exercício analítico de imaginar a vida social da humanidade se uma geração vivesse para sempre e não tivesse gerações subsequentes para substituí-la. Ao contrário dessa proposta imaginária e utópica de modelo social, na realidade, cada geração apresenta características peculiares e tem por função a transmissão contínua da herança cultural acumulada ao longo da trajetória

histórico-social.

Nesse viés, o autor discute cinco aspectos que caracterizam uma sociedade marcada por mudanças geracionais: (a) o contínuo surgimento de novos participantes no processo cultural; (b) a saída contínua de antigos participantes no processo cultural; (c) uma limitação temporal de participação que os indivíduos de qualquer uma das gerações têm no processo histórico; (d) a constante necessidade de transmissão do inventário cultural acumulado; (e) a ininterrupta transição de uma geração para a outra. Schäffer (2003) salienta que tais aspectos se configuram como elementos relevantes da teoria mannheimiana e demarcam as gerações como processos dinâmicos e interativos na atualização da cultura (Pecora, 2007; Weller, 2010).

O contínuo surgimento de novos participantes no processo cultural, ou primeiro aspecto, é um fenômeno fundamental para a vida social, pois é devido à emergência contínua de novos grupos etários que há uma compreensão, uma reavaliação e uma transformação da herança cultural acumulada no percurso histórico. Cada nova geração garante que a acumulação e a criação culturais não sejam realizadas pelas mesmas pessoas. Esse contato diferenciado com a herança social e cultural é denominado por Mannheim (1952/1982) como “contato original” (p. 74).

Trata-se de um fenômeno de significativa relevância em diversos contextos sociais, mas que, no caso das gerações, apresenta a especificidade de basear-se tanto nas mudanças de relações sociais como nos fatores vitais. Quando alguém muda de cidade ou ascende/declina no *status* social vivencia mudanças meramente sociais e culturais, contudo a mudança de uma geração para outra

envolve, também, alterações biológicas fundamentais. Assim, a noção de “contato original” aponta que a vivência de cada grupo geracional é única, original.

Essa contínua emergência de novos participantes no processo cultural remete-se à juventude enquanto fenômeno social. Nesse ponto, é importante esclarecer que a problemática da juventude como mudança social era uma temática desenvolvida e elaborada em diferentes momentos e contextos sociais do período moderno.

Ariès (1981) considera que as “idades da vida” são uma discussão evidenciada no século VI a.C., mas é somente no século XVI que tais fases do desenvolvimento humano estabeleceram suas bases discursivas essenciais e as mantiveram até o século XVIII. A partir desse momento, as “idades do homem” tornam-se correlatas às funções sociais (Ariès, 1981).

Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância (Ariès, 1981). Apenas no século XX é possível observar a infância e a juventude como um fenômeno e problema social, tornando-se alvo da elaboração de um aparato técnico, científico, moral, político e institucional atentos ao “papel dos jovens” na continuidade ou na mudança social (Ariès, 1981).

Foi nesse cenário, que Mannheim, na década de 1940, publicou um conjunto de ensaios e conferências sobre esse assunto. Em *Diagnósticos de nosso tempo*, Mannheim (1973) apresenta o ensaio “O problema da juventude na sociedade moderna”, no qual explicita a preocupação com a integração social dos jovens de modo distinto da perspectiva sociológica norte-americana. Essa preocupação estava investida com uma reflexão sobre a juventude no futuro das sociedades inseridas na Segunda Guerra mundial e envolvidas entre o liberalismo do *laissez-*

faire e o totalitarismo.

Ao levantar as questões “qual o significado da juventude na sociedade? Com que pode a juventude contribuir para a vida da sociedade?” (Mannheim, 1973, p. 47), o autor considera que a juventude é parte dos recursos latentes que a sociedade possui para a mudança social, mas o recrutamento dos jovens nas sociedades ocidentais não é sinônimo de transformação progressista da sociedade. “Nada é mais falso do que a suposição usual partilhada acriticamente pela maioria dos estudiosos das gerações, de que a geração mais jovem é ‘progressista’ e a geração mais velha *eo ipso* conservadora” (Mannheim, 1952/1982, p. 79).

Sob a ótica aproximada dos funcionalistas, na linguagem de Mannheim (1973), a significação social da juventude somente é possível se os indivíduos dessa faixa etária forem integrados em alguma função social. Na prática, os adultos tenderão a dar continuidade à sociedade do presente se a integração dos jovens é dificultada pela ausência de mecanismos democráticos. “A ideia de uma orientação global e coerente a respeito da juventude, que evidentemente também afeta a educação como tal, é igualmente o produto necessário de uma sociedade que resolveu construir uma nova ordem social” (Mannheim, 1973, p. 66).

Para esse rejuvenescimento da sociedade, cabe salientar que a entrada é tão importante quanto a saída contínua de antigos participantes no processo cultural. Esse desaparecimento contínuo de prévios participantes na cultura é, portanto, um aspecto estritamente relacionado ao anterior (Mannheim, 1952/1982). Visto que o desaparecimento desses antigos portadores de cultura serve ao necessário objetivo social da capacidade do esquecimento, o qual é imprescindível por viabilizar o surgimento de novos padrões culturais. “Para a sociedade continuar

a existir, a recordação social é tão importante quanto o esquecimento e a ação a partir do zero” (Mannheim, 1952/1982, p.76). O que o autor constata é que a herança social e cultural é fundamental na sobrevivência da humanidade, mas não para repeti-la infindavelmente, e sim para ressignificá-la (Pecora, 2007).

Essa perspectiva remete à discussão da memória social. Mannheim (1952/1982) afirma que há muitas formas de memória social, mas não as enumera nesse artigo sobre as gerações. O autor simplifica (termo que ele mesmo usa) essa questão, considerando duas modalidades pelas quais a experiência passada pode ser produzida e reproduzida no presente. Por um lado, como “modelos conscientemente reconhecidos” (Mannheim, 1952/1982, p. 76) através dos quais os indivíduos amoldam suas ações e condutas em sociedade e, por outro lado, “como padrões inconscientemente ‘condensados’, meramente ‘implícitos’ ou ‘virtuais’; considere, por exemplo, como as experiências passadas estão ‘virtualmente’ contidas em tais manifestações específicas como a da sentimentalidade. Isto é, o material tradicional é transformado para adequar-se à situação prevalecente” (Mannheim, 1952/1982, p. 77).

O sociólogo faz, então, uma distinção fundamental entre memórias *apropriadas* e memórias *adquiridas pessoalmente*. Ambas são aplicáveis nessas duas modalidades pelas quais a vivência passada pode ser incorporada no presente. Nesse ponto, Mannheim (1952/1982) descreve uma definição não biológica da velhice e da juventude:

Uma pessoa é velha, em primeiro lugar, na medida em que passa a viver dentro de um quadro de referências específico, individualmente adquirido e

baseado em experiências passadas utilizáveis, de modo que toda experiência nova tem sua forma e situação determinadas em grande parte antecipadamente. Na juventude, por outro lado, onde a vida é nova, as forças formativas estão começando a existir, e as atitudes básicas em processo de desenvolvimento podem aproveitar o poder modelador de situações novas. Assim, uma raça humana vivendo eternamente teria que aprender a esquecer para compensar a inexistência de gerações novas. (p. 78)

Namer (2009), no artigo “Memória, tempo e história em Karl Mannheim e Maurice Halbwachs⁷”, buscou comparar as perspectivas sociológicas de ambos e como, ainda que contemporâneos, mas sem se conhecerem, Mannheim e Halbwachs renovam as concepções de tempo, memória e história. Sá (2012) destaca que os trabalhos de releituras das obras de Maurice Halbwachs, realizados por esse referido sociólogo, Namer (2000), têm contribuído significativamente na constituição da psicologia social da memória amenizando um sociologismo original.

Para Namer (2009), o tema da memória social tratado por Mannheim está cristalizado nesse texto fundamental sobre o fenômeno das gerações. Para a época em que foi publicado esse trabalho, Mannheim anunciou uma “novidade absoluta (com exceção de Kant): a sociedade tem o direito de esquecer” (Namer, 2009, p. 32). Nessa ótica, a memória social em Mannheim (1952/1982) é, ao mesmo tempo, uma obrigação de lembrar e de esquecer para que a sociedade se transforme. De fato, o que Mannheim (1952/1982) verifica nesses dois primeiros aspectos que

⁷ A citação literal de texto em língua estrangeira foi traduzida pela autora da tese, a partir de uma tradução em espanhol do texto original do Namer (2009).

caracterizam uma sociedade marcada por mudanças geracionais é uma espécie de rejuvenescimento social constante.

O terceiro aspecto refere-se ao fato de que os indivíduos de qualquer uma das gerações têm uma limitação temporal de participação no processo histórico. “As implicações desse fato básico também podem ser formuladas à luz do que foi dito até agora” (Mannheim, 1952/1982, p. 78).

Os dois primeiros aspectos – (a) o contínuo surgimento de novos participantes no processo cultural e (b) a saída contínua de antigos participantes no processo cultural – apenas se relacionavam com o constante rejuvenescimento da sociedade. Já o terceiro aspecto considera as características que produzem a posição geracional dos indivíduos que nasceram em um mesmo tempo cronológico.

Segundo Mannheim (1952/1982), não basta as pessoas nascerem ao mesmo tempo ou sua juventude, maturidade e velhice coincidirem. O que de fato cria uma situação comum é elas estarem numa posição para experienciar as mesmas circunstâncias históricas e sociais. Esse fato, de acordo com o autor, deve ser analisado em termos da categoria de “similaridade de situação” (Mannheim, 1952/1982, p. 79).

A posição comum no processo coletivo dos indivíduos nascidos em um mesmo tempo cronológico é caracterizada pela possibilidade de presenciarem os mesmos acontecimentos e, sobretudo, elaborarem as experiências vividas de forma semelhante. Trata-se do fenômeno de uma “estratificação” da experiência conforme Mannheim (1952/1982, p. 79). A respeito disso, o sociólogo exemplifica dizendo que não se pode afirmar que existiria uma similaridade de situação entre os jovens da China e da Alemanha por volta de 1800.

Tal exemplo poderia gerar o contra-argumento de que os meios midiáticos e tecnológicos, no contemporâneo, ampliaram a participação de jovens que moram em países diferentes, posicionando-os em um mesmo conjunto de acontecimentos semelhantes e, portanto, em uma mesma posição geracional (Weller, 2010). Contudo “a identificação geracional comum implica em formas semelhantes de ordenação e estratificação dessas experiências” (Weller, 2010, p. 213). Do mesmo modo, grupos etários jovens que vivenciam certos processos históricos juntamente com a geração mais velha não têm, necessariamente, a mesma situação de geração.

Para Mannheim (1952/1982) há uma dialética particular das gerações que é relevante na compreensão desse fenômeno do estrato experiencial. Ele considera que as experiências infantis têm a tendência a cristalizar-se numa “visão natural do mundo” (p. 80). As vivências posteriores, então, propendem a construir um significado a partir dessas primeiras impressões, seja como averiguação e afirmação daquele primeiro conjunto de experiências, seja como negação ou antítese. “As [primeiras] experiências não se acumulam no curso de uma vida através de um processo de adição ou aglomeração, mas são articuladas dialeticamente” (Mannheim, 1952/1982, p. 80) com estratos de experiências posteriores.

No quarto aspecto, a constante necessidade de transmissão do inventário cultural acumulado, Mannheim (1952/1982) destaca o desafio das gerações antigas em relação às mais novas na propagação do conhecimento acumulado, com suas subsequentes reinterpretações. Trata-se de uma certa tensão na necessária transmissão do inventário cultural dos mais velhos para os mais jovens.

A problemática que o autor desenvolve nesse ponto apresenta uma preocupação em ressaltar que as experiências comuns partilhadas pelos indivíduos são absorvidas do ambiente no início da juventude e, frequentemente, tornam-se o “estrato historicamente mais antigo da consciência, que tende a estabilizar-se como a visão natural do mundo” (Mannheim, 1952/1982, p. 82). O autor aponta a hipótese da existência de um “período crítico” da idade que seria referente à adolescência e aos primeiros anos de vida adulta onde existiria maior retenção das experiências (Sá, 2012).

Diferentemente do estágio infantil, em que até mesmo alguns dos elementos reflexivos são apropriados de modo menos crítico, na fase da juventude esses estratos mais profundos não são facilmente desestabilizados. Na perspectiva mannheimiana, quando essa modificação se torna necessária, por exemplo, em uma mudança cultural muito abrupta e/ou em uma transformação social demasiadamente grande, isso exige uma reflexão crítica a nível consciente a fim de que o indivíduo tome algum posicionamento frente a tais alterações.

Esse período da juventude é tão significativo para Mannheim (1952/1982) que o leva a afirmar que “a geração mais velha se agarra à reorientação que foi o drama de *sua* juventude” (p. 83), isto é, os mais velhos ancoram as suas experiências no período juvenil. Em suma, sob a ótica mannheimiana, o inventário básico da vida do grupo é transmitido de modo inconsciente e involuntário, principalmente, na infância. Todavia o que é aprendido conscientemente pertence àquilo que, com o passar do tempo, de algum modo e em algum ponto, tornou-se problemático e requer, então, uma reflexão crítica consciente.

Para exemplificar esse tensionamento geracional, Mannheim (1952/1982) remete-se ao contexto educacional: a relação professor-aluno não se trata de dois representantes da “consciência em geral” (Mannheim, 1952/1982, p. 83), e sim, de processos subjetivos de orientação vital, ou seja, de visões de mundo distintas. “Essa tensão é impossível de ser solucionada exceto por um fator de compensação: não apenas o professor educa o aluno, mas o aluno educa o professor. As gerações estão em um estado de interação constante” (Mannheim, 1952/1982, p. 83).

Cabe esclarecer que não se trata, para o autor, de uma dicotomia entre as velhas e as novas gerações, inclusive ele opõe-se a isso ao discorrer, no quinto e último aspecto, sobre a ininterrupta transição de uma geração para a outra. A interação entre a geração mais velha e a mais jovem é suavizada e realizada pelas gerações intermediárias.

Sobre isso, Mannheim (1952/1982) aponta que, no processo dessa interação, frequentemente, não é a geração mais velha que se aproxima imediatamente da geração mais nova, pois os primeiros contatos são feitos pelas gerações intermediárias. De acordo com Schäffer (2003), esse aspecto é uma questão central na teoria mannheimiana sobre as gerações, visto que ressalta a herança cultural acumulada e transmitida de geração para geração e destaca a necessária compreensão do problema das gerações como um processo dinâmico. Quanto maior for o dinamismo social, ou seja, quanto menos estática for a sociedade, maior é a capacidade de a geração mais antiga tornar-se mais suscetível à influência da mais nova (Mannheim, 1952/1982). Esse processo pode ser de tal forma intenso que,

com a elasticidade mental adquirida através da experiência, a geração mais antiga pode até mesmo atingir uma adaptabilidade maior em certas esferas do que as gerações intermediárias, que podem não estar ainda numa posição de renunciar à sua abordagem original. (Mannheim, 1952/1982, p. 84)

Trata-se de uma interação complexa entre diferentes elementos constitutivos das gerações. As mudanças geracionais no processo social permitem que as novidades ou os “novos impulsos” (Mannheim, 1952/1982, p. 85) possam ser refletidos de volta sobre os representantes da tradição. Portanto os atritos produzidos nessa complexa e ininterrupta transição geracional são fundamentais nas transformações sociais na medida em que contribuem para a contínua ressignificação do inventário cultural.

A formação de um novo estilo de geração diz respeito ao problema da enteléquia⁸, a qual se refere ao sentido atribuído à vida e ao mundo relacionados a uma época ou ainda à sua modificação, visto que diversas gerações estão concomitantemente construindo o que viria a ser um “espírito do tempo” (Schäffer, 2003, p. 58). A sucessão de gerações baseada no fator etário constitui o estrato básico determinante do fenômeno de geração.

Porém, como já dito, é necessário analisar como esse efeito dos fatores biológicos são refletidos nas forças e nos processos de modificações sociais e culturais. Na perspectiva mannheimiana, esse ritmo de sucessão das gerações é

⁸ Segundo Weller (2010), esse é um termo filosófico que Mannheim (1952/1982) extraiu dos trabalhos de Wilhelm Pinder, o qual publicou, em 1926, o livro *O problema das gerações na história da arte europeia*. Na filosofia aristotélica, enteléquia diz respeito a uma tendência natural de um processo transformador, uma força direcionada que regula ou provoca o desenvolvimento posterior.

constante e, por si só, não influencia a velocidade das mudanças sociais. Ou seja, “o fato biológico da existência de gerações apenas proporciona a possibilidade de que as enteléquias das gerações possam surgir – se não existissem diferentes gerações sucedendo-se umas às outras, nunca encontraríamos o fenômeno dos estilos de geração” (Mannheim, 1952/1982, p. 94). Desse modo, o que ocorre é que as transformações culturais e sociais apresentam “potencialidades inerentes a uma situação” (Mannheim, 1952/1982, p. 92) de geração.

Mas quais as situações de gerações realizarão essas potencialidades a elas inerentes? A resposta dessa questão está situada no nível das estruturas sociais e culturais e requer, portanto, compreender o fenômeno da geração de maneira mais abrangente.

Até o momento, os cinco aspectos abordados são referentes ao fenômeno das gerações como um fenômeno de situação. Contudo o clássico teórico chama atenção para a necessidade de ampliação da compreensão desse fenômeno em sua realidade completa. Nesse ponto, Mannheim (1952/1982) realiza uma divisão do conceito de geração em torno de três definições⁹, as quais costumam ser muito utilizadas por estudiosos do tema: *status de geração*, *geração enquanto realidade* e *unidade de geração*.

Status geracional refere-se a uma geração enquanto fenômeno de situação

⁹ De acordo com Weller (2010), a divisão do conceito de gerações em três definições foi traduzida para o português de modos diferentes. *Status de geração*, por exemplo, pode ser encontrado como *situações de geração* (Forquin, 2003) e como *loais geracionais* (Domingues, 2002). *Geração enquanto realidade* foi traduzida como: *geração como realidade* (Rés Editora), *gerações como conjuntos de relação* (Domingues, 2002) e *conjuntos de geração* (Forquin, 2003). Para *status de geração*, Weller (2010) usou o termo “posição geracional” (p. 214) e para a expressão *geração enquanto realidade*, a autora utilizou o termo “conexão geracional” (p. 214). Mesmo que as traduções tenham produzido interpretações distintas dos termos conceituais, essas três definições mannheimianas de gerações representam a parte mais conhecida e citada do artigo do sociólogo (Weller, 2010).

e compreende a copresença em uma dada região histórica, social e cultural. Em outras palavras, “para se participar da mesma situação de geração, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e privilégios inerentes a uma situação de geração” (Mannheim, 1952/1982, p. 85), é necessário que os indivíduos tenham nascido na mesma região histórica, social e cultural.

Para esclarecer esse ponto, cabe retomar um exemplo, acima descrito, que o próprio Mannheim (1952/1982) utilizou: os jovens da China e da Alemanha, por volta de 1800, “não compartilhavam uma situação de geração comum” (Mannheim, 1952/1982, p. 86). Por não estarem na mesma unidade sócio-histórica-cultural, esses jovens não compartilhavam o mesmo “local geracional” (Domingues, 2002). Desse modo, a participação na mesma comunidade histórica, a ordenação e a estratificação semelhantes da experiência são os critérios mais amplos de similaridade de situação de uma geração.

Entretanto a geração enquanto realidade envolve mais do que essa copresença. É necessário um nexos adicional que Mannheim (1952/1982) denomina a “participação no destino comum” (p. 86) dos processos históricos de mudança social. Isso remete a um vínculo concreto entre os participantes de uma geração, os quais estão expostos aos mesmos problemas sociais de um processo de desestabilização dinâmica. Para o autor, somente quando é criado um vínculo concreto que permita a participação dos indivíduos em uma prática coletiva de transformação social é, então, que se pode dizer de uma geração enquanto realidade, ou seja, de uma “conexão geracional” (Weller, 2010, p. 214).

A partir de 1800, emergiram, na Alemanha, dois grupos de jovens contrastantes: um romântico conservador e o outro racionalista liberal. Mesmo não unificados pela mesma mentalidade moderna e, constituindo, portanto, formas polares de reação social a um estímulo histórico partilhado por todos em comum, ambos, nesse caso, pertencem a uma mesma geração real, mas formam dentro dela distintas unidades de geração. Dessa maneira, o “destino comum” não é um modo unificado de posicionamento dos jovens, visto que uma geração pode estar em contradição e luta diferenciadas. Assim, de acordo com Mannheim (1952/1982),

a unidade de geração representa um vínculo muito mais concreto que a geração real enquanto tal. Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas. (p. 87)

De modo sucinto, pode-se dizer que, primeiramente, gerações são definidas pelo fato de indivíduos partilharem a mesma posição biológica e terem nascido na mesma época e região que favoreçam uma articulação social. Portanto, sem que as gerações desenvolvam, necessariamente, sua consciência enquanto tal, esse local geracional (Domingues, 2002) define as gerações como potencialmente (Mannheim, 1952/1982) ligadas ao ritmo de mudanças sociais. Até aqui, o conceito de geração que se aplica é o de *status* geracional.

Quando destinos comuns (Mannheim, 1952/1982) se delineiam, ordenando e estratificando as experiências em um nexos relacional, constitui-se, então, uma geração real precisamente pelo fato de as gerações estarem orientadas umas em relação às outras na realização das “potencialidades inerentes a uma situação” (Mannheim, 1952/1982, p. 92) de transformação social. Nesse âmbito da geração enquanto realidade, variados grupos concretos (Mannheim, 1952/1982) fundam unidades de geração “separadas, cada uma delas com as suas próprias memórias coletivas características” (Sá, 2012, p. 53). Também, no entanto, pode ocorrer que a memória de uma dessas unidades geracionais se torne preponderante e influa sobre a construção de memórias pessoais e comuns em um determinado estrato etário (Sá, 2012).

Como toda essa problemática sociológica das gerações, até aqui tecida, insere-se no âmbito de uma psicologia social da memória? É necessário ressaltar que ao se dedicar à temática das memórias geracionais, Sá (2012) buscou sua base conceitual no trabalho de Mannheim (1952/1982) referente ao fenômeno das gerações.

Nas palavras de Sá (2012), “não obstante, o processo de constituição das gerações e a noção de ‘idade crítica’ que dele se deriva não esgotam as implicações da variável geracional no estudo das memórias históricas” (p. 52) e, portanto, das memórias geracionais. Uma vez que, em qualquer época, a composição etária de uma determinada população é heterogênea, isso significa que sempre coexistirão diferentes memórias geracionais sobre um dado acontecimento, processo ou período histórico.

Por exemplo, ao estudar a memória de um período histórico decorrido entre quarenta e vinte anos atrás — como foi o caso do Regime Militar no Brasil — há que considerar, retornando a Mannheim, que o conjunto etário que então viveu a sua “idade crítica” tinha uma “situação de geração” — a peculiar configuração social, política, econômica e cultural em que tal geração estava se formando — diversa dos que testemunharam tal período histórico após terem concluído a sua própria definição geracional (em uma outra situação), o que poderá ter gerado consequências distintivas sobre as lembranças que as duas coortes tenham dele guardado.

Por outro lado, tais “memórias adquiridas” pelos que, numa idade ou noutra, foram testemunhas dos fatos e processos do período histórico em questão, podem apresentar diferenças significativas em relação às “memórias apropriadas” (ou seja, pelo ouvir falar posterior), que seriam características daqueles que nasceram após o término do período. Dessa forma, as memórias históricas acerca dos mesmos fatos e processos objetivos podem diferir bastante entre pessoas e grupos sociais pertencentes a estratos etários distintos em uma mesma população. (Sá, 2012, pp. 52-53)

Diante do exposto, o estudo das memórias geracionais é estreitamente relacionado ao das memórias históricas, pois, na perspectiva de Sá (2012), os indivíduos que mais se lembrassem de determinados fatos, processos ou períodos como algo do “seu tempo” (p. 52) seriam os mais possíveis promotores de novos “documentos” (p. 52), fomentando, assim, a memória histórica das gerações

posteriores. “Quando as memórias históricas documentais construídas em uma população são estudadas levando em consideração as diferenças com que elas se apresentam nas distintas coortes geracionais que então coexistem, a extrema riqueza e complexidade da memória como fenômeno psicossocial emergem” (Sá, 2012, p. 54). Sob essa ótica, a variável geracional é de significativa relevância no estudo das memórias históricas.

É importante, portanto, esclarecer e ressaltar que essas modalidades de memória das experiências do passado – memória histórica e memória geracional – requereram, no presente estudo, transitar pelos campos de saberes da história e da sociologia. Ainda que esse trabalho se insira no âmbito de uma psicologia social da memória, foi acompanhando a trajetória de Sá (2012) que se compreendeu a necessidade do estabelecimento de diálogo com essas outras áreas do conhecimento.

O tema da memória social, tal como o das representações sociais, encontra-se em uma encruzilhada de conceitos (Jodelet, 1999; Moscovici, 1978). Isso implica uma abordagem plural na compreensão desses fenômenos – memória e representações sociais. Essa aproximação com a história e a sociologia, realizada por Sá (2012), traduz a preocupação do autor em contrastar com as simplificações psicologistas no que diz respeito à temática da memória.

A seguir, alguns aspectos referentes à memória social serão discutidos dialogando com a teoria das representações sociais e com a teoria da identidade social. Nesse subtópico, inicialmente, possíveis conectividades desses fenômenos são apresentadas e, posteriormente, as teorias supracitadas.

2.4 ARTICULAÇÕES ENTRE MEMÓRIA SOCIAL, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADE SOCIAL

Há “profundas amarras e convergências entre representações sociais, memória social e identidade social” (De Rosa, 2005, p. 123). É relevante refletir sobre as possíveis articulações desse “tratamento social dos fenômenos da memória” (Sá, 2005, p. 63) com a teoria das representações sociais e com a teoria da identidade social (Valentim & Trindade, 2011).

A memória social é um objeto de estudo com características de dinamismo, de complexidade, de inserção intergrupais e que, portanto, são características semelhantes às aquelas propostas por Moscovici (2000/2013) à teoria das representações sociais. Nas palavras de Valencia (2005, p. 102), “o processo histórico da constituição dos estudos da memória coletiva é similar às vicissitudes que seguiram na psicologia social o desafio proposto pela Teoria das Representações Sociais”.

Por essa ótica, a memória coletiva é um campo de investigação que pode realizar aportes mútuos entre a relação da teoria das representações e das memórias sociais. Nesse caso, as memórias sociais têm por objeto “o conjunto de representações majoritariamente partilhadas, resultado de práticas seletivas, exercidas de maneira implícita ou explícita em um dado grupo social” (Valentim, Trindade, & Menandro, 2010, p. 279).

Sob essa perspectiva de análise que integra os processos identitários, memória e representações sociais, De Rosa e Mormino (2000 como citados em Bonomo, 2010) apresentam elementos de convergência entre os três processos:

É através da memória social que os grupos encontram sua hereditariedade e suas próprias origens; é através das representações sociais (especialmente as hegemônicas) dos objetos sociais com os quais os grupos interagem que podem estabelecer espaços de comunicação/apropriação e trocas no âmbito de sua vida social; e é através da identidade grupal que a comunidade mantém sua unidade e coesão (possibilitados pelos princípios da autoimagem positiva, continuidade histórica, distinção social, etc.). (pp. 56-57)

No âmbito dos estudos da memória social alinhavada às teorias da representação e da identidade social, Valentim e Trindade (2011) apontam que "nos últimos anos, [...] contradições e/ou revisões teóricas é um ponto que tem sido trabalhado" (p. 66). Segundo as autoras, a articulação com a teoria da identidade social se dá em um nível que

permite relacionar memória e representação às formas propositivas futuras, que vão se desenhando no interior do grupo. Pensando a identidade como um processo definido sempre à posteriori - a partir das ininterruptas demandas de convencionalização, estabilização e transmissão de novos conteúdos - é possível sempre percorrer o sentido inverso deste processo, recolocar o problema das atribuições de sentido e buscar nas novas significações, os traços passados que foram eleitos para permanecer através das múltiplas narrativas e serem relançados como um tributo às futuras gerações. (Valentim & Trindade, 2011, p. 69)

Desse modo, a memória não é um armazenamento do passado. As “representações mnêmicas” (Valentim & Trindade, 2011, p. 60) devem ser entendidas em seu processo dinâmico, que se reatualizam, de modo dialético, no presente. Pode-se dizer, então, que os estudos sobre a relação entre memória social e coletiva e representações sociais têm problematizado a perspectiva estática da dinâmica social.

Para Viaud (2003), há uma semelhança das características atribuídas aos fenômenos das representações sociais e da memória coletiva, bem como o lugar central que ocupam em seus respectivos espaços teóricos. Na visão do referido autor, ambos os fenômenos articulam os seguintes pontos: a “comunicação, a marcação dos conteúdos pelos grupos sociais, a contribuição para a identidade individual e coletiva, e o papel atribuído à língua natural” (Viaud, 2003, p. 13).

No que diz respeito às formas de pensamento social, Haas e Jodelet (1999) destacam que memória e representações sociais são elaboradas e dependentes dos contextos sociais, espaciais e temporais. Portanto pode-se dizer que a memória e as representações sociais “são consideradas igualmente como formas de pensamento social” (Bonardi, 2003, p. 46) e, conforme Rosa (2005) afirma, como processos e produtos mediados socialmente.

2.5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A fecundidade da teoria das representações sociais é mensurável pela diversidade de abordagens e de debates que suscita (Jodelet, 1999). A grande teoria (Sá, Vala, & Möller, 1996; Trindade, Santos, & Almeida, 2011), como são denominadas as proposições básicas de Moscovici, desdobrou-se em diversas

maneiras de se focar e investigar as representações sociais. Cada uma delas apresenta um aporte particular para o desenvolvimento da teoria das representações sociais.

Almeida (2005) e Sá (1998) destacam três correntes teóricas complementares. São elas: (a) Abordagem culturalista liderada por Denise Jodelet, em Paris, e que se manteve mais fiel à teoria original, "privilegiando claramente um enfoque histórico e cultural para a compreensão do simbólico" (Almeida, 2005, p. 127); (b) A abordagem societal de Willem Doise, dos grupos de trabalho de Genebra, que procura articulá-la à perspectiva mais sociológica, buscando integrar explicações de ordem individual com explicações nas dinâmicas sociais; (c) A abordagem estrutural de Jean-Claude Abric, em Aix-en-Provence, que enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural, "na qual propunha pela primeira vez a Teoria do Núcleo Central na forma de uma hipótese explicativa da organização interna das representações sociais" (Almeida, 2005, p. 131) em torno dos sistemas central e periférico.

Posto isso, sem dúvida, o conceito das representações sociais, conforme Trindade, Santos, e Almeida (2011, p. 103), "constitui-se no 'grande conceito' de base que desembocou na formulação de uma 'grande teoria' no âmbito da psicologia social, ao incluir e articular conceitos estudados, até então e em sua [...] maioria, de forma esparsa". E o que são as representações sociais? O *Grand Dictionnaire de la Psychologie* apresenta a clássica definição de representações sociais elaborada por Jodelet (1991):

Trata-se de uma forma de conhecimento corrente, dito 'senso comum', caracterizado pelas seguintes propriedades: 1. Socialmente elaborado e partilhado; 2. Tem uma orientação prática de organização, de domínio do meio (material, social, ideal) e de orientação das condutas e da comunicação; 3. Participa do estabelecimento de uma visão de realidade comum a um dado conjunto social (grupo, classe, etc.) ou cultural (p. 668).

Dois processos fundamentais na formação de uma representação social são conceituados por Moscovici (2000/2013): ancoragem e objetivação. Estes encontram-se na base da construção da representação social e "funcionam como processos simultaneamente sociais e psicológicos" (Souza, 2012, p. 133).

A ancoragem "é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada" (Moscovici, 2000/2013, p. 61). Quando uma ideia ou um objeto é comparado a uma categoria pré-existente, a uma experiência ou a um código anteriores, "adquire características dessa categoria e é re-ajustado para que se enquadre nela. [...] Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa" (Moscovici, 2000/2013, p. 61) que não havia ainda sido codificada, por ser nova e, portanto, estranha.

Nas pesquisas que seguiram o percurso de Moscovici, de acordo com Trindade et al. (2011), a ancoragem tem sido estudada de modos diversos. As autoras apontam os aspectos conceituais da ancoragem, seus "consensos e dissensos" (Trindade et al., 2011, p. 101), e apresentam os debates de Jodelet e Doise em torno de preocupações críticas da redução ou simplificação de tal

conceito. Assim, destacam que, para além do dissenso, o que se deve considerar é o consenso dos autores em torno da importância do processo de ancoragem.

Nas palavras de Trindade et al. (2011), a ancoragem corresponde "à assimilação de novos elementos de um objeto em um sistema de categorias familiares e funcionais aos indivíduos, e que lhe estão facilmente disponíveis na memória" (p. 110). Portanto, ancorar refere-se a escolher sistemas de classificação ou de nomeação presentes na memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com alguém ou alguma coisa que se classifica. Objetivação, por sua vez,

é um processo muito mais atuante que a ancoragem [...]. Objetivação une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. [...] Transforma a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra. (Moscovici, 2000/2013, p. 71)

Conforme descrevem Trindade et al. (2011), "torna concreto aquilo que é abstrato. [...] transforma um conceito em imagem de uma coisa" (p. 109). Portanto a objetivação é um processo de seleção, organização e naturalização das ideias e imagens, transformando um conceito abstrato em uma figura concreta.

Outros dois sistemas fundamentais, também conceituados por Moscovici, que operam na construção da realidade social são: universo reificado e universo consensual. No primeiro, procuram-se verdades, no segundo, buscam-se sentidos (Moscovici, 2000/2013). O saber produzido pelo senso comum e o conhecimento popular apropriam-se dos saberes produzidos e transmitidos no âmbito das instituições científicas, governamentais, jurídicas e midiáticas (Sá, 1993). Contudo

as representações sociais não se limitam aos saberes da ciência e dos especialistas (Souza, 2012).

O universo consensual é "caracterizado por uma relação de apropriação confiante, até mesmo uma implicação" (Moscovici, 2000/2013, p. 198) com os sistemas de pensamento e de práticas que demarcam aspectos informais da realidade, com os conhecimentos construídos por pessoas e grupos em sua dinâmica de interação e comunicação, podendo integrar elementos do universo reificado. Em contrapartida, este último (o universo reificado) caracteriza-se "pelo distanciamento, pela autoridade, até mesmo por uma separação" (Moscovici, 2000/2013, p. 198) ou afiliação dos sistemas de pensamento e de práticas que demarcam aspectos formais da realidade, das verdades elaboradas por instâncias normatizadoras como a ciência. Moscovici (2000/2013) ressalta que "essa distinção coloca o conhecimento popular, as maneiras de pensar e agir na vida cotidiana [...], de um lado, e a ciência e ideologia, do outro" (p. 198).

Outro aspecto relacionado às representações sociais que parece igualmente merecedor de ser ressaltado são as dimensões afetivas, visto que os afetos compõem a integração do indivíduo com a realidade coletiva, não sendo, portanto, uma experiência apenas do âmbito individual. Bonomo (2010) destaca que a dimensão afetiva ainda se apresenta como um grande desafio para os pesquisadores da área. Citando outros autores, a pesquisadora sugere que "esta dificuldade decorre da ausência de uma teoria da afetividade que possa ser associada ao campo sócio-cognitivo, amplamente explorado na esfera dos estudos em representações sociais" (Bonomo, 2010, pp. 233-234).

As representações exercem algumas funções afetivas: organizam o universo, controlando a angústia frente ao não-familiar; estabelecem padrões afetivos compartilhados, sentimentos e emoções comuns frente aos objetos; e fortalecem o sentimento de pertença a grupos, importante componente da identidade social (Arruda, 2009a). Sendo assim, a dimensão afetiva compreende uma forma de conhecimento e de envolvimento com o objeto.

Sob a ótica da dimensão afetiva pode-se "retomar processos clássicos da construção das representações" (Arruda, 2009a, p. 93), visto que as representações sociais são construídas pela mobilização da afetividade, do imaginário, da cognição, da linguagem e da comunicação e configuram-se "por meio de processos que, sendo sociais, são ao mesmo tempo psicológicos, [...] tal como consideram Moscovici e Jodelet" (Arruda, 2009b, p. 742). Nesse sentido, o afeto é uma categoria de mediação subjetiva e objetiva da cidade, sendo um dos elementos que orienta o sistema de referência de práticas sociais.

Portanto, no que diz respeito à fundamentação teórica das representações sociais que guia os percursos do presente estudo, é necessário esclarecer que o eixo orientador principal das reflexões produzidas aqui é a vertente psicossocial e histórico-cultural de Denise Jodelet. Essa vertente, ao integrar as dimensões sociais e culturais com a história, enfatiza os suportes (os discursos, os comportamentos e as práticas sociais) pelos quais as representações são veiculadas no cotidiano (Sá, 1998).

Quanto ao eixo teórico-conceitual das representações socioespaciais, as representações espaciais são abordadas como representações sociais, ou seja, como imagens e conhecimentos sobre o espaço elaborados socialmente em função

do sistema histórico-cultural e normativo, que ajudam os indivíduos a compreenderem e a dominarem seu ambiente. Nesse viés, De Alba (2004) atenta para o fato de que essa teoria da representação socioespacial concorda com a perspectiva transacional do estudo do indivíduo-ambiente, pois intervém na dimensão social desta relação (indivíduo e espaço) e estabelece que não há separação entre o sujeito e o mundo exterior.

A teoria postula que o objeto somente tem existência através da (re)construção que o sujeito ou o grupo fazem dele. Portanto, o que é muito interessante na abordagem psicossocial da teoria das representações sociais é essa superação da clássica dicotomia entre sujeito-objeto. Moscovici (1961/2012) sugere que "não existe recorte entre o universo exterior e o indivíduo (ou do grupo), que o sujeito e o objeto não são totalmente heterogêneos em seu campo comum" (p. 45).

Com base na vertente epistemológica adotada por Moscovici (1961/2012), uma questão é pertinente à psicologia social responder: "como o homem constitui sua realidade" (Moscovici, 1961/2012, p. 449). Ao ressaltar as intenções e as premonições de Moscovici, Trindade et al. (2011) destacam que, para o autor, "uma boa teoria precisa revelar a dinâmica do real e por isso ela mesma deve estar sempre em construção, daí o caráter inacabado que ele deu a sua obra" (p. 103). Sob essa perspectiva, é em uma relação dialética que se produz a representação de um objeto por um sujeito; ambos (sujeito e objeto) se fundem e se transformam.

2.6 IDENTIDADE SOCIAL DE LUGAR E IDENTIDADE SOCIAL URBANA

Outro eixo teórico que fundamenta a análise do conjunto de dados coletados na presente pesquisa refere-se à identidade social “como um processo localizado em um espaço sociofísico” (Mourão & Cavalcante, 2011, p. 209). Portanto é relevante ainda destacar aqui as noções de identidade de lugar e de identidade social urbana.

Tratam-se de conceituações que emergiram na área da psicologia ambiental. Esse campo de conhecimento que se desenvolveu, inicialmente, nos Estados Unidos e na Europa, no século XX, enfatiza o espaço físico nos processos psicossociais, considerando também as dimensões sociais, econômicas e culturais dos diferentes contextos. Em outras palavras, a psicologia ambiental enfoca as relações entre os comportamentos socioespaciais e os diversos processos psicossociais (cognição, afetividade, percepção, representações e simbolismos), isto é, a relação pessoa-ambiente (Cavalcante & Elali, 2011).

No Brasil, essa área de estudos iniciou-se na década de 1970. Porém, apenas a partir de 1990 é que se ampliou para universidades do país assumindo a forma de grupos de estudo e laboratórios (Cavalcante & Elali, 2011). No 1º Encontro Brasileiro de Psicologia Ambiental, realizado em 1999, em São Paulo, foi proposta a formação de um Grupo de Trabalho (GT-Psi Ambiental) na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Como se trata de uma área emergente, ainda são relativamente pequenas as produções nacionais. Mas tem se consolidado desde seu surgimento e é inegável a amplitude teórico-metodológica da área e de suas articulações com as ciências que estudam o ambiente ou espaço, como a geografia, a arquitetura, a ecologia, a botânica, a

geologia, etc. (Cavalcante & Elali, 2011).

Nesse sentido, a psicologia ambiental, pode ser definida como “a ciência que estuda as relações recíprocas entre as pessoas e o ambiente, interessa-se, portanto, pela 'identidade de lugar' e pela 'identidade social urbana, principalmente em estudos específicos de vinculação ao ambiente" (Mourão & Cavalcante, 2011, p. 209). Para essas autoras, a identidade de lugar é uma subestrutura da identidade, visto que o ambiente onde o sujeito vive ou viveu constitui referência para a construção identitária realizada ao longo da vida do indivíduo. Tais conceitos consideram, então, a construção da identidade em sua dimensão socioespacial.

Assim, a construção da identidade está relacionada tanto a aspectos temporais, ao desenrolar da vida dos sujeitos, quanto a aspectos espaciais, mais propriamente ao lugar ou lugares aos quais as pessoas se sentem vinculadas a partir de um processo de apropriação essencial à identificação ou construção de sua identidade. (Mourão & Cavalcante, 2011, p. 209).

Proshansky, Fabian, e Kaminoff (1983) consideram que a função principal da identidade de lugar é a criação de um cenário interno que sustenta e serve de proteção à autoidentidade. Partindo dessa definição de Proshansky et al. (1983), Korpela (1989) conceitua a identidade de lugar como a estrutura psicológica voltada para regular o entorno e o que é central nessa estrutura é o sentimento de pertencimento a um lugar. Outros autores, como Twigger-Ross e Uzzell (1996), Dixon e Durrheim (2000) e Tuan (1983), também se dedicaram a analisar a relação desenvolvida entre a identidade e o lugar, ampliando algumas especificações

conceituais em relação à definição de identidade de lugar.

Tendo em vista o conceito de identidade de lugar, cabe apontar que a identidade social urbana pode ser considerada uma extensão desse conceito, especificamente em sua dimensão urbana. "Enquanto a identidade de lugar parte de conceitos de identidade social centrados no indivíduo, a identidade social urbana busca sua fonte em teorias pautadas nos grupos sociais" (Mourão & Bomfim, 2011, p. 219).

Sendo assim, a identidade social urbana, ao considerar diversos conceitos, integra-os no âmbito do elemento urbano. Em outras palavras, a identidade social urbana, como uma subestrutura da identidade social do espaço, culmina no sentido de pertencer a uma categoria das dimensões urbanas, como o bairro e a cidade, "determinando a atribuição de comportamentos, valores e emoções comuns ao grupo que os compartilha e que vêm a ser fruto da interação simbólica entre eles" (Mourão & Bomfim, 2011, p. 217). Ou seja, a partir da apropriação do espaço (identificação e ação-transformação), os indivíduos podem criar e perceber significados simbólicos do espaço, incorporando-os à sua identidade (Valera & Pol, 1993).

Trata-se do sentimento de pertencimento a uma categoria urbana a partir da construção social de significados associados ao entorno, pensando os lugares não só em sua construção física, mas também simbólica. Com base nessa exposição da fundamentação teórica, cabe ressaltar que a presente pesquisa construiu as discussões e as interpretações dos dados coletados à luz de possíveis diálogos entre as teorias de memória social, representações sociais do espaço, identidade social de lugar e identidade social urbana.

3 - OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em investigar e analisar a memória social do bairro de Jardim da Penha do município de Vitória-ES, construída por moradores, especificamente, sobre as décadas de 1970 e 1980. O objetivo geral assinala a adesão ao quadro teórico e à direção de análise propostos pela perspectiva psicossocial da pesquisa em memória social (Sá, 1998).

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Assim, objetivou-se especificamente:

- Descrever a história da formação de Jardim da Penha nas décadas de 1970 e 1980;
- Conhecer “lugares de memória” de Jardim da Penha que ajudaram a construir as memórias sociais;
- Identificar e descrever a memória social de Jardim da Penha, construída por três gerações de moradores, sobre as décadas de 1970 e 1980;
- Investigar a construção social das memórias de Jardim da Penha por pessoas que não viveram no período das décadas de 1970 e 1980, mas que tiveram informações dessa época por meio de outros;
- Identificar como os moradores de Jardim da Penha representam seu território, a fim de refletir sobre os processos de identificação social urbana.

4 - METODOLOGIA

A metodologia compreendeu a análise qualitativa de três conjuntos de dados diferentes: documentos históricos, entrevistas com informantes-chave que participaram da formação do bairro e entrevistas com três coortes geracionais. Utiliza-se uma abordagem multimétodo, com dois estudos principais: memória histórica (documental e oral) e memória geracional.

A pesquisa histórica teve como propósito descrever a história da formação de Jardim da Penha nas décadas de 1970 e 1980 e conhecer “lugares de memória” do bairro que ajudaram a construir as memórias sociais. Na segunda abordagem metodológica, foram realizadas entrevistas com a focalização de três coortes geracionais, que objetivaram: identificar e descrever a memória social do bairro de Jardim da Penha construída por três gerações de moradores, sobre as décadas de 1970 e 1980; investigar a construção social das memórias do bairro de Jardim da Penha por pessoas que não viveram no período das décadas de 1970 e 1980, mas que tiveram informações dessa época por meio de outros; identificar como os moradores representam o seu território, a fim de refletir sobre os processos de identificação social urbana. A Tabela 1 apresenta o detalhamento metodológico adotado nos dois estudos: Memória Histórica (Documental e Oral) e Memória Geracional.

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, parecer número 1.534.332 (Apêndice 2), conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Res. 466, 2012) e suas exigências éticas, tais como a participação voluntária, o esclarecimento dos objetivos de pesquisa e dos procedimentos aos participantes, o direito à interrupção

de sua participação sem quaisquer prejuízos, a garantia de anonimato e o oferecimento de apoio psicológico e encaminhamento, se necessário.

Destaca-se ainda que as atividades de entrevista foram realizadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3), como prevê a resolução. Portanto reitera-se que o referido termo ofereceu subsídios sobre o objetivo da pesquisa, a forma de coleta e o armazenamento dos dados (entrevista, gravação de áudio), garantia do sigilo da identidade dos participantes na divulgação de resultados e a possibilidade de desistência da participação a qualquer momento, entre outras informações.

Tabela 1

Detalhamento dos objetivos e da metodologia dos dois estudos realizados Memória Histórica e Memória Geracional

Estudo	Objetivos	Metodologia		
		Fontes e/ou Participantes	Procedimentos de coleta e Instrumentos	Técnica de análise dos dados
ESTUDO 1 Memória Histórica (Documental)	- Descrever a história da formação do bairro de Jardim da Penha nas décadas de 1970 e 1980; - Conhecer "lugares de memória" de Jardim da Penha que ajudaram a construir as memórias sociais.	- Jornais da AMJAP de 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1990 e 1991; - Relatórios dispersos da AMJAP; - Jornais dispersos nos arquivos da AMJAP (Recortes de A Tribuna, A Gazeta); - Livro de Tombo da Paróquia da Ressurreição do bairro de Goiabeiras de 1968 a 1993; - Livro de Tombo da Comunidade de São Francisco de Assis de 1983 a 1991; - Reportagens do Jornal A Gazeta publicadas nos anos de 1970, 1971, 1980 e 1985.	Após o levantamento dessas fontes, foi realizada a leitura dos documentos coletados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, no arquivo do Jornal "A Gazeta", no Arquivo Público Municipal de Vitória e nas instituições que atuaram na história de formação do bairro: a Igreja Católica e a AMJAP. O Clube 106 não disponibilizou arquivos históricos documentais para a pesquisa.	Análise de conteúdo manual
ESTUDO 1 Memória Histórica (Oral)	- Descrever a história da formação do bairro de Jardim da Penha nas décadas de 1970 e 1980; - Conhecer "lugares de memória" de Jardim da Penha que ajudaram a construir as memórias sociais.	Entrevistas individuais com sete informantes-chave de lideranças que atuaram, nas décadas de 1970 e 1980, em três instituições: Igreja Católica, AMJAP e Clube 106.	Realização de entrevistas com três tipos de roteiro semiestruturado (conforme o eixo temático que orientou a investigação para cada "lugar de memória"). O roteiro foi dividido em três partes: - perguntas sociodemográficas; - questões abertas semiestruturadas direcionadas ao processo histórico de urbanização de Vitória-ES e do bairro de Jardim da Penha; - questões abertas semiestruturadas relacionadas, especificamente, a cada instituição ("lugar de memória"). O roteiro 1 é referente ao Clube 106, o roteiro 2 é referente à Igreja Católica e o roteiro 3 é referente à AMJAP.	Análise de conteúdo manual
ESTUDO 2 Memória Geracional	- Identificar e descrever a memória social do bairro de Jardim da Penha construída por três gerações de moradores, sobre as décadas de 1970 e 1980; - Investigar a construção social das memórias do bairro de Jardim da Penha por pessoas que não viveram no período das décadas de 1970 e 1980, mas que tiveram informações dessa época através de outros; - Identificar como os moradores de Jardim da Penha representam seu território, a fim de refletir sobre os processos de identificação social urbana.	Entrevistas individuais com a focalização de três coortes geracionais: os moradores de Jardim da Penha que viveram o período das primeiras iniciativas de urbanização do bairro quando eram jovens (65 a 80 anos); os que viveram o referido período durante a sua infância, e não participaram plenamente desse período (40 a 55 anos) e aqueles que nasceram após o processo de modernização urbana do bairro e que tiveram contato indireto com os fatos do período estudado (15 a 30 anos).	Realização de entrevistas com roteiro semiestruturado e dividido em três partes: - perguntas sociodemográficas; - termos de associação livre em que foi solicitado aos participantes que falassem as cinco primeiras expressões ou frases que lhes viessem à cabeça sobre "Jardim da Penha", "Jardim da Penha antigamente", "hoje Jardim da Penha é", "morador de Jardim da Penha é", "atividades comuns de quem mora em Jardim da Penha", e, posteriormente, perguntou-se sobre qual dessas expressões ou frases considerava-se a mais importante e o porquê. - questões abertas semiestruturadas sobre as características do bairro de Jardim da Penha no passado e no presente; sobre as características dos moradores do bairro de Jardim da Penha no passado e nos dias de hoje; sobre os elementos descritivos do bairro e dos moradores, elementos visuais e materiais do bairro, elementos sociais e de interação e elementos de gosto e preferência.	Análise de conteúdo manual

Nota.

Associação de Moradores de Jardim da Penha (AMJAP).

5 – ESTUDO 1

MEMÓRIAS HISTÓRICAS DOCUMENTAIS E ORAIS DE JARDIM DA PENHA

Este estudo das memórias históricas utilizou documentos históricos e entrevistas qualitativas semiestruturadas como fontes de informação. Com relação às fontes históricas documentais, para Menandro e Souza (2007, p. 154),

tanto a ampliação temática da pesquisa social como a nova perspectiva de compreensão do sujeito ator social contribuíram também para a admissão de que a pesquisa pode se desenvolver sem que indivíduos sejam abordados diretamente (através de entrevistas ou questionários).

Ao apontar a “impossibilidade de voltar no tempo” (Menandro & Souza, 2007, p. 152) e as implicações metodológicas na pesquisa documental, os referidos autores destacam que as diversas fontes de informação podem ser consideradas como indicadores indiretos de comportamentos e, portanto, podem ser utilizadas nas pesquisas em processos psicossociais. A pesquisa documental tem sido utilizada com frequência em estudos em psicologia social.

Segundo Sá (2007, p. 293), "a categoria das 'memórias históricas documentais' é proposta para dar conta daquilo que Jedlowski chama de 'memória social' e que consistiria nos mais variados registros e traços do passado - documentos, em sentido amplo". Conforme mencionado na fundamentação teórica, trata-se de um critério de "mobilização documental" em que o foco maior do psicólogo social é nos processos e nas circunstâncias em que tais "documentos são mobilizados - efetivamente lidos, utilizados, visitados, apreciados ou ainda

simplesmente referidos - por pessoas e grupos sociais contemporâneos" (Sá, 2007, p. 294).

No que tange às memórias históricas orais, na perspectiva da história, elas são consideradas como técnica, disciplina ou método. Em linhas gerais, a história oral pode ser compreendida como método de comprovação empírica obtida por meio da entrevista e baseada na análise da memória individual ou coletiva (Alberti, 2004).

As entrevistas utilizadas na história oral documentam uma versão do passado na medida em que estabelecem relações entre o geral e o particular por meio da comparação de diferentes relatos e, no contexto desta pesquisa, também através das lacunas deixadas pelos documentos (Alberti, 2004). Na psicologia social, essa modalidade de memória histórica é concebida como uma história do tempo presente, cuja "[...] preocupação não é com a preservação dos relatos [...], mas sim com o processo e as circunstâncias segundo os quais tais memórias são construídas, reconstruídas ou atualizadas pelos conjuntos sociais" (Sá, 2015, p. 337).

Tendo em vista tais considerações, justifica-se a utilização do método de pesquisa histórica documental e oral. A seguir, serão apresentados os percursos que delinearam os aspectos metodológicos deste estudo, bem como os instrumentos utilizados e os procedimentos de coleta de dados.

5.1 MÉTODO

5.1.1 FONTES DE DADOS E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Um levantamento prévio da disponibilidade das fontes de informação com

maior potencial de utilização para alcançar os objetivos propostos neste estudo foi realizado. Primeiramente, no âmbito dos níveis de propagação da comunicação de massa em geral e de fontes de informação histórica, envolvendo produções sobre o bairro em material de imprensa e registros de instituições políticas governamentais.

Assim, inicialmente, efetuou-se um incipiente levantamento documental das publicações nos dois jornais do Estado do Espírito Santo de maior relevância e circulação, A Gazeta e A Tribuna. Tais buscas foram executadas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, no arquivo do Jornal A Gazeta e no Arquivo Público Municipal de Vitória. Também foram encontradas imagens (fotografias) tanto em registros públicos quanto em registros pessoais dos participantes deste estudo.

Vale apontar que o projeto inicial apresentado na seleção do Programa de Pós-Graduação em Psicologia para o nível de Doutorado elegia o período da década de 1960 para ser pesquisado. Realizado o levantamento preliminar, considerou-se pertinente alterar tal período para a década de 1970, pois identificou-se que, na década de 60, o bairro ainda estava numa fase muito exordial em seu processo de habitação. No projeto de exame de qualificação, promoveu-se essa alteração e o interesse de pesquisa, então, voltou-se para a investigação da memória social do bairro de Jardim da Penha relativa às décadas de 1970 e 1980. Porém, publicações nos jornais A Gazeta e A Tribuna foram mantidas como fontes históricas.

Durante a coleta desses dados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, no arquivo do Jornal A Gazeta e no Arquivo Público Municipal de Vitória, constatou-se que não seria possível esse levantamento específico referente às

publicações que noticiassem o bairro de Jardim da Penha nesse período de duas décadas. Isso porque a forma como os arquivos estão armazenados exigiria olhar os jornais de duas décadas de publicação, dia por dia, o que demandaria um tempo de coleta muito maior do que o próprio tempo da execução de uma pesquisa de doutorado. Frente a essa dificuldade, optou-se por buscar documentos históricos nas instituições que atuaram na história de formação do bairro: a Igreja Católica, a Associação de Moradores de Jardim da Penha (AMJAP) e o Clube 106. Este último, no entanto, não disponibilizou arquivos históricos documentais para a pesquisa.

Exposto o percurso de busca e levantamento dos documentos históricos, relacionam-se as fontes utilizadas neste estudo:

- Jornais da AMJAP de 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1990 e 1991;
- Relatórios dispersos da AMJAP;
- Jornais dispersos nos arquivos da AMJAP (Recortes de A Tribuna, A Gazeta);
- Livro de Tombo da Paróquia da Ressurreição do bairro de Goiabeiras de 1968 a 1993;
- Livro de Tombo da Comunidade de São Francisco de Assis de 1983 a 1991;
- Algumas reportagens do Jornal A Gazeta publicadas nos anos de 1970, 1971, 1980 e 1985.

No que diz respeito à última fonte listada, cabe esclarecer que o que já havia sido levantado no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, no arquivo do Jornal A Gazeta e no Arquivo Público Municipal de Vitória, foi aproveitado, nesta pesquisa, como uma das fontes documentais a serem utilizadas também. Haja vista que esses poucos dados já tinham sido coletados e poderiam compor, com as outras

fontes, o conjunto dos materiais documentais.

Quanto aos procedimentos de investigação, Menandro e Souza (2007, p. 159) chamam a atenção para “o entendimento de que o exame do material documental envolve uma sequência de procedimentos”. Sob essa ótica, foram realizadas as seguintes etapas neste estudo: localizar o material documental (que podia ser conhecido, ou não, pela pesquisadora); selecionar, a partir desse material encontrado, os que eram relevantes para a investigação que se objetivava; organizar, sistematizar e classificar as informações; realizar análise interpretativa e construção de inferências (Menandro & Souza, 2007).

Cumpridas essas etapas - em que todo o material documental já havia sido localizado, selecionado, organizado e, parcialmente, analisado – concluiu-se que somente os documentos não eram suficientes para construir uma perspectiva psicossocial dos “lugares de memória” (Nora, 1993) do bairro de Jardim da Penha. Corroborou, também, o fato de haver uma indisponibilidade de acesso aos documentos do Clube 106 – instituição fundamental na história de formação da comunidade de Jardim da Penha.

Para dar conta dos fenômenos de memória social, um conjunto de fontes não documentais, isto é, memórias históricas orais seriam recursos alternativos e significativos frente à falta de documentos (Sá, 2005) do Clube 106. Optou-se, então, por realizar entrevistas qualitativas semiestruturadas com informantes-chave de lideranças que atuaram, nas décadas de 1970 e 1980, nas três referidas instituições - a Igreja Católica, a AMJAP e o Clube 106. No que tange à escolha dessas instituições, cabe esclarecer que elas são “lugares de memória” (Nora, 1993) dotadas de atributos material, simbólico e funcional, investidas, portanto,

socialmente, de uma “vontade de memória” (Nora, 1993, p. 22).

A fim de alcançar os objetivos propostos neste estudo das memórias históricas orais, o direcionamento das entrevistas para as lideranças das referidas instituições foi proposital. Assim, reitera-se que o critério de inclusão dos participantes considerou a variável da posição ocupada no grupo social, durante o período pesquisado, nas três referidas instituições, ou seja, ter atuado como líder, membro, fundador ou sócio (no caso do Clube 106). Desse modo, convencionou-se “selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que [poderiam] fornecer depoimentos significativos” (Alberti, 2004, pp. 31-32) quanto aos “lugares de memória” (Nora, 1993). Outras variáveis como idade, gênero, escolaridade, tempo de residência no bairro, dentre outras, não foram consideradas como critério de seleção da amostra.

Quanto ao número de participantes, foram realizadas sete entrevistas. A quantidade de entrevistados dependia de a pesquisadora conseguir encontrar informantes-chave. Apesar do número reduzido de entrevistas, o *corpus* de dados gerado, combinado com as fontes documentais, permitiu alcançar os objetivos propostos pela pesquisa da memória histórica. Além disso, as considerações de Gaskell (2014) a respeito da finalidade da pesquisa qualitativa justificam esse número pequeno de entrevistados. Para o autor, a real finalidade da pesquisa qualitativa é “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (Gaskell, 2014, p. 68).

Os informantes-chave foram recrutados por conveniência, a partir da rede de contatos da pesquisadora e por meio da indicação dos próprios entrevistados.

Também se buscou indicações a partir das instituições, como a Igreja Católica São Francisco de Assis e a AMJAP. O agendamento dos encontros ocorreu conforme a disponibilidade dos participantes, e as entrevistas foram realizadas nos locais de maior conveniência para eles. Antes do início da coleta de dados, realizou-se a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As recomendações para ética em pesquisa com seres humanos foram respeitadas em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Res. 466, 2012).

Com relação ao instrumento, foram elaborados três diferentes roteiros de entrevista (Apêndices 4, 5 e 6), divididos, cada um, em três partes. A primeira parte dispõe de perguntas apenas com a finalidade de caracterizar os participantes. A segunda parte contém questões direcionadas ao processo histórico de urbanização de Vitória-ES e do bairro de Jardim da Penha. Nos três tipos de roteiro, essas duas primeiras partes são idênticas. A terceira parte dos roteiros é o que os diferencia, conforme o eixo temático que orientou a investigação para cada “lugar de memória” (Nora, 1993). Assim, foram elaboradas questões abertas semiestruturadas relacionadas, especificamente, à cada instituição. O roteiro 1 é referente ao Clube 106; o roteiro 2, à Igreja Católica e o roteiro 3, à AMJAP. É importante esclarecer que foi entrevistado um participante que tivera, por exemplo, três vínculos institucionais com os “lugares de memória” (Nora, 1993) investigados. Nesse caso, foi aplicada a terceira parte de todos os roteiros.

5.1.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

A técnica de análise de dados, ou seja, o aspecto metodológico escolhido e aplicável às fontes de informação, foi a Análise de Conteúdo sistematizada por Laurence Bardin, a qual aplicou tais métodos na investigação psicossociológica e nos estudos das comunicações de massas. Desse modo, o material documental e as entrevistas realizadas foram comparados e tratados em conjunto, formando um *corpus* de dados. Desses materiais, foram selecionadas citações diretas, ou seja, trechos que identifiquem núcleos de sentidos atribuídos a objetos e assuntos relevantes para a pesquisa (Bardin, 1977/1979; Bauer, 2002) histórica.

Considerando-se as características que envolvem o estudo das memórias sociais, as reminiscências que foram encontradas na coleta de dados desta pesquisa histórica documental e oral foram tratadas através de três eixos temáticos, denominados de acordo com os “lugares de memória” (Nora, 1993): Comunidade Religiosa, AMJAP e Clube 106. A partir disso, a análise transcorreu como um possível modo de apreender os sentidos coletivamente desenvolvidos na formação do bairro. Trata-se de um “discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social” (Bastos & Biar, 2015, p. 99).

As entrevistas geraram um *corpus* de dados de 294 páginas e 79.194 palavras. A opção desta pesquisa foi a de não identificar os entrevistados. Para tanto, utilizou-se referências à posição que esses entrevistados ocuparam no Clube 106, na Comunidade Religiosa e na AMJAP, seguidos de siglas identificadoras, para que não haja confusão sobre depoimentos de uns e outros. Cada ator histórico tem sua especificidade, e mesmo que o leitor não tenha acesso às suas

identidades, dentro da estrutura narrativa, é necessário identificar o encadeamento dos fatos com os atores, distinguindo um do outro. A forma de identificação apresentada na seção Resultados e Discussão será *IC*, de Informante-Chave, seguida de números de 1 a 7. Assim, *IC1*, por exemplo, refere-se ao Informante-Chave 1 que foi ex-liderança religiosa e da AMJAP e sócio-fundador do Clube 106. Todos serão tratados no gênero masculino a fim de padronizar e de preservar o anonimato dos entrevistados. A Tabela 2 apresenta a forma de identificação do entrevistado, a posição ocupada nas instituições e o(s) tipo(s) de roteiro(s) aplicados.

Tabela 2

Relação dos roteiros de pesquisa aplicados, por Informante-Chave (IC)

Entrevistado	Ocupação nas instituições	Roteiro(s) aplicado(s)
IC1	Sócio-fundador do Clube 106, ex-liderança da Comunidade Religiosa de Jardim da Penha e da AMJAP.	1, 2 e 3
IC2	Ex-liderança da Comunidade Religiosa de Jardim da Penha e da AMJAP.	2 e 3
IC3	Ex-membro da estrutura administrativa da Comunidade São Francisco de Assis.	2
IC4	Membro da estrutura religiosa da Comunidade São Francisco de Assis.	2
IC5	Liderança eclesiástica da Comunidade São Francisco de Assis.	2
IC6	Sócio-fundador do Clube 106 e Ex-membro da Comunidade Religiosa de Jardim da Penha.	1 e 2
IC7	Ativista estudantil, sócio do Clube 106 e ex-membro da Comunidade Religiosa de Jardim da Penha.	1 e 2

Nota.

Roteiro 1 (Apêndice 4); Roteiro 2 (Apêndice 5) e Roteiro 3 (Apêndice 6)

Do total de entrevistados, cinco eram mulheres e dois, homens, sendo um com idade entre 50 e 60 anos, quatro entre 70 e 80 anos e dois entre 80 e 90 anos. Além disso, três eram casados, três viúvos e um era solteiro. Todos eram naturais da região Sudeste do Brasil, sendo a maioria ($n = 5$) natural do Espírito Santo, proveniente das cidades de João Neiva ($n = 1$), Afonso Cláudio ($n = 2$), Aracruz ($n = 1$) e Colatina ($n = 1$). Os outros dois eram do estado do Rio de Janeiro, naturais das cidades do Rio de Janeiro ($n = 1$) e Santo Antonio de Pádua ($n = 1$). Quatro residiam em Jardim da Penha há cerca de 40-50 anos, enquanto dois, há 30-40 anos e um residia há 20-30 anos.

No que diz respeito à escolaridade, foi possível observar certa variedade, no qual dois possuíam Ensino Médio completo. O restante possuía Ensino Fundamental completo, Ensino Médio incompleto, Ensino Superior, Pós-Graduação e Doutorado (um cada). A maioria ($n = 4$) era de pessoas aposentadas, além de funcionário público, *coach* e padre (um cada). A caracterização dos informantes-chave é reproduzida na Tabela 3.

Tabela 3
Características gerais dos Informantes-Chave (IC)

	<i>n</i>		<i>n</i>
Gênero		Escolaridade	
Masculino	2	Fundamental	1
Feminino	5	Médio incompleto	1
		Médio completo	2
Idade		Superior	1
70-80 anos	4	Pós-Graduação	1
80-90 anos	2	Doutorado	1
50-60 anos	1		
		Naturalidade (Estado)	
Naturalidade (Cidade)		Espírito Santo	5
Afonso Cláudio	2	Rio de Janeiro	2
Aracruz	1		
Colatina	1	Profissão	
João Neiva	1	Aposentado(a)	4
St. Antonio de Pádua	1	Funcionário público	1
Rio de Janeiro	1	Coach	1
		Padre	1
Estado Civil			
Solteiro	1	Tempo de moradia no bairro	
Casado	3	20-30 anos	1
Viúvo	3	30-40 anos	2
		40-50 anos	4

Nota.

O número total de participantes foi sete.

5.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.2.1 A COMUNIDADE RELIGIOSA

March Bloch (2001) advertiu em sua obra *Apologia da História* sobre o erro do Ídolo das Origens. Ou seja, seria um equívoco buscar o início fundador de experiências que se desenvolvem no tempo, pois as relações surgidas no passado podem se modificar tanto que se torna irrazoável vinculá-las a uma origem ancestral. Como contraproposta, o autor apresenta o conceito de filiação histórica entre os fenômenos, que indica ligações diacrônicas possíveis entre o presente e

o passado sem, contudo, representar uma origem (Bloch, 2001). Tais considerações são essenciais para o caso de Jardim da Penha.

Em 1970, data do avanço dos Grandes Projetos no Espírito Santo (Siqueira, 2010), o bairro cresceu demograficamente. Nesse momento, moradores agiram ativamente na realidade do bairro, o que deu base para um grande ativismo político na década de 1980 (Angelo, 2005; Curry, 2001).

Existiram duas forças que, segundo o IC1, estimularam a reflexão sobre os processos de individualização: os padres redentoristas e os professores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O sociólogo da universidade, Dilvo Peruzzo, disse o entrevistado, debatia com os moradores sobre a intencionalidade das construções incentivadas pelo Governo Federal que, na leitura dele, era o de individualizar as pessoas, fazendo com que ficassem restritas às suas casas, apartadas de seus vizinhos.

O IC2, morador do bairro desde 1980, também fez relatos sobre os debates entre a comunidade de leigos em contato com os professores da universidade. Segundo ele:

Então é interessante uma discussão que nós fazíamos sobre essa questão de manutenção do gabarito. A gente dizia socialmente [...] Até quatro andares, com oito até 12 moradores, o núcleo é pequeno. Você conhece todo mundo e você se relaciona. Então dá um sentido mais de comunidade, de participação. Família. À medida que você joga um prédio de 12 andares, com 60 apartamentos, você passa a não conhecer o vizinho de porta. Você amplia muito o número de pessoas naquela comunidade ali, no condomínio,

e você passa a não conhecer. Quando você não conhece, você não confia. Você não consegue nem separar as pessoas que você tem relacionamento. Separar o joio do trigo. Há pessoas que você identifica, pessoas de bem, e outras não. Então, quando você não identifica, há uma atitude, por uma questão de proteção, de você fechar o seu relacionamento.

Existia, portanto, o desejo da integração entre os moradores do bairro e preocupações com os processos de individualização criados por um possível modelo arquitetônico de ocupação urbana verticalizado. Esses eram os anseios motivadores do debate e, posteriormente, de uma propaganda organizativa das instituições, como se deu no caso da luta contra os espigões (prédios que aglomerariam um contingente exagerado de pessoas).

Por outro lado, a religiosidade foi de grande importância na criação e manutenção do sentimento comunitário entre os moradores do bairro. O IC1 esteve na criação do primeiro grupo católico de Jardim da Penha e, de acordo com o seu relato, os padres redentoristas, alocados em Goiabeiras, foram influenciadores da construção desse sentimento. Exemplifica com o episódio de um batizado realizado na década de 1970:

Por coincidência, um casal foi lá [bairro Goiabeiras] batizar seu filho. Então, eles [padres] disseram: “Nós somos missionários. Onde é que vocês moram? Jardim da Penha está muito ligado a Goiabeiras. Então, a gente gostaria de fazer reunião com as pessoas nas casas, porque vocês sabem que Jesus foi muito mais”. O Padre Comblin, ele fala assim: “Não templo,

sim casa. Não altar, sim mesa”. Jesus andou muito mais nas praças, nas ruas e nas casas do que nos templos. Então, esses padres missionários eram assim. Eram mais casa e mesa do que templo.

Foi uma iniciativa dos padres missionários redentoristas em Jardim da Penha, segundo IC1, a formação de um tipo de consciência de que a igreja estaria nas pessoas.

De acordo com Schiavo (2011), a Congregação Redentorista surgiu na Itália do século XVII, e sua preocupação com ações missionárias extraordinárias tinha como público-alvo os pobres e os viciados. Intencionavam disseminar a palavra de Deus quebrando “os laços dos maus hábitos” inserindo as pessoas em uma vida cristã. Com o Concílio Vaticano II, essa Congregação se alinhou, não sem conflitos, às mudanças da Igreja, abrindo espaço para a participação dos leigos. Direcionou esforços para a questão social e também para a criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O IC1 indicou a participação essencial dos redentoristas em Jardim da Penha e, especialmente, do padre Quintiliano Borges. Para o entrevistado, Quintiliano era “um homem santo”. No livro de tombo percebe-se que a atuação do padre missionário restringia o ativismo político à linguagem religiosa.

Os depoimentos do IC1 demonstraram a atuação dos padres redentoristas na construção do sentimento de solidariedade. Segundo o entrevistado, existiam, na comunidade, círculos bíblicos às quintas-feiras, onde eram discutidos temas levados para a missa aos sábados. A forma de abordagem do padre Quintiliano inculcava questionamentos reflexivos:

[...] em um dia que ele falou em comunidade, uma senhora que estava na Igreja perguntou para ele assim: “Eu não sei o que é comunidade”, porque ele abria [espaço para falas]. No dia em que os magos visitam Jesus, é toda aquela história bonita, e, quando eles chegam lá, eles veem aquele menino enrolado em um pano, o Salvador. Aí, ele pergunta para a assembleia: “Porque eles viram em um menino pobre, enrolado em panos, o Salvador?”. Pergunta para a assembleia. Aí, quer dizer, você fica: “Por que, né?”. Outra coisa, ele não dava a resposta. Você ia para casa e ia pensar. [risos]. Aí depois ele falou de comunidade e uma senhora perguntou: o que é comunidade? Aí, ele disse que tinha uma semana para pensar. Aí, um dia ela veio e disse: “Tô ficando doida, tô ficando doida, eu não sei o que é isso!”. [risos].

É analisável o uso da palavra assembleia na fala do entrevistado, pois não é, atualmente, um termo comum entre os membros da Igreja Católica. Esse uso remete a uma maior igualdade entre os pares religiosos, sejam leigos ou eclesiásticos, indicando flexibilização em relação à hierarquia católica tradicional¹⁰. Outro registro importante é a prática da missa aberta. Nesta, as pessoas tinham a liberdade de interagir, no correr do ritual, pondo em pauta as dúvidas suscitadas nos círculos bíblicos. Ou seja, valorizava-se o diálogo e o contato entre os membros

¹⁰ Quentin Skinner (1996), em seu livro *Fundações do pensamento político moderno*, dedica alguns capítulos à Reforma Protestante na Europa. Uma das mudanças, segundo o autor, estava ligada à noção de *Ecklesia* (Assembleia), e de *Concilium* (Concílio), que significava uma maior igualdade dentro da Igreja, entre seus membros. Era uma clara confrontação protestante à hierarquia católica. Como foi notado, existem apropriações e formulações católicas que usam desses termos, que remetem à uma tradição mais antiga, como àquela da democracia grega, usada como um princípio.

da Igreja, tendo a mediação de discussões reflexivas. No livro de tombo (1983, p. 1B), o padre Adwalter Antônio Carnielli registrou essa relação:

Todas as quintas-feiras, um grupo de pessoas se reunia em forma de Círculo Bíblico para discutir e aprofundar a fé. Destas reuniões nasciam as ideias e sugestões que depois eram apresentadas para toda a comunidade reunida aos sábados para as missas.

Na explicação de IC1, as pessoas acabaram construindo o sentido de comunidade: “Quer dizer, hoje para nós é tão simples: comum mais unidade. Comunidade. Mas não era. Era complicado”. O IC2 também se refere a esse aprendizado, porém atribui aos professores e alunos da UFES a construção do mesmo sentimento:

Pois é. Em Jardim da Penha a gente tinha esse debate. O que representa para nós o conceito de comunidade? Comum mais unidade. E a gente tinha uma proximidade com a universidade, com os professores dessas áreas de humanas e até essas outras ciências mais exatas. Em casas você tem um trânsito melhor. Você tem menos aglomeração. Então, havia uma proximidade à universidade, aos professores e a muitos alunos. Isso por influência da universidade, pessoas que pensam além da especulação imobiliária. Então, na época, nós tivemos uma influência dos professores da universidade que trabalharam nessa campanha de não verticalização, contra os espigões que queriam construir em Jardim da Penha.

À necessidade de conservar o aspecto comunitário, criado da conjugação entre comum mais unidade, somava-se o enfrentamento do capital imobiliário. Esse debate vinha por membros das duas instituições. Ou seja, existia, tanto por parte dos padres redentoristas quanto por parte de alguns professores e estudantes da universidade, o escopo de criar laços comunitários entre os moradores. Por um lado, a explicação científica, por outro, a religiosa. Ambas dialogando. Essas foram influências ao movimento posterior dos moradores do bairro, porém, apenas como filiação, e não como origem, como propõe Bloch (2001).

É necessário destacar a atuação da Comunidade Religiosa Católica, pois, como dito anteriormente, a Igreja, com a participação de seus leigos, foi uma das instituições mais atuantes do bairro. De tal forma que, dentro de suas pastorais, já existia aquela intitulada de *Assuntos Comunitários*, preocupada com questões urbanísticas e sociais. Essa influência, somada aos esforços integrativos de membros da universidade, gerou um bairro com pessoas politicamente engajadas e com um forte sentimento de comunidade. No entanto, esse ativismo esteve em disputa. Existiam discordâncias entre a forma de cristandade dentro da Igreja Católica. Esse conflito torna-se claro após o surgimento da Renovação Carismática Católica (RCC).

A virada da Igreja através do Concílio Vaticano II não foi unânime, mas teve seus efeitos em vários lugares do país, incluindo o Espírito Santo. No estado capixaba, a figura de Dom João Batista da Mota e Albuquerque esteve sempre relacionada ao crescimento das CEBs em Vitória, porque direcionava muita atenção aos pobres. Sua preocupação era com o social, disse IC2. O entrevistado rememora a seguinte fala do bispo: “Só o povo salva o povo”.

Ao lado de Dom João Batista estava o bispo auxiliar, Dom Luís Gonzaga, “[...] adepto da Teologia da Libertação. Um homem aguerrido, nordestino, também chamado de ‘bispo comunista’ pelos detratores, pela sua preocupação social” (Carnielli, 2006). O /C1 lembrou da seguinte fala de Dom João Batista da Mota e Albuquerque:

Eu tenho que ter uma mão para Deus e outra mão para o irmão. Eu não posso ter as duas mãos aqui, nem as duas mãos ali, porque Deus tem que estar me ajudando, mas eu sempre com meu irmão.

Continua o entrevistado: “[...] Então essa de ficar só Eu e Deus, e quem peca sozinho se salva sozinho”, em clara referência à RCC. O /C5, liderança eclesialística do bairro, fez algumas considerações sobre o bispo e seu auxiliar:

Quando Dom João veio para cá, que era o meu tempo, Dom João, realmente, deu uma grande abertura para as CEBs. Isso é verdade. Veio até um bispo auxiliar chamado Dom Luís, que deu muito impulso e muita força para as CEBs. E as CEBs cresceram. E Dom João, lá no fundo do coração dele, talvez não fosse muito a favor das CEBs, mas aprovava, dava aval. A coisa caminhou assim. Então, eles fundaram muitas comunidades pelo Espírito Santo afora. Naquele tempo funcionava assim. Bom, esse período atingiu o apogeu.

Portanto Dom João Batista da Mota e Albuquerque e Dom Luiz Gonzaga, no topo da hierarquia religiosa capixaba, agiam dentro dos novos pressupostos da Igreja desde o Concílio Vaticano II, sendo o segundo adepto da Teologia da Libertação. Como foi dito acerca dos padres redentoristas, não necessariamente estes estimularam a formação de CEBs, mas o fizeram com o sentimento de comunidade dentro dos termos religiosos.

Em Jardim da Penha, não foi constituída uma CEB, mas existia uma comunidade fortemente envolvida com a política e as questões sociais. Após o falecimento de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, esse aspecto é reiterado através da transição de bispos da Diocese de Vitória, em 1983. No seu lugar, assumiu Dom Silvestre Luís Scandian, aquele que iria “arar com sal o terreno onde vicejam os progressistas” (Carnielli, 2006).

Segundo o IC5, a disputa política entre os participantes da Igreja, na década de 1980, gerou muitos conflitos. As divergências davam-se entre os adeptos das CEBs e os defensores da RCC. Sobre Dom Silvestre Luís Scandian, o entrevistado disse: “Olha só, quando Dom Silvestre chegou, a gente estava no auge das Comunidades Eclesiais de Base. A informação que a gente teve era de que ele era o coordenador nacional da Renovação Carismática”. Essa percepção foi também compartilhada pelo IC2 e ambos indicaram a leitura de uma obra chamada *Os Demônios descem do norte*, de Décio Monteiro Lima (1991), para entender que processo foi esse. A obra trata de um estudo sobre a política direcionada pelos Estados Unidos da América à América Latina, envolvendo empresas religiosas evangélicas e católicas. Essa política teria por intenção desarticular os movimentos das CEBs através da RCC. O objetivo seria enfraquecer o sentimento coletivo e o

questionamento social introduzindo o individualismo religioso e, conseqüentemente, o social. De um lado a mão estendida para o pobre, de outro, a relação individual com Deus. Esses são os termos do debate colocados pelas lideranças religiosas e pela liderança eclesial da comunidade de Jardim da Penha. /C5 trouxe um pouco do conflito:

Aí Dom Silvestre, realmente, trouxe uma novidade, que foi chamar a Renovação Carismática, que cresceu bastante. Parece que hoje está um pouquinho em decadência, porque tudo tem o seu tempo. Nem tudo dura para sempre. Mas, naquele momento, houve muito debate. “Ah, Dom Silvestre veio para cá, para acabar com as CEBs, porque as CEBs têm lado na política, usa da Igreja, vai lá na Igreja, mas não é de Igreja. Esses caras aí estão com essa conversa, usando do coração para fazer campanha de novo”. Isso deu muita confusão. Dom Silvestre encontrou muita reação. Muita! Não foi pouca, não. Inclusive, tinham alguns padres, que Nossa Senhora! Mas ele, com aquela paciência dele, com aquela calma. Porque Dom Silvestre tinha esse dom, né. Ficava quieto. Ele escutava.

Em geral, apesar desse debate entre as lideranças da comunidade sobre o papel que Dom Silvestre Luís Scandian ocuparia, esse bispo conquistou a comunidade e mostrou-se compreensivo às CEBs e à participação dos leigos. Isso ao mesmo tempo em que introduziu a RCC. O /C2 concorda com Décio Lima (1991) e questiona: “como um país sem tradição católica [EUA] cria um movimento que se espalhou por toda a América Latina? A Renovação Carismática criada nos Estados

Unidos. Sem tradição católica!” O entrevistado avalia a RCC negativamente e relativiza o papel que o novo bispo teria cumprido, dizendo: “Não vamos culpar só Dom Silvestre, porque a Igreja deu essa guinada [...] A Igreja muda”.

O /C1 também cita o livro, atribuindo à Renovação Carismática a função de de minar o sentimento coletivo religioso da América Latina, especialmente as CEBs. Porém, diz que eles (comunidade de Jardim da Penha e CEBs) conquistaram espaço na vida do novo bispo, que participou de algumas lutas políticas junto a eles.

Só que todos nós, que sempre fomos de CEBs, procuramos ocupar muito espaço na vida dele. Se reunia com ele. Ele sempre foi muito acolhedor. Então, ele, quando houve o Reage Espírito Santo [Fórum contra a corrupção e o crime organizado], não sei se você chegou a pegar isso. Foi uma época horrível. Quando o Camata [candidato ao Governo do Estado] foi candidato junto com o Vitor [ex-governador do Partido dos Trabalhadores] e a gente ia perder o Estado. Aliás, como Vitor também não foi bom, foi um tempo muito ruim. O Cláudio Vereza [membro do Partido dos Trabalhadores] puxou muito isso em assembleia: “Reage Espírito Santo”. E em toda a caminhada, Dom Silvestre estava na frente com a gente. No “Grito dos Excluídos”, Dom Silvestre estava com a gente. Então, de fato, ele teve um papel fundamental, mas dentro do jeito dele.

Segundo seu relato, o bispo foi muito acolhedor e entendeu as demandas das comunidades. Também lutou junto com os progressistas nos movimentos “Reage Espírito Santo” e “Grito dos Excluídos”.

Em linhas gerais, é notável que existia um esforço da comunidade em estabelecer laços de coletividade e solidariedade. Havia também uma preocupação com o social, por parte daquelas pessoas ligadas à Igreja. A definição da própria comunidade sobre o papel do cristão evidencia isso: “o cristão deve denunciar e combater as injustiças; deve ter um engajamento prático. Não adianta só rezar. É preciso agir. Fé e ação” (Livro de tombo da Igreja São Francisco de Assis, 1983, p. 1B). Desde a influência dos padres redentoristas às discussões com membros da universidade foi se consolidando uma noção de comunidade sólida que, posteriormente, deu seus préstimos à AMJAP de maneira significativa através de seus militantes.

Os entrevistados narraram alguns conflitos entre a comunidade e os padres que passaram pela Igreja. É desnecessário adentrar nesses conflitos. O que cabe registrar é o entendimento de parte dos membros de que os eclesiásticos sempre estariam de passagem pela comunidade e que estes deveriam respeitar as relações previamente construídas por ela, como demonstra a fala do IC1:

Todos eles. Todos eles vêm de passagem. A nossa briga com um determinado padre é que ele chegou dando ordens. E como a gente já estava muito fortalecido com os redentoristas dizíamos: “Não, você está aqui de passagem, a comunidade é nossa”. Aí, ele socava a mesa e discutia, mas depois ficamos bem.

Infere-se que os padres redentoristas tinham construído experiências de relações horizontais com a comunidade que, unida, enfrentava quem tentasse impor regras a ela. Mentalidades autoritárias, de acordo com os entrevistados, tinham grandes problemas de relação com Jardim da Penha.

O mais importante desses detalhes sobre a convivência entre lideranças leigas e eclesiais é a ideia de comunidade. Esta deveria ser solidária, coletiva e gozar de liberdade coletiva. Os padres estavam sempre de passagem, pois o que importava era o modo relacional construído em diálogo com os valores redentoristas.

Um dos “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 9) que guardaria, materialmente, a imagem da independência, da solidariedade e da coletividade, produzida pelos moradores de Jardim da Penha, é a construção da Igreja Católica. Esta contou com o padre Adwalter Carnielli e com um grande esforço da comunidade.

Já em 1983, com a chegada do padre à comunidade, ficou registrada no livro de tombo, a realização de eventos que serviriam para confraternização e arrecadação de recursos. No dia 04 de dezembro de 1983, ocorreu o primeiro na Escola Álvaro de Castro Mattos. Um ano depois, no terreno da Igreja, foi feito outro churrasco, liderado pelo encarregado da construção, Manoel de Araújo Filho. Em 1984, os eventos foram realizados com maior frequência: maio, agosto e novembro. Alguns contaram com a participação de 1.000 pessoas. As Figuras 1 e 2 registram, respectivamente, o início da obra da Igreja Católica e o movimento dos moradores em torno da arrecadação de recursos para realizá-la.



Figura 1. Fotos da praça Aníbal Anthero Martins no início da década de 1980, antes da chegada do padre Adwalter Carnielli. Na primeira imagem, pode-se ver ao fundo a escola SESI e a praça ainda sem a construção. Na segunda imagem, o início da construção. Fonte: Arquivo pessoal de um dos informantes-chave.

Figura 1. Praça Aníbal Anthero Martins no início da década de 1980.



Figura 2. Fotos do 1º Churrasco para arrecadação de recursos para a construção da Igreja Matriz de Jardim da Penha, na praça Aníbal Anthero Martins. O churrasco aconteceu no pátio da escola Estadual Álvaro de Castro Matos, local onde ocorriam as missas e o atendimento religioso da comunidade São Francisco de Assis. Os outros churrascos aconteceram já abaixo do galpão construído na praça, no local onde está a Igreja atual. Fonte: Arquivo pessoal de um dos informantes-chave.

Figura 2. 1º Churrasco para arrecadação de recursos para a construção da Igreja Matriz de Jardim da Penha.

Aos poucos, a Igreja foi tomando forma, mesmo que modesta. Em 1984, ela já contava com paredes, reboco e telhado; em 1985, telhado lateral e piso; em 1986, bancos e porta; e, a partir de 1988, a comunidade passou a lutar pela doação de mais um espaço da praça Aníbal Anthero Martins.

A comunidade empenhou-se na realização de festas juninas e churrascos para a arrecadação de fundos. Mais do que isso, os moradores e o padre construíram a igreja, literalmente, com as próprias mãos.

Posteriormente, o decurso da transição entre essa igreja e a construção da nova Matriz foi marcado por algumas divergências. Optou-se, nesta pesquisa, por não adentrar nas particularidades dessa questão, visando respeitar o anonimato dos indivíduos. É importante registrar, neste episódio, indícios do enfraquecimento da horizontalidade que marcou as relações entre os membros da comunidade e os eclesiais nas duas décadas antecedentes. Processo que dialoga com a percepção de Angelo (2005): Jardim da Penha viveu um refluxo de sua militância ao longo da década de 1990.

Do interior da Igreja, surgiu um encontro que atravessou gerações: a festa junina da Comunidade Católica de Jardim da Penha. Isso, desde 1983, no mínimo, pelo que é registrado no livro de tombo da comunidade. O evento reforça os vínculos com o passado e fixa uma identidade para o bairro. As festas juninas foram uma fonte de rendimentos para a construção da Igreja Matriz e colaboram, ainda hoje, para a produção de recursos que auxiliam à manutenção da comunidade.

5.2.2 A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE JARDIM DA PENHA (AMJAP)

Segundo Curry (2001), a AMJAP foi criada, em 1984, após os aumentos ocorridos nas prestações pagas, por moradores, ao Banco Nacional de Habitação. A autora conta que, em uma reunião para discutir o problema citado, foi montada uma comissão com a finalidade de elaborar um estatuto para a nova organização. No mesmo ano, foi eleita uma diretoria provisória (Curry, 2001).

De acordo com os entrevistados, a associação também contou com membros da Igreja Católica e da Associação Praiana 106 (Clube 106) que, apesar de divergências específicas, confluíam em uma perspectiva de valores. Percebe-se que os efeitos da atuação da AMJAP estão presentes, ainda hoje, nas dimensões físicas e simbólicas do bairro. Como exemplos mais evidentes, podem-se citar as relações com uma regra específica de trânsito e o padrão arquitetônico das edificações.

Sobre o primeiro ponto, é comum em Vitória escutar a seguinte assertiva: “Até em Jardim da Penha não estão parando os carros para as pessoas na faixa de pedestre!”. Ali está o efeito de uma ação da AMJAP. O respeito à faixa de pedestres no bairro é reconhecido para além da comunidade de Jardim da Penha. Portanto a não obediência dessa normativa gera espanto nas pessoas. No cotidiano, é provável que a maior parte dos indivíduos desconheçam o motivo da existência desse costume, uma luta da AMJAP que sobrevive até os dias atuais. Os entrevistados, assim como os documentos históricos, confirmam que essa prática foi efetivada através de um trabalho de conscientização.

O segundo ponto diz respeito ao gabarito dos prédios. Em Jardim da Penha, hoje, já existem edificações de verticalização acentuada próximo à universidade. No entanto a maioria dos prédios possui no máximo seis andares. Na praia de Camburi é possível perceber a discrepância entre a baixa verticalização de Jardim da Penha e de seu bairro vizinho, Mata da Praia.

O IC1, que também foi membro da AMJAP, afirmou que a discussão sobre as faixas de pedestres foi uma iniciativa de Otaviano Rodrigues de Carvalho, liderança política do Partido dos Trabalhadores, que teria a intenção de “humanizar

o bairro”. O referido informante-chave expôs o modo como essa campanha foi abordada:

Foi ideia do Otaviano, no dia 10 de julho. Fizemos uma reunião, e ele disse: “Olha, a gente precisa humanizar mais o nosso bairro. Vamos tentar conscientizar a população sobre as faixas. Faixas de pedestres entre as praças”. Aí, o que a gente fazia. A gente ia para as escolas. Vamos discutir as faixas. Com quem? Vamos envolver as escolas. E aí a gente ia para as escolas. Primeiro conversava com a diretora. Ela depois passava para os alunos. E, “a gente vai fazer uma manifestação com os alunos dizendo da importância das faixas”. Aí, então, a prefeitura aprova onde vai colocar a faixa. Então, isso das faixas, foi da Associação, mas junto à comunidade toda.

O IC1 recordou, ainda, um evento que o presenteou pelo esforço da AMJAP nesse sentido, mostrando que a lembrança de tal conquista transbordou os limites físicos do bairro:

E eu fiquei muito feliz depois que passou a existir as faixas. E depois de anos, muitos anos depois, eu estava em uma conferência em Brasília. Um palestrante da mesa falou assim: “No Brasil, existem dois lugares que respeitam a faixa: Brasília e Jardim da Penha, em Vitória”. Então, para mim, foi o auge, porque nós fomos os primeiros.

Esse trabalho educativo passou de geração em geração. Mesmo pessoas de outros bairros da Grande Vitória, em Jardim da Penha, agem de maneira distinta do que fariam em outros locais com relação à faixa. Talvez, um ou outro burle a regra, mas é um fato notável que as pessoas respeitam de maneira específica a faixa de pedestre no bairro. O modelo da disposição de faixas de pedestre, implementado nas praças de Jardim da Penha, está representado na Figura 3.



Figura 3. Praça Wolgano Neto, conhecida como praça do Carone.

Nos relatos dos mais velhos, envolvidos com a AMJAP, essa característica é reconhecida como uma conquista que, conforme IC2 aponta, não tem sido reforçada no contemporâneo: “A gente conseguiu manter o gabarito dos prédios, conseguiu fazer uma campanha de faixa de pedestres que, até hoje, embora não venha sendo fortalecido, é marcante no bairro essa obediência”. O IC4 também aponta esse fato: “Até mesmo as faixas que tem nas ruas, dizem que é o bairro que

obedece. A pessoa está passando e o carro também para. É o bairro que os carros mais param para a passagem do pedestre”.

O IC2 corrobora a defesa de que a manutenção dos prédios de baixo gabarito foi uma conquista da AMJAP, contrariando perspectivas do senso comum que costumam atribuir o impedimento da construção de espigões ao fato de o bairro ser próximo do aeroporto. Segundo seu relato, existiram muitos debates no sentido de conscientizar os residentes sobre os efeitos negativos de prédios altos. O entrevistado afirma que a verticalização desordenada é prejudicial à construção de uma noção comunitária. Se o mercado imobiliário trabalhava cada vez mais pela lógica dos condomínios individualizados, com área de lazer própria, segundo IC2, a AMJAP pensava no aspecto social de integração:

As pessoas tinham esse fetiche com o arranha-céu. As pessoas achavam bonito. Aí, a mídia empresarial trabalhava uma conceituação de prédios bonitos com áreas de lazer espetaculares, com piscina. E a gente trabalhava com uma conceituação diferente. Nós não queremos piscina dentro do prédio. Nós não queríamos área de lazer dentro do prédio. Nós queríamos uma área de lazer na praça, para as pessoas se relacionarem.

De acordo com IC2, a preocupação da AMJAP, em relação aos espigões, estava na precarização da qualidade de vida pelo aumento dos problemas infraestruturais e na sua lógica de individualização. Buscava-se a valorização do lazer público, privilegiando espaços que ampliassem as relações. Exemplificou com

a Praia do Canto [bairro vizinho] que, na visão do informante-chave, não possuía espaços de vivência comunitária. Continua o entrevistado:

A gente trabalhou muitas questões que poderiam, até, serem corrigidas, mas não eram verdadeiras. Eram corrigíveis. Era a questão de você colocar paredão de prédios, aí você não recebe o ar da praia mais. Se você colocar paredão de arranha-céu, você vai fazer sombra na praia, depois das duas três horas da tarde, como tem na Mata da Praia. Você faz prédios imensos em um bairro projetado para casas, vai faltar. Vai ter demanda de rede de esgoto, de água. Porque o bairro foi projetado para aquele tamanho. Dez mil pessoas, para chegar a 100 mil pessoas? Então, com essa discussão você conseguia convencer o pessoal do bairro, no sentido de que era uma proteção da qualidade de vida deles. Enchia o bairro de carros, vai faltar água, o esgoto vai explodir aqui. Nessa conceituação, nós conseguimos fazer várias campanhas de conscientização para manter o gabarito de Jardim da Penha baixo. Mas, só em uma conceituação de prejuízo do bolso, só nessa conceituação. Nessa conceituação psicológica, sociológica, a gente não conseguia trabalhar muito não.

Ou seja, em seu relato, o IC2 faz uma avaliação sobre a eficácia do discurso utilizado na questão dos prédios. A sombra dos edifícios na praia e os prejuízos causados pelo esgotamento da infraestrutura eram mais mobilizadores do que o apelo aos valores comunitários, relacionais. O que sugere que os princípios morais de comunidade não eram tão arraigados e hegemônicos como desejava a

militância atuante no bairro. O IC1 reforçou o caráter de luta da manutenção de prédios baixos em Jardim da Penha, dizendo que foi a mobilização contra a mudança do Plano Diretor Urbano que manteve o tamanho das construções.

Nós temos um dos melhores bairros. Meu genro, que hoje é engenheiro de segurança do trabalho, diz assim: “Jardim da Penha tem valorização por causa dos prédios de quatro andares”. Aí tem gente que fala assim: “Ah, foi por causa do aeroporto”. Não foi! Foi uma luta da Associação de Moradores junto ao Plano Diretor Urbano. Porque a gente estava muito perto do mar. Porque ia cercar todo vento que vem do mar. Porque o esgoto poluiria o mar. Então, muito pelo aeroporto, mas muito pela qualidade de vida. Então, hoje, já se constroem maiores prédios, mas aqui nesse meio só construíram de cinco andares. Mas foi uma luta muito grande da Associação. As faixas, os dejetos de cachorros, as escolas. Então, foram lutas da Associação. Então, eu acho que o grande *boom* mesmo foi com os missionários.

O IC1 também apontou a manutenção do gabarito dos prédios como resultado de lutas e reforçou o lugar dos sacerdotes redentoristas, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo grande ativismo social. A diferença entre a altura das edificações em Jardim da Penha e em bairros vizinhos pode ser notada nas Figuras 4 e 5.



Figura 4. A imagem da esquerda apresenta uma parte continental de Vitória, onde está Jardim da Penha, e adentrando a Ilha de Vitória, o bairro Praia do Canto. A imagem da direita mostra a baía de Camburi, onde se pode notar a diferença entre os prédios de Jardim da Penha (à esquerda) e do bairro Mata da Praia (à direita). (Fontes: Skycrapercity, 2017; Encrypted, 2017).

Figura 4. Imagem comparativa das edificações nos bairros Jardim da Penha, Praia do Canto e Mata da Praia.



Figura 5. Foto tirada de uma edificação do bairro Jardim da Penha que mostra a diferença no gabarito dos prédios. À sua frente está Mata da Praia, ao fundo, o bairro Jardim Camburi. (Fonte: Blog CenaVitória, 2017).

Figura 5. Diferença de gabarito entre as edificações nos bairros Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi.

Otaviano de Carvalho, principal líder da AMJAP, apareceu na memória dos entrevistados como uma figura central, que se vinculava às conquistas físicas e simbólicas do bairro. De acordo com o IC1, “a Associação de bairro era muito forte e muito poderosa. Otaviano era o cabeça e o chefe. E petista doente. Trabalhava muitas questões. Foi por isso que ele se elegeu vereador”. O IC2, ex-liderança religiosa, que tinha relações mais estreitas com Otaviano, contou:

Eu lembro até do Otaviano de Carvalho, que não era católico e nem tinha religião. Eu falei para ele: “Pô cara, você não é católico, você não tem religião, mas você me ensina a viver o cristianismo”. [riso do entrevistado]. Porque ele fazia na prática o social, né. Se preocupava muito com essas questões. Outro dia eu estava até comentando que o Otaviano morreu antes dessa crise do PT, senão ele tinha morrido junto. Ele era PT mesmo. Ia sofrer muito.

Otaviano Rodrigues de Carvalho faleceu, em 1999, em um acidente de automóvel, quando acompanhava a comitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Sooretama-ES. A importância de Otaviano esteve presente nas declarações de todos os informantes-chave vinculados às organizações institucionais de Jardim da Penha. Pela sua atuação, foi eleito vereador e deputado estadual, contando com grande apoio eleitoral dos moradores do bairro.

Em relação ao processo de urbanização caótica de Vitória, Jardim da Penha nasceu no período em que a cidade passou por um processo de industrialização acelerado. Nesse ambiente, existiu uma atenção especial por parte dos moradores

sobre os possíveis efeitos de um processo de urbanização caótico. Isso é perceptível na luta travada entre os moradores e o capital imobiliário, assim como na preocupação com o trânsito interno do bairro e na luta pela integração das pessoas, como já mencionado.

Mas quais eram os problemas que a urbanização industrial traria? Em geral, os entrevistados apresentaram a pobreza. Segundo IC1, a criação de um enorme canteiro de obras traria um contingente populacional imenso para o Estado e, aquelas pessoas sub-remuneradas, ocupariam bolsões de pobreza, onde a violência e a miséria ficariam mais presentes na realidade da cidade de Vitória. Nesse sentido, as lideranças leigas da comunidade agiram buscando remediar a situação dos mais pobres. De acordo com o IC1:

Muita gente do interior vinha para cá para assumir os empregos. Só que o emprego sem profissão. Porque o lavrador, que profissão que ele tem? Muitas vezes sem documento, sem escolaridade. Então, o que que aconteceu? Eles vinham em busca de emprego e foram criando os bolsões de pobreza. E desses bolsões, as crianças, que não tinham o que comer dentro de casa, saíam para as ruas para pedir, para comer os restos dos bares. Além da poluição, que todo mundo sente, trouxe esse problema. Porque eu acompanho São Pedro [bairro da periferia de Vitória], na época lá do lixão. A gente viu que a maioria que estava em São Pedro não veio de São Pedro. Desceu para ir para São Paulo. Alguns conseguiram trabalhar na Siderúrgica, mas não tinham como, eles ficaram lá. Então, foram criando os bolsões de pobreza, como Maria Ortiz, uma ocupação. [...]. Assim, todo

mundo vivendo indignamente! Todos que vieram em busca de um trabalho. Então, é claro que Maria Ortiz hoje é outra coisa, São Pedro, graças a Vitor Buaiz [ex-governador].

Ou seja, na perspectiva do entrevistado, a promessa de empregos fez com que pessoas migrassem de outros estados para o Espírito Santo, especialmente, para Vitória. Quando não se empregavam nas siderúrgicas, ficavam em estado de miséria.

O IC2 reportou informações semelhantes ao dizer que “as obras da construção da Vale e da CST trouxeram um canteiro de obras imenso!” As pessoas que se deslocaram para Vitória em busca de emprego, na perspectiva de IC2, dividiam-se em dois tipos: aqueles que eram qualificados, com ganhos maiores, e os trabalhadores temporários, envolvidos em obras. Ao término das obras, “eles [trabalhadores da construção civil] ficavam por aí”, o que gerou grandes ocupações desordenadas.

O IC4 também relatou os impactos desses grandes projetos: “vieram muitas pessoas e, com isso, a cidade foi ficando violenta por causa dessas coisas”. Continua o entrevistado: “o pessoal ficava procurando emprego e não tinha local para ficar, aí, se estabelecia em qualquer lugar, nos morros, nas favelas, e isso ia refletindo uma chance para a violência”.

Segundo IC5, os membros da comunidade fizeram trabalhos assistenciais com as pessoas mais pobres, fruto desses efeitos negativos da urbanização caótica. A região próxima ao Canal [região sul do bairro] foi ocupada por indivíduos em condições precárias de vida. Alguns membros da Igreja atuaram junto a essas

peessoas, como Rodolpho Dalla Bernardina [liderança política]. Contou o entrevistado que ele pegava sua “motoca” e dava voltas no bairro, entrando em contato com as pessoas carentes. Nesse sentido, o informante citado diz que a comunidade de Jardim da Penha também atuava em outros bairros pela Pastoral Familiar da Igreja Católica.

Os relatos apontaram o envolvimento da comunidade do bairro nos problemas urbanos provocados pelo *boom* industrial entre as décadas de 1960 e 1980. Tanto as demandas internas do bairro quanto os efeitos do desenvolvimento econômico na Grande Vitória receberam atenção por parte da comunidade em duas de suas principais instituições: Igreja Católica e AMJAP. Jardim da Penha teve uma vanguarda muito forte que, pela organização coletiva, amenizou os efeitos caóticos da urbanização da cidade de Vitória no espaço do bairro.

5.2.3 A ASSOCIAÇÃO PRAIANA OU CLUBE 106

Associação Praiana 106 ou Clube 106, hoje, é uma conhecida casa de festas da Grande Vitória, extrapolando os limites de Jardim da Penha. Porém sua história remonta ao início da formação do bairro, referente ao período da habitação do conjunto das 106 casas.

É unânime na fala dos moradores que criaram o Clube, que este seria uma alternativa ao isolamento em que se encontrava o bairro na época. Não existia um espaço próprio para lazer e integração. A construção do Clube foi uma iniciativa dos primeiros moradores das 106 casas. Anteriormente, por volta de 1969, os primeiros habitantes do bairro faziam eventos de confraternização em suas próprias residências.

O IC1 referiu-se às reuniões anteriores à fundação do Clube como uma forma de fugir da lógica do Sistema Nacional de Habitação que, segundo ele, isolava as pessoas. Disse: “Então nós não nos isolamos. Aí, começávamos a nos conhecer, conversar. Aí, um dia fazia em uma casa, outro dia fazia na outra”. O IC6 lembrou da espontaneidade com que surgiu a ideia de criar o Clube:

Eu sei que, aí: “Vamos fundar um Clube? Vamos? Fundar o 106”. E aí que começou. “Vamos comprar um terreno?” “Vamos! Mas quem vai comprar o terreno?” Aí tinha um amigo do Boechat que tinha um terreno aonde é o 106 hoje. Ele falou assim: “Vamos apanhar um empréstimo no Banestes e divido em parcelas para vocês”. Então, foi feito. E quem eram os avalistas? Nós mesmos [risos]. Então, todo mundo se arriscou. Mas deu certo. Porque construímos e, pouco tempo depois, inaugurou uma coisa quadrada [prédio do Clube 106].

Tanto o terreno quanto a obra de construção da Associação Praiana 106 foram custeados pelos próprios habitantes de Jardim da Penha, sendo fundamental a organização dos moradores. Eram feitos almoços, jantares e churrascos no terreno onde, hoje, encontra-se o Clube. Debaixo de uma choupana de palha, as pessoas levavam suas comidas e elas mesmas as compravam. Era uma forma de contribuir financeiramente para o Clube e ainda confraternizar com os vizinhos, como contou o IC6: “a gente fazia o churrasco na rua. Festas na rua. Desfiles na rua [...], dávamos as coisas, nós mesmos comprávamos [risos] [...] todo o dinheiro foi arrecadado assim, até conseguir”. O IC1 também descreveu:

Nós fazíamos, assim, um jantar. Cada um dava uma coisa. Então, organizávamos. E tinha a dona Ivone, que era superorganizadora. Dona Ivone e seu Nicanor. Os mais idosos. Os mais organizados. E davam ideias de como fazer. A gente fazia um jantar e comprávamos o jantar. Quer dizer, a gente comprava e tinha um preço que a gente pagava para comprar aquele jantar. Queríamos juntar dinheiro para comprar o terreno. Isso a gente fez muitas vezes.

Aos poucos, o Clube foi tomando forma, com uma estrutura de alvenaria e formato baseado no Praia Tênis Clube, famoso lugar de eventos da cidade naquela época. Segundo o /C6, a estrutura foi projetada pelo engenheiro Marcelo Vivácqua, o mesmo que teria projetado a Igreja Matriz de São Francisco de Assis.

Quem nos ajudou foi Marcelo Vivácqua. Que fez até a planta da Igreja. Ele olhou o Praia Tênis Clube. Foi baseado mais ou menos. O primeiro era uma coisa quadrada. Pequeno, mas quadrado. Mais ou menos como o Praia Tênis Clube. Foi baseado ali. Isso eu tenho certeza.

Um dos fundadores do Clube criou o *slogan* da Associação Praiana 106. Ao abordar o assunto, /C1 relatou:

Muito inteligente, estudioso [...] E ele falou assim: “Eu faço a logomarca” [...] E aí ele fez o desenho de um cavalo marinho. Porque nós estávamos perto do mar! Hoje não estamos mais, porque os prédios nos afastaram. Mas nós

estávamos perto do mar. Nós ouvíamos as ondas. Então ele fez um cavalo marinho, uma sombrinha de praia e a Associação Praiana 106. Quer dizer, de fato a gente não estava na beira da praia, mas nós estávamos muito próximo.

Após a construção da sede em alvenaria, substituindo a choupana de palha, o Clube tornou-se, de fato, um lugar dos moradores. Segundo os entrevistados, o Clube era estritamente recreativo. Tratava-se de um local em que ocorriam festas de aniversário, casamentos, serestas, festas às sextas-feiras, etc. O IC7 o considerava uma extensão da casa dos moradores. O registro fotográfico reproduzido na Figura 6 rememora as movimentações festivas que ocorriam no início do Clube 106.



Figura 6. Baile no Clube 106, na década de 1980. (Fonte: GazetaOnline).

Figura 6. Baile no Clube 106, na década de 1980.

Para a administração do Clube, era eleito um presidente de ano em ano ou a cada dois anos. Foi feito também um estatuto que regeria as relações do Clube. Inicialmente, eram eleitos os sócios-proprietários que o comandavam.

Atualmente, os moradores afastaram-se do Clube como frequentadores. Também desconhecem sobre a atual administração da Associação Praiana 106. Se antes o espaço teria servido estritamente à recreação dos moradores das 106 casas e, posteriormente, aos que chegavam ao bairro, o Clube não teria mais essa característica.

As pessoas dizem não saber como o Clube está hoje e que ele se perdeu. Como motivo apresentam a morte dos homens que o fundaram – dos sócios-proprietários – e a mudança de característica da Associação que, com o tempo, tornou-se mais comercial. Com isso, os moradores afastaram-se do Clube. De um lugar em que os habitantes do bairro compartilhavam uma vivência comunitária, o Clube, hoje, é um ponto de Vitória, como aponta o IC1: “[...] foi crescendo. Os fundadores, principalmente os homens, foram morrendo. Os grandes mobilizadores foram morrendo [...] em algum momento. Hoje, eu já não sei mais como está o 106”. O IC6 lamentou sobre a frieza de cobranças do Clube em relação aos eventos particulares dos moradores: “E eu, se quiser utilizar o Clube, como sócio-proprietário, como um dos donos daquele negócio lá, não tenho direito. Eu tenho que pagar uma taxa grande. Tenho que pagar a limpeza”. Segundo ele, isso não é justo, pois o Clube 106 seria um pedaço dele. Completou:

Clube que nós fizemos, que nós carregamos tijolos, que nós carregamos madeira, que nós limpamos terreno. Tudo nós fizemos. Não são esses

novos [...]. Então, assim, a gente fica receoso, chateado com certas coisas. E nós não sabemos de nada do Clube. Nada, nada!

A posição das pessoas mais velhas é a de “deixar para lá”, diz o /C1. Mesmo sendo sócio-proprietário, o /C6 afirmou não querer brigar: “Briga não”. Por outro lado, a filha de um dos fundadores do Clube diz que ela e outros querem resgatar a Associação Praiana. A preocupação dela, contou o /C7, é a falta de transparência na administração do Clube:

Quem está presidindo os eventos que estão tendo lá? Para onde está indo o dinheiro? O que está sendo feito? E a gente começou. De vez em quando, eu encontro com um ou outro e a gente conversa sobre isso.

De fato, a partir dessas falas, é possível notar que houve um afastamento dos moradores com relação ao Clube 106, assim como, à AMJAP. O /C7 contou sobre a mudança no perfil dos frequentadores do famoso Baile da Sexta-feira:

Uma coisa interessante foi a mudança de característica desse baile, que a gente chamava de Baile da Sexta-feira. Toda sexta-feira tinha e a gente ia sempre. Aí, esse baile da sexta-feira começou a ficar famoso. Começou a vir muita gente de fora. E a partir daí, muita gente começou a deixar de ir. Começou a chegar pessoas que confundiam as coisas. Teve uma ou duas vezes que a gente sempre ia lá. Era como se fosse a nossa casa. Uma extensão da nossa casa. Então, a gente ficava muito à vontade. E, por

algumas vezes, eu, por exemplo, fui abordado de forma indevida por alguns [...] que estavam lá e que vinham de fora. Aí, a gente acaba deixando de ir. Aí, fui me afastando e nunca mais frequentei. É uma pena!

Em outro trecho, o *IC7* reiterou o motivo de seu afastamento do Clube e inferiu que os outros moradores, sócios-proprietários, teriam deixado de frequentá-lo pelo mesmo motivo.

Foi quando começaram a abrir muito. Qualquer pessoa podia entrar no Clube, nesses eventos da sexta-feira. Aí, começou a abrir muito. Qualquer pessoa podia entrar. Então, às vezes, como eu disse, eu fui abordado de forma indevida. Então, a gente acaba deixando de ir. Vai se afastando. E outras pessoas vão.

Ou seja, a abertura do Clube para um público externo ao bairro de Jardim da Penha e o seu crescimento teriam, na leitura do *IC7*, gerado um refluxo da frequência dos moradores do bairro, que não se sentiriam mais “em casa”, mas sim, como uma visita.

Um próximo ponto a ser destacado que se relaciona ao Clube 106 é o bloco carnavalesco “Segura o Copo”. Criado pelos fundadores, o bloco é um outro exemplo de como os moradores vivenciavam suas festas e buscavam manter uma característica própria, familiar e compatível com os modos de sociabilidade estabelecidos pela coletividade.

5.2.4 OUTROS LUGARES DE MEMÓRIA: BLOCOS CARNAVALESCOS E A RUA DA LAMA

Neste tópico, serão abordados outros “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 9) que foram mencionados nas falas dos entrevistados neste estudo. Trata-se dos blocos carnavalescos, “Segura o copo” e o “Tô bebo”, e a rua da Lama.

Segundo *IC1*, o nome teria sido fruto de uma criação divertida: “[...] como toda a festa tinha alguém segurando o copo... [risos]. Então: “Ah, como vai chamar o bloco? Ah, Segura o Copo”. Os entrevistados (*IC1*; *IC6*; *IC7*) contaram que o bloco foi baseado no banho de mar à fantasia que ocorria em Manguinhos (bairro da Grande Vitória) e na tendência dos blocos que ocorriam nas redondezas de Goiabeiras. Conta o *IC1*: “Nosso bloco era maravilhoso. Não tinha carro de som, quer dizer, não tinha esse trio elétrico. Era uma bandinha junto. E se fazia fantasias lindíssimas de papel. Então, todas as famílias se fantasiavam de papel”.

A festa começava uma semana antes, com a preparação das fantasias. Na semana do carnaval, o bloco saía na sexta-feira. Na frente do Clube 106, ocorria a concentração sempre cedo “por causa das crianças”, diz o *IC7*. Passando pelas ruas das 106 casas, o bloco ia parando em algumas casas, onde moradores abasteciam seus amigos com bebidas. Na caminhada em direção à praia, pessoas iam se juntando ao bloco e, ao chegar à praia, faziam um banho de mar. A Figura 7 ilustra esse relato. O *IC1* contou que o “Segura o Copo” acolhia os novos moradores:

Depois da bebedeira, todo mundo saía pelas ruas tocando com a bandinha.

O que fazem hoje em Manguinhos. E aqui era praticamente famílias. Mesmo

depois que chegou o Gênesis [um dos conjuntos habitacionais construídos no bairro] e os outros conjuntos. As pessoas que aderiam, aderiam junto com a gente. Na mesma linha de família. Desfilando todo mundo com fantasias. Nada com a intenção de ganhar nada. Só mesmo um espaço de lazer. E não tinha nada de política.



Figura 7. Bloco "Segura o Copo" no banho de mar na praia da Camburi e nas ruas de Jardim da Penha.

Os informantes-chave entrevistados marcaram bem a diferença entre o “Segura o Copo” e o bloco “Tô Bebo”. O “Tô bebo”, também de Jardim da Penha, voltava-se para um público mais amplo, com patrocínio do comércio. Um [o “Segura o Copo”] seria familiar, feito com marchinhas e para todas as idades, enquanto o outro [o “Tô Bebo”] seria da “bagunça”, da “bebedeira”. O IC7 explicou essa diferença:

Eu vejo o “Tô Bebo” mais como uma coisa de carnaval, de farra indo meio que para a bagunça, às vezes. Já o “Segura o Copo” seguiu aquela tradição de marchinha, de carnaval de família, de criança. Aquela coisa mais tradicional. E o “Tô Bebo”, não só trazendo marchinhas e tal, mas outros tipos de música. Eu fui lá uma vez para ver como é que era isso, de tanto falarem. Mas eu nunca frequentei o “Tô Bebo”. Pelas coisas que as pessoas comentam. Pelas coisas que a gente via, o resultado de depois. E até o “Vão parar com isso”!

Existia uma clara separação entre a natureza dos blocos, valorizando o aspecto familiar do “Segura o Copo”, mais restrito aos moradores do bairro. Tanto com relação ao Clube 106 quanto aos blocos de carnaval existia a separação entre os de dentro e os de fora. O Clube e o bloco do bairro tinham que permitir que as pessoas fossem visíveis em suas relações. Passado e presente desses lugares de memória estão reproduzidos na Figura 8.



Figura 8. Bloco “Segura o copo” e fachada atual do Clube 106.

A “separação entre os de dentro e os de fora” é perceptível também com relação à rua da Lama. Esse ponto de entretenimento de Jardim da Penha seria um lugar cosmopolita. Um lugar da cidade dentro do bairro.

Os informantes-chave apontam que, nas décadas de 1970 e 1980, o local era, literalmente, a rua da lama nos dias de chuva. A memória construída sobre o local é de que, para além do sentido literal, a rua da Lama recebeu esse nome por ser um ambiente adjetivado como decadente, em que as pessoas consumiam drogas e bebidas em excesso.

Hoje, a rua da Lama é um lugar da Grande Vitória, no bairro. Pela sua localização, próximo à universidade, o seu público é composto, em grande parte, pela comunidade acadêmica. Além de moradores de Jardim da Penha e estudantes da UFES, recebe jovens de toda a Grande Vitória. Em alguns fins de semana, o

contingente de pessoas da rua da Lama interrompe até mesmo o trânsito de veículos.

O IC1 lembrou de ir à rua da Lama, especificamente, para comer pastéis de comerciantes argentinos refugiados, no Brasil, após o golpe de Estado no seu país. Naquela época (1970-1980), disse ele, a rua “era da lama mesmo!” Trouxe uma visão negativa sobre o local, dando destaque para o uso de drogas: “juntou muita coisa que não prestava. Muita gente drogada. Muita droga”.

A visão do IC1 não surpreende por se tratar de uma pessoa idosa que, quando a rua da Lama se estabeleceu como um lugar de encontros, já estava na vida adulta. No entanto, o IC7, que na sua juventude a Lama já se apresentava como um ponto da cidade, diz não ter visitado o local com frequência. Segundo ele, o espaço que os jovens moradores do bairro iam eram o Clube 106 e a lanchonete que tinha ao seu lado. Da mesma forma que outros entrevistados, reportou uma visão pejorativa do local, relacionando-o aos excessos, usos de drogas. Sobre o local de encontro dos jovens moradores de Jardim da Penha na década de 1980, diz:

A gente ficava por aqui, ou ali perto do 106. Onde hoje é um restaurante. Ali era tipo uma lanchonete. Era uma lanchonete. E os prédios em frente ao 106, os que estavam do outro lado, em frente a esse restaurante, eles não tinham o muro que têm hoje. Eles tinham muretas baixinhas. Nós ficávamos muito ali. Naquela região ali era o nosso ponto. Ficávamos ali com nossos amigos. Nós ficávamos muito por ali no final de semana. Ou estava dentro do 106 ou estava comendo alguma coisa nessa lanchonete. Ou sentado ali

na frente batendo papo. Então, o nosso ponto era ali. Eu não frequentei a rua da Lama.

De acordo com o relato desse informante-chave, existia um ponto próprio dos moradores. Em outro trecho de sua entrevista, ele identificou que a rua da Lama era frequentada por um “povo de fora e o povo da UFES”, destacando o uso abusivo de drogas.

Na opinião do entrevistado, atualmente, a rua da Lama não tem mais esse problema de drogas e tem bares bons. Para ele, ali é “um ponto de Vitória igual ao Triângulo das Bermudas [local que concentra bares e boates no bairro Praia do Canto]. São dois pontos de Vitória”. Seus filhos usam mais a rua da Lama do que ele, porém, com relação ao Clube 106, teriam usado muito menos.

5.2.5 LEMBRANÇAS DE UM TEMPO BOM

Para além das instituições, os moradores recordaram o cotidiano do bairro, como era o viver em Jardim da Penha. Falaram das rotinas, do dia a dia, das festas e das brincadeiras. Os depoimentos mostraram que até mesmo as relações mais cotidianas foram vivenciadas pelos primeiros moradores com o sentido de grupo, de comunidade.

O IC1 relatou que as pessoas não trancavam seus portões. Isso, disse ele, porque os vizinhos confiavam uns nos outros. Para exemplificar, contou um episódio em que ao sair, esqueceu a chave da porta de sua casa para o lado de fora. Quando retornou, encontrou um presente de sua vizinha, uma torta, e a chave ao lado.

Os entrevistados apresentaram uma série de relatos demonstrando a existência de relações de comunidade, confiabilidade e solidariedade. No dia a dia, as ajudas mútuas foram lembradas. Por exemplo, o IC1 recordou da época em que os moradores do bairro não tinham carro, e que a esposa de Carlos Boechat “[...] de manhã cedo, passava de porta em porta buzinando [...] “Vou na padaria, quem está precisando?” Segundo ele, “Aquela relação, infelizmente, foi acabando, foi virando cidade”. O IC7, criança na década de 1970, recordou: “O dono da mercearia tinha uma Kombi e levava a gente para escola. Todo mundo muito unido. A gente se reunia para ir à praia juntos”. O IC1 contou sobre os natais: “[...] todas as famílias deixavam os brinquedos lá em casa e na hora traziam e as crianças recebiam do Papai Noel”.

Sobre a vida como criança, o IC1 discorreu memórias sobre os “arrastas”, que eram festas feitas em sua casa:

A gente fazia arrasta nas casas. Era arrasta. Eu tinha uma área ali atrás. E minha cozinha não é como era. Era uma área. Então, botava um sonzinho, e a meninada vinha toda para cá. Então, era o arrasta. Então, eles dançavam. Tudo que estava na época, né. As músicas da época. Aí, quando eu achava que estava tarde, umas nove horas. E eu pensava. Está bom de acabar. Eu pegava disco de valsa. Ninguém gostava de música clássica [risos]. Disco de valsa. Eu sabia [risos]. “Tchau, eu vou embora. Tchau”!

O IC7 lembrou-se da gozação que os vizinhos fizeram com um morador do bairro. Eles teriam pensado: “Ele é usura pra caramba, não dá nada pra ninguém”,

e pregaram uma peça nele. Cortaram isopores pequeninhos e colocaram em um prato. Este “guloso” teria enchido a mão pensando que aquilo fosse queijo. Ao referir-se a essa amizade, emocionou-se. “Era uma amizade tão boa que a gente tinha. Tão, assim, brincalhão, era muito bom. E eu tenho muita vontade que voltasse [choro emocionado]. Xô lembrança!”. Também falou sobre as serestas. Os moradores, além de frequentarem a seresta de sexta-feira, no Clube 106, faziam outras, na rua, na porta das casas.

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conceituação de Nora (1993), os “lugares de memória” (p. 9), apresentam-se nas dimensões materiais, simbólicas e funcionais. No entanto, o autor adverte que, mesmo um lugar estritamente material, só se converte em lugar de memória quando é investido por uma áurea simbólica, abstrata, no campo do imaginário (Nora, 1993). Sendo assim, o estudo histórico teve por objetivos conhecer os “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 9) de Jardim da Penha que ajudaram a construir as memórias sociais e descrever a história da formação do bairro nas décadas de 1970 e 1980. As três principais instituições que atravessaram a história do bairro: Comunidade Religiosa, AMJAP e Clube 106 mostraram-se como “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 9), uma vez que foram investidas de uma “vontade de memória” (p. 22). Além disso, essas organizações produziram outros “lugares de memória”, como por exemplo, as festas, os blocos, as lutas, os espaços físicos e abstratos. O estudo histórico mostrou a existência de um fio condutor, na dimensão simbólica, que inter-relacionou todas essas instituições: o modo de sociabilidade comunitária.

Ao fenômeno da falta, que marca a história de um bairro nascido em uma região erma, desprovida de infraestrutura e espaços de relações, somou-se as investidas políticas de lideranças que traziam a formação de laços comunitários como valor. Percebe-se também que, na medida em que os moradores atuavam influenciados pela sociabilidade comunitária, como na construção do Clube 106, esse modo de relação era reforçado. Ou seja, os padres redentoristas, a esquerda católica e os membros do Partido dos Trabalhadores traziam a sociabilidade comunitária como valor, e esta, era revitalizada por práticas sociais através das instituições e da vida cotidiana.

Notou-se, também, um entrelaçamento das instituições. A AMJAP, por exemplo, foi um importante instrumento institucional de Jardim da Penha, utilizado nas lutas por melhorias e na construção do sentimento de comunidade. As diretorias eleitas eram compostas, também, por indivíduos vinculados às outras instituições priorizadas nesta pesquisa, Associação Praiana 106 e Igreja Católica. Desse modo, os valores presentes nessas organizações, como a construção do tipo de vivência comunitária citada, consubstanciaram a AMJAP e guiaram sua leitura e propostas de intervenção na realidade. O tópico seguinte discutirá como ocorreu a transmissão desse inventário social, histórico e cultural (Mannheim, 1952/1982) por três gerações de moradores.

6 – ESTUDO 2

MEMÓRIA GERACIONAL DE JARDIM DA PENHA

Esta pesquisa qualitativa de cunho descritivo teve como objetivos especificamente: identificar e descrever a memória social do bairro de Jardim da Penha construída por três gerações de moradores, sobre as décadas de 1970 e 1980; investigar a construção social das memórias do bairro por pessoas que não viveram no período das décadas de 1970 e 1980, mas que tiveram informações dessa época por meio de outros e, finalmente, identificar como os moradores representam seu território, a fim de refletir sobre os processos de identificação social urbana. Sendo assim, o marco histórico considerado como início da urbanização do bairro de Jardim da Penha foi o período da década de 1970.

Tal escolha justifica-se pelas movimentações ocorridas no bairro nesse período. Segundo Curry (2001), em 1952, o projeto de loteamento, inspirado na moderna cidade de Belo Horizonte, foi aprovado pela Prefeitura de Vitória. E nas décadas de 1960 e 1970, famílias mudaram-se para as primeiras 106 casas de Jardim da Penha (Curry, 2001). Essas famílias, portanto, foram as primeiras habitantes do bairro, e as que lá permaneceram ao longo dos anos acompanharam a modernização urbana da região.

As problematizações que este estudo circunscreve foram inspiradas em duas pesquisas. A primeira, realizada por Oliveira, Wolter, Gomes, e Dias (2013), teve como finalidade “analisar a memória da política, da economia, da cultura e das práticas sociais cotidianas [dos anos dourados] junto às populações contemporâneas de cinco capitais brasileiras” (p. 28): Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Vitória. A segunda pesquisa, de autoria de Pecora (2007) e

Pecora e Sá (2008), objetivou “analisar as memórias e as representações sociais de três coortes geracionais que viveram sua juventude – faixa etária compreendida entre 15 e 25 anos – na segunda metade do século XX, em Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso, Brasil” (Pecora & Sá, 2008, p. 319).

6.1 MÉTODO

6.1.1 PARTICIPANTES

No que se refere à população alvo, foram feitas entrevistas com a focalização de três coortes geracionais, conforme já realizado por outros autores (Oliveira, Wolter, Gomes, & Dias, 2013; Pecora, 2007; Pecora & Sá, 2008). Participaram do estudo, 30 habitantes, sendo 10 de cada subgrupo geracional, selecionados de acordo com as variáveis idade e tempo de residência no bairro.

No que diz respeito à idade, compuseram a amostra, sujeitos de três faixas etárias: os que viveram o período das primeiras iniciativas de urbanização do bairro quando eram jovens (65 a 80 anos); os que viveram o referido período durante a sua infância e não participaram plenamente desse período (40 a 55 anos); e aqueles que nasceram após o processo de modernização urbana do bairro e que tiveram contato indireto com os fatos do período estudado (15 a 30 anos), por meio de outros. Conforme destacam Oliveira et al. (2013, p. 30),

[...] entre cada faixa etária e a seguinte existe um “*gap*” de dez anos: os jovens mais velhos têm dez anos a menos do que os adultos mais jovens; por sua vez, os adultos mais velhos também apresentam dez anos a menos que os idosos com menor idade. Este recorte visou favorecer a comparação

entre as memórias geracionais, uma vez que para estudar diferentes faixas etárias é necessário que estas se distingam claramente.

Quanto ao tempo de residência no bairro, considerou-se necessário que os participantes tivessem morado em Jardim da Penha há pelos menos dois anos. De acordo com Milgram (1970/2004), as impressões que as pessoas têm de um dado local urbano dependem de critérios implícitos de comparação com outras localidades e as percepções, portanto, de um bairro ou de uma cidade, são também afetadas dependendo se o observador é um turista, um recém-chegado ou um residente antigo.

Ao objetivar compreender como fenômenos como a “atmosfera urbana” (Milgram, 1970/2004, p. 6) pode ser apreendida através de técnicas de mensuração, Milgram (1970/2004) aponta que é necessária uma certa “sobrecarga” (p. 1) – conceito da análise de sistemas – para ocorrerem adaptações ao ambiente. Por isso, o critério de residir por pelo menos dois anos no bairro foi considerado como um tempo mínimo para que um habitante tivesse condições de relatar sobre o local em que vive, a sua relação com o bairro e com outros moradores e a história de formação desse *habitat* urbano.

Outra característica observada, foi o local de moradia no bairro. Procurou-se contemplar pessoas que vivem ou viveram em áreas distintas de Jardim da Penha, a fim de abranger as regiões territoriais consideradas mais representativas da história de formação do bairro, como a vizinhança da UFES, da praia de Camburi e as residências próximas à rua do canal.

Já no que diz respeito à escolaridade, fez-se a distinção dos participantes em função dos seguintes níveis: fundamental completo e incompleto, médio completo e incompleto e superior completo e incompleto. A preocupação em equilibrar a amostra com o mesmo número de pessoas em cada uma das faixas etárias e escolaridade não foi considerada como um critério primordial de seleção. Isso se justifica pelo fato da dificuldade em encontrar moradores de Jardim da Penha, o qual é caracterizado como pertencente à classe média¹¹, que cursaram apenas o ensino fundamental completo ou incompleto.

Observados esses critérios, a amostra foi composta como resumem as Tabelas 4 e 5. Do total de participantes, 19 eram mulheres e 11, homens, sendo 27 naturais da região Sudeste do país. Desses, 10 eram provenientes de fora do Espírito Santo (outros estados ou país) e o restante era originário das cidades de Vitória ($n = 12$), Cachoeiro do Itapemirim ($n = 3$); Venda Nova do Imigrante, Mimoso do Sul, Fundão, Santa Leopoldina e João Neiva (um morador natural de cada um desses últimos municípios mencionados).

A maioria dos pesquisados ($n = 18$) relatou conhecer a história de formação de Jardim da Penha e a morar no bairro há mais de 25 anos ($n = 19$), sendo nove entre 31 e 40 anos, cinco há 26 e 30 anos e outros cinco há 41 anos ou mais. Entre os que já residiram em outros bairros, cidades, estados ou país encontraram-se 22 moradores. Compreenderam a menor parcela, ou seja, oito, aqueles que só

¹¹ Segundo a Prefeitura Municipal de Vitória (2013), com base no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, de 11.445 domicílios particulares permanentes do bairro de Jardim da Penha, 28,21% apresentam uma classe de rendimento nominal mensal de 5 a 10 salários mínimos, 30,28% de 10 a 20 salários mínimos e 15,24% mais de 20 salários mínimos. Tais dados apontam o referido bairro como de classe média. Na seção Resultados, a Tabela 4 apresenta as características gerais dos participantes desta pesquisa, indicando a renda familiar da amostra e permitindo, portanto, identificar a classe socioeconômica dos moradores entrevistados.

residiram no bairro, podendo mudar apenas de rua ($n = 6$). A família ($n = 7$), as características da região ($n = 6$) e o trabalho ($n = 5$) foram os principais motivadores para a escolha de Jardim da Penha como local de residência, que parece agradar a 23 respondentes que não planejavam mudar do bairro. Outro aspecto que descreve os moradores é a proximidade com a vizinhança, já que 26 deles alegaram conhecer os vizinhos, sendo que, do total, 16 afirmaram que os amigos também residem na região. Metade dos residentes reportou se locomover pelo bairro a pé ($n = 15$), 10 reportaram fazer uso de mais de um meio de transporte, três preferirem circular de carro, enquanto um, de ônibus e um, de bicicleta.

Com relação à escolaridade, pouco mais da metade ($n = 20$) tem o ensino superior completo ($n = 17$) ou incompleto ($n = 3$), sete cursaram até o ensino médio ou parte dele e dois, o ensino fundamental. Foi católica a denominação religiosa predominante entre os entrevistados ($n = 18$), que também professaram a crença evangélica ($n = 3$), espírita ($n = 1$) ou bahaí ($n = 1$). Reportaram ser cristãos ou agnósticos, quatro (dois de cada denominação) e não ter religião, três.

Tabela 4 (continua)

Características gerais dos participantes moradores de Jardim da Penha

	<i>n</i>		<i>n</i>
Gênero		Escolaridade	
Masculino	11	Ensino fundamental completo	1
Feminino	19	Ensino fundamental incompleto	1
		Ensino médio completo	4
Faixa etária		Ensino médio incompleto	3
15 a 30 anos	10	Ensino superior completo	17
40 a 55 anos	10	Ensino superior incompleto	3
65 a 80 anos	10	Não respondeu	1

Tabela 4 (conclusão)

Características gerais dos participantes moradores de Jardim da Penha

	<i>n</i>		<i>n</i>
Naturalidade (Estado)		Membros na família	
Espírito Santo	20	Vive sozinho	2
Minas Gerais	5	Dois membros	5
Bahia	1	3 ou 4 membros	18
São Paulo	1	5 ou mais membros	5
Rio de Janeiro	1		
Piauí	1	Renda familiar (em salários mínimos - SM)	
Outro país	1	Mais de 1 a 2 SM	1
	30	Mais de 2 a 5 SM	3
Naturalidade (Cidade)		Mais de 5 a 10 SM	18
Fora do ES	10	Mais de 10 a 20 SM	6
Vitória	12	Mais de 20 SM	1
Cachoeiro do Itapemirim	3	Não sabe/não declarou	1
Venda Nova do Imigrante	1		
Mimoso do Sul	1	Religião (denominação)	
Fundão	1	Católica	18
Santa Leopoldina	1	Evangélica	3
João Neiva	1	Espírita	1
		Agnóstico	2
Estado civil		Cristão	2
Solteiro	10	Não tem	3
Casado	11	Baháí	1
Divorciado ou separado	5		
Viúvo	2		
União estável	2		

Nota.

Salário mínimo referencial R\$ 937,01.

Tabela 5
Características dos moradores em relação a Jardim da Penha

	<i>n</i>		<i>n</i>
Tempo residindo no bairro		Conhece os vizinhos?	
Entre 6 e 10 anos	3	Conhece	26
Entre 11 e 15 anos	4	Conhece pouco	4
Entre 16 e 20 anos	1		
Entre 21 e 25 anos	3	Maioria dos amigos vive no bairro?	
Entre 26 e 30 anos	5	Sim	16
Entre 31 e 40 anos	9	Não	13
41 anos ou mais	5	Não respondeu	1
Morou em outro lugar?		Por que foi morar no bairro?	
Morou em outras ruas do bairro	6	Família	7
Morou em outros bairros ou cidades do ES	10	Trabalho	5
Morou em outros estados	4	Características do bairro	6
Morou em outros lugares do ES e fora	8	Característica da moradia (apto ou casa)	1
Não morou em outros lugares	2	Oportunidade	2
		Indicação	2
Locomoção prioritária		Não sabe	7
A pé	15		
Carro	3	Planos de mudar do bairro?	
Ônibus	1	Tem ou já teve	7
Bicicleta	1	Não tem	23
Mais de um meio	10		
		Conhece a história de formação do bairro?	
		Sim	18
		Não	12

Nota.

O número total de participantes foi de 30, sendo 10 pessoas de cada geração: 15 a 30 anos, 40 a 55 anos e 65 a 80 anos.

6.1.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A técnica utilizada para a coleta de dados foi entrevista individual em profundidade e o instrumento, um roteiro dividido em três partes (Apêndice 7). A primeira, referente a questões sociodemográficas, caracterizou a amostra em

termos de idade, escolaridade, gênero, classe socioeconômica, estado civil, religião e religiosidade.

A segunda, um questionário de termos de associação livre, solicitou aos entrevistados que falassem as cinco primeiras expressões ou frases que lhes viessem à cabeça sobre “*Jardim da Penha*”, “*Jardim da Penha antigamente*”, “*hoje Jardim da Penha é*”, “*morador de Jardim da Penha é*”, “*atividades comuns de quem mora em Jardim da Penha*”. Posteriormente, eles eram convidados a eleger a expressão ou frase que consideravam a mais importante e explicar o porquê.

A terceira parte do roteiro era composta de questões abertas semiestruturadas sobre as características do bairro e dos moradores no passado e no presente. Ainda nessa parte da entrevista constavam perguntas abertas semiestruturadas sobre os elementos descritivos do bairro e dos moradores, elementos visuais e materiais do bairro, elementos sociais e de interação e elementos de gosto e preferência.

Algumas observações sobre o instrumento são relevantes salientar. A segunda parte dele foi construída com inspirações no que Bardin (1977/1979) aponta sobre o teste por associação de palavras. A autora destaca que esse é o mais antigo dos testes projetivos em psicologia clínica e permite localizar as zonas de bloqueamento e de recalçamento de um indivíduo. O referencial sobre análise de conteúdo é utilizado para fazer surgir, espontaneamente, associações relativas às expressões ou frases exploradas ao nível do objeto de estudo em análise. Com base nisso, foi solicitado aos participantes que associassem, livre e rapidamente, a partir da audição dos termos indutores (estímulos), outras expressões (respostas) induzidas. Posteriormente, procedeu-se quanto à hierarquização das palavras

enunciadas. E, então, o passo seguinte, foi solicitar ao participante que justificasse a escolha da palavra considerada como a mais importante.

A terceira parte do instrumento - especificamente referente às questões dos elementos descritivos do bairro e dos moradores, dos elementos visuais e materiais do bairro, dos elementos sociais e de interação e dos elementos de gosto e preferência - foi elaborada de maneira bastante semelhante ao que Lucas Brasil Pereira (2011) fez em uma pesquisa intitulada "Representações Sociais de Brasília" e que muito se aproxima ao trabalho desenvolvido por De Alba (2006) na Cidade do México. Visando testar a adequação do instrumento em relação aos objetivos propostos, realizou-se um pré-teste com cinco participantes que, juntamente com a revisão da literatura sobre o tema, favoreceu ajustes e a elaboração do roteiro de entrevista final.

Os moradores entrevistados foram encontrados a partir de conhecimentos pessoais da pesquisadora e, também, indicados por pessoas que lhe são próximas e pelos próprios participantes. As entrevistas, agendadas por telefone, ocorreram individualmente, em local, em dia e em horário de maior conveniência para os entrevistados (na própria residência ou outro local indicado pelos participantes que garantisse certa privacidade).

Após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3), dava-se início à entrevista, que foi gravada e, posteriormente, transcrita na íntegra. Cabe ainda dizer que as entrevistas foram realizadas tranquilamente, sem interrupção por outras pessoas. O período de realização dessa coleta de dados foi de junho a dezembro de 2016.

6.1.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Devido à abrangência da entrevista e da disponibilidade da maior parte dos participantes em relatar suas lembranças e vivências relacionais ao bairro de Jardim da Penha, foi obtido um *corpus* de dados de mais de 500 páginas de transcrição que geraram um total de 129.459 palavras. Algumas informações desse volume de dados não foram aproveitadas no âmbito do presente estudo, visto que se fez necessário delimitar focos de interesse conforme os objetivos pré-estabelecidos.

Acompanhando estudos das representações sociais, nota-se que a técnica de associação ou evocação livre de palavras, sugerida por Jean-Claude Abric em seus trabalhos, tem sido muito usada. Trata-se de um método que consiste, primeiramente, em pedir que o indivíduo enuncie palavras referentes a um dado termo de evocação (Oliveira, Marques, Gomes, & Teixeira, 2005 citados por Souza et al., 2012, p. 465) remetente ao tema em questão. Posteriormente, procede-se quanto à hierarquização destas palavras enunciadas. E, então, solicita-se ao indivíduo que justifique a escolha da palavra considerada como a mais importante. Os dados podem ser “organizados em categorias segundo o procedimento de análise de conteúdo” proposto por Bardin (1977/1979).

A conceituação de Bardin (1977/1979) indica que há várias maneiras para analisar conteúdos de materiais de pesquisa. Diversos autores (Bauer & Gaskell, 2000/2014; Menandro & Nascimento, 2007; Minayo, 1993; Polit & Hungler, 1995; Pope, Ziebland, & Mays, 2005; Triviños, 1987), a partir de Bardin (1977/1979), apontam possibilidades de tipos de técnicas utilizadas para o desenvolvimento da análise de conteúdo. Oliveira (2008, p. 571) descreve algumas delas:

análise temática ou categorial, análise de avaliação ou representacional, análise da enunciação, análise da expressão, análise das relações ou associações, análise do discurso, análise léxica ou sintática, análise transversal ou longitudinal, análise do geral para o particular, análise do particular para o geral, análise segundo o tipo de relação mantida com o objeto estudado, análise dimensional, análise de dupla categorização em quadro de dupla entrada, dentre outras. Cada técnica citada permite a exploração do material analisado a partir da observação de diferentes elementos presentes no texto, bem como conduzem a resultados distintos em termos de compreensão da mensagem.

Neste estudo, os dados foram tratados com análise de conteúdo temática (Bardin, 1977/1979; Pope et al., 2005), na qual o conceito central é o tema, conforme o próprio nome indica. Tal técnica "consiste em descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido" (Bardin, 1977/1979, p.105). Quanto às etapas desse processo, nesta pesquisa, seguiram o percurso que Menandro e Nascimento (2006, p. 80) sugerem:

1 - Primeira leitura do corpus. Anotação de impressões gerais sobre possíveis elementos recorrentes nas informações coletadas; 2 - Segunda leitura. Pré-categorização. Contagem parcial dos elementos identificados na primeira leitura, visando confirmação ou não de categorias gerais e identificação de possíveis novas categorias; 3 - Terceira leitura. Construção

de grades de categorias contendo tema geral, palavras e frases relacionadas a esse tema; 4 - Agrupamento de elementos (palavras ou frases) da categoria geral em subcategorias; 5 - Contagem da frequência final dos elementos nas subcategorias e nas categorias gerais.

Em outras palavras, seguindo tais orientações, para este estudo, as respostas foram sistematizadas de acordo com os itens do roteiro aplicado. A análise dos dados foi baseada nos subtópicos do roteiro, sendo realizadas as seguintes etapas: leitura minuciosa de cada entrevista transcrita; criação de proposta inicial de temas ou categorias a partir da anotação dos elementos recorrentes no *corpus*; contagem das frequências dos elementos identificados e reanálise das categorias inicialmente propostas a fim de validá-las ou de elaborar novas se necessário; identificação de relatos em respostas completas ou trechos de respostas que atendiam aos temas propostos; por fim, análise dos resultados expressos pela categorização do material (inferências e interpretações) (Menandro & Nascimento, 2006).

A fim de exemplificar as categorias evidenciadas, trechos das entrevistas transcritas serão apresentados na seção Resultados identificados por *M*, de morador, números de 1 a 30, *J* para jovem, *A* para adulto e *I* para idoso, seguidos da idade e da letra *a* como abreviação de anos, e *f* ou *m* (minúsculo), para gênero feminino ou masculino, respectivamente. Assim, *M1J.15a.f*, por exemplo, representaria o morador 1, jovem, de 15 anos de idade e gênero feminino.

Os dados quantitativos relativos à caracterização da amostra e a algumas questões sobre o bairro foram registrados e organizados inicialmente em planilha

de Excel e, posteriormente, transportados para o *software* IBM® SPSS® Estatística, versão 22, por meio do qual foram realizadas estatísticas descritivas simples para cálculo de frequência absoluta (*n*).

6.2 RESULTADOS

A partir da apropriação dos sentidos expressos no *corpus* e do procedimento de análise, o conteúdo foi subdividido em categorias cujos temas expressam a construção coletiva e social da memória das três gerações de moradores sobre o período de formação do bairro de Jardim da Penha, nas décadas de 1970 e 1980. Desse modo, o agrupamento das narrativas dos 30 entrevistados permitiu identificar quatro categorias ou temas que caracterizaram as memórias sociais desse espaço entre a amostra pesquisada: *pertencimento*, *contrastes*, *diversidade* e *funcionalidade*.

As duas primeiras categorias, *pertencimento* e *contrastes*, foram definidas com base em pesquisas realizadas por outros autores (Bomfim, 2009; Ferreira, 2006; Ferreira & Bomfim, 2009), sendo seus significados modificados para melhor representarem as falas dos participantes do presente estudo. As narrativas dos entrevistados indicaram os núcleos de sentido encontrados no *corpus* de análise.

A categoria *pertencimento* representa os afetos positivos como amor, fidelidade ao bairro, amizade, alegria, felicidade. Sentimentos de apego ao lugar, de vínculo e de companheirismo entre as pessoas (Bomfim, 2009; Ferreira, 2006; Ferreira & Bomfim, 2009). Vale destacar que este estudo não objetivou estabelecer uma análise tipológica que realize a distinção entre afeto, sentimento e emoção. O interesse foi dirigido às manifestações das dimensões do sentir em conjunto, como

categorias de um mesmo fenômeno (Leite, 1999). "O vínculo com o próprio espaço e a valorização do modo de vida a ele associado se traduzem em um campo afetivo [...] dotado de significação positiva (gosto, me sinto alegre/feliz)" (Bonomo, 2010, p. 240). Ressalta-se que as representações sociais do passado são construídas pela mobilização da afetividade, do imaginário, da cognição, da linguagem e da comunicação e configuram-se "por meio de processos que, sendo sociais, são ao mesmo tempo psicológicos, [...] tal como consideram Moscovici e Jodelet" (Arruda, 2009b, p. 742). Nesse sentido, o afeto é uma categoria de mediação subjetiva e objetiva da cidade, sendo um dos elementos que orienta o sistema de referência de práticas sociais.

A categoria *contrastes* refere-se aos sentimentos e emoções paradoxais, de polaridades positivas e negativas (Bomfim, 2009; Ferreira, 2006; Ferreira & Bomfim, 2009). Representa qualidades boas e ruins no/do bairro, tais como: satisfação/insatisfação; tranquilidade/medo; pacato/barulhento; seguro/perigoso; grande/pequeno; novo/antigo; com lazer/falta grande área de lazer; fácil de localizar/perde-se nas praças; bem cuidado/muito lixo; tem muita árvore/cortam as árvores; pode-se fazer tudo a pé no bairro/ muitos carros em circulação; evoluído/parado no tempo; sociável/antissocial; engajado/alheio; pensamento de coletividade/pensamento individualista.

Para Moscovici (2000/2013, p. 63), "categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele". Ao citar a pesquisa de Jodelet (1989), *Folies et représentations sociales*, o autor diz que "embora os aldeões fossem uniformes com respeito à classificação geral dos doentes mentais que viviam na

aldeia, eles se mostravam bem mais discordantes em sua opinião no referente à semelhança de cada um dos pacientes" (p. 63).

Os contrastes entre os significados que retratam o bairro de Jardim da Penha revelaram uma dinâmica de polarização temática que é uma dialética característica na concreticidade das relações sociais. "No entanto, tais significados guardam profunda relação de interdependência no que se refere ao campo simbólico" (Bonomo, 2010, p. 250), visto que a representação social, e, portanto, a representação socioespacial, "é formada a partir de um esquema funcional fundado sobre antinomias, entretidas pela relação dialética de oscilação entre tensão e integração de teses opostas" (Lima, 2007, p. 5). Ao serem perguntados sobre o que mais gostam e menos gostam em Jardim da Penha, os moradores apontaram os problemas no bairro, bem como, contrapuseram, com ênfase, suas qualidades.

Conforme realizado nas pesquisas de Martha de Alba (2006) e Lucas Brasil Pereira (2011) e a fim de melhor organizar os dados, a categoria *contrastes* foi subdividida em duas subcategorias: *experiência urbana* e *território político-administrativo* (De Alba, 2006; L. B. Pereira, 2011). A primeira diz respeito à vivência da cidade, à percepção e à apropriação do conjunto urbano. A segunda refere-se às dimensões políticas e governamentais, às instituições públicas e aos fatos correlatos.

Diversidade, terceira categoria, refletiu o ponto de vista daqueles que classificaram Jardim da Penha como um bairro plural e "ecclético" (M11A.53a.f). Lugar que abrange e integra variedades, diferenças e heterogeneidades evidenciadas nos perfis dos próprios moradores e de quem frequenta a região (criança, jovem, adulto e idoso; tradicional e alternativo; todas as classes sociais;

políticos de esquerda e de direita); na disponibilidade e diversidade de comércio, de serviços e de produtos; e na dinâmica geral de funcionamento do bairro, ativo durante o dia e à noite.

A quarta e última categoria, *funcionalidade*, agrupou narrativas que privilegiaram os recursos de que o bairro dispõe e se apresentam como dispositivos sociais, com uma função ora prática, ora simbólica. Essa categoria englobou desde serviços que facilitam a vida do morador (instituições de ensino, de saúde e religiosas, comércio variado e farto, lazer acessível e próximo, etc.) a atividades, recursos e lugares que promovem a circulação, o encontro e a interação de pessoas, conferindo uma dimensão social e afetiva ao bairro.

Em outras palavras, trata-se de uma categoria que contempla os relatos dos entrevistados que compartilham sentimentos e percepções em relação aos elementos atrativos do bairro, destacando tanto os recursos culturais como a localização favorável na cidade de Vitória-ES. Ou seja, as qualidades do bairro que despertam o interesse da população local levam às afirmações de que o bairro concentra tudo o que um morador precisa e é "autossuficiente".

Jardim da Penha consolidou-se muito rapidamente como bairro, com identidades física e política definidas e criadas em torno da Associação Praiana 106, da Igreja Católica e da AMJAP, como também, pela sua autossuficiência (Curry, 2001). O que aparece com maior frequência nos relatos dos participantes da pesquisa são os espaços urbanos que favorecem maior socialização, como as praças, as escolas, as igrejas, a Unidade de Saúde, o Clube 106, a rua da Lama (como área de lazer que concentra restaurantes, bares e botecos), a infraestrutura, o Centro de Convivência de Idosos e as áreas limites do bairro, que fazem

vizinhança com a praia e a Universidade.

A seguir, serão apresentados alguns aspectos referentes ao passado e ao tempo presente que foram comuns no *corpus* de dados das gerações. Posteriormente, as categorias supracitadas serão analisadas por cada geração.

6.2.1 PERSPECTIVAS COMPARTILHADAS PELAS GERAÇÕES

De modo geral, as três gerações participantes consideraram Jardim da Penha um bairro familiar, que abriga crianças, jovens, adultos, idosos, além de animais de estimação. Famílias tradicionais ou unidas por laços de afinidade, como universitários em repúblicas, habitam antigos condomínios, prédios mais novos ou casas que resistem à expansão imobiliária.

As três gerações abordam em seus discursos que pessoas que mudam para o bairro, em sua maioria, ficam no local por gerações ou partem e retornam mais tarde. Essa particularidade, manter-se em Jardim da Penha por gerações, também pode ser observada na condução de alguns estabelecimentos comerciais que passam de pais para filhos. Tal característica familiar de Jardim da Penha pode ser exemplificada nas falas reproduzidas a seguir.

[Jardim da Penha hoje é] transgeracionalidade, porque eu vejo as famílias ficando mesmo. Tem minha mãe, hoje tem meu irmão, eu e meu irmão somos da mesma geração, só que ele é 13 anos mais novo, eu fico vendo aqui no prédio, tem um casal de quase 90 anos de idade, os filhos deles moraram aqui. Mesmo sendo um bairro muito de universitário, eu acho que ainda tem muita família aqui que tem a história do 106, foram 106 primeiros

moradores, então, principalmente nessa região que eu moro, meu prédio mesmo, é só família. Então, mesmo sendo uma coisa lá de trás, acho que de certa forma [a característica de bairro familiar] se perpetuou. (M7J.22a.f)

Tudo o que me vem da instituição família eu acho que está presente em Jardim da Penha. A infância, o animal de estimação, a terceira idade, essas pessoas vivendo juntas. (M1J.30a.f)

[o que mais chama atenção em Jardim da Penha é] Ter toda faixa etária. Tem de velho a neném e todo mundo anda na rua, passeia, leva cachorro, papagaio, periquito e tudo mais. (M13A.50a.f)

O sistema de todo mundo, é uma família só, porque vários vizinhos falam igual a mim: não saio daqui não. Existe por detrás disso tudo uma harmonia, existe amizade. (M23I.80a.m)

Outros aspectos manifestos em todos os relatos dos participantes, independente da idade, referem-se à insegurança e à violência, os quais, na perspectiva deles, são crescentes e influenciam a dinâmica do bairro e das relações. Esses aspectos são considerados, pelos habitantes de Jardim da Penha, como uma realidade atual que contrasta com a tranquilidade experimentada no passado, especialmente, pelos mais velhos. E o que reitera essa perspectiva é que os moradores reconheceram se tratar de um fenômeno que vem se agravando em razão de questões políticas, econômicas e sociais enfrentadas em âmbito nacional.

Tais constatações são ilustradas nos recortes abaixo descritos.

Era mais seguro, eu percebo muito mais isso agora, dessa falta de segurança e desse medo de andar à noite. Acho que talvez era composto mais por pessoas idosas e agora tem mais gente nova, mais família. (M2J.16a.f)

O número de violência cresceu bastante nos últimos anos. De quando eu cheguei para agora no presente. Foi uma mudança drástica. Eu acho que tem de ser mudada, apesar que o AMJAP já vem tendo uma conquista, até mesmo pela rua da Lama, que já vinha tendo muita violência, muitos eventos clandestinos e eles estão conseguindo isso. Mas eles conseguem para ali e o resto do bairro fica a mercê. (M5J.23a.m)

As ruas à noite me incomodam, que é pouca iluminação. Isso me incomoda. E a violência está crescendo muito dentro do bairro. (M6J.24a.f)

Hoje a gente enfrenta, o bairro cresceu de uma forma, que a gente não conhece quase ninguém. A gente conhece as pessoas das antigas, e a gente enfrenta hoje, infelizmente, problema de segurança, mas acredito que é geral. Assalto o tempo todo no bairro, mas está em todo o Espírito Santo, está geral, está no Brasil. (M16A.45a.f)

[o que mudou em relação ao passado] a segurança hoje eu acho que é menor, que realmente cresceu esse problema; a questão da população de rua, antes não tinha tanto, na década de 90, 80, cresceu muito. (M15A.43a.m)

Antigamente a gente andava, mas não tinha tanto roubo, não tinha tanto assalto. Hoje em dia você não se sente segura, apesar de não ter outras coisas [...] hoje em dia a insegurança é muita. É assalto a qualquer hora. (M28I.65a.f)

Um outro aspecto comum que é compartilhado por duas das três gerações é que, na visão de adultos e idosos entrevistados, o uso excessivo da tecnologia na comunicação, principalmente entre os jovens, e o modo de vida capitalista, que privilegia produção e consumo, têm colaborado para a transformação de hábitos, de comportamentos e de vínculos entre os moradores e o bairro. Sob essa ótica dos idosos e dos adultos, a “multiplicação dos meios de comunicação” (Jodelet, 2002, p. 33) e a “individualização” (Jodelet, 2002, p. 33), somadas ao crescimento populacional, produzem modos de vida que favorecem o individualismo. Estes, por sua vez, promovem uma abstração coletiva que impacta o envolvimento da geração mais nova na busca por soluções de problemas no bairro. Na fala dos participantes, essa desmobilização coletiva da juventude atual foi comparada à juventude das décadas de 1970 e 1980, conforme alguns trechos transcritos das entrevistas expressam.

E a gente vê hoje uma geração mais dispersa, eu falo muito da juventude dentro dos bairros, a gente não está com uma juventude mais unida, mais preocupada com as questões do bairro, isso aí hoje eu brinco com meus amigos, hoje a geração mais nova vive muito de *facebook*, *whatsapp*, *internet*. Eu sou de uma geração que a gente jogava bola na rua, brincava de pique-esconde na rua, que a gente tinha gincana aqui no bairro, e a gente aprendeu a dar valor às coisas do bairro, era uma integração maior. A geração mais nova reclama muito e não se envolve. Mas isso não é uma característica só do bairro, é uma característica da nova geração que tem aí. (M15A.43a.m)

Está todo mundo tão voltado para si mesmo, todo mundo correndo, morador de hoje está mais fechado, mais na dele, vivendo o dia a dia, correndo atrás do dele, interagindo muito menos do que interagia antigamente. Eu, por viver aqui desde que nasci, e ter amigos aqui da mesma época, eu ainda convivo, tenho um círculo de convivência até razoável, mas no geral, a gente vê as pessoas muito isoladas, muito cada um na sua. (M17A.40a.f)

Ainda no que diz respeito às perspectivas compartilhadas pelas três gerações, cabe apontar os lugares importantes, ou considerados relevantes para o bairro, bem como os locais de lazer que são frequentados pelos habitantes e/ou vistos como pontos de encontro das três gerações. É possível observar nas entrevistas que os moradores de Jardim da Penha compartilham sentimentos e percepções de bem-estar em relação ao bairro e seus atrativos. As frequências

absolutas de tais espaços urbanos, expressos nas respostas dos entrevistados, são apresentadas nas Tabelas 6 e 7.

Tabela 6 (continua)

Frequência absoluta (n) dos lugares importantes ou relevantes de Jardim da Penha para o morador

	<i>n</i> ^a			
	Total	Jovens	Adultos	Idosos
Praia de Camburi (mar, orla, calçadão, quiosques)	18	5	6	7
Parque Pedra da Cebola	11	4	3	4
Pracinha do Epa ^b	10	4	4	2
Praças ou "Pracinhas"	8	2	4	2
Rua da Lama	8	4	3	1
Infraestrutura comercial (lojas, supermercado, farmácia, padaria, salão de beleza, etc.)	7	4	1	2
Feira livre (sábado)	7	1	6	0
Universidade (UFES)	6	3	2	1
Igreja ^c	6	1	1	4
Bares, "barzinhos" ou "botecos" ^d	6	1	3	2
Restaurantes ou "locais para comer" ^e	6	2	3	1
Feirinha da sexta-feira	5	3	2	0
"Minha casa"	3	2	0	1
Escolas	3	0	1	2
Clube dos Oficiais	2	1	1	0
Darwin	2	2	0	0
Shopping Jardins	2	1	1	0
CineJardins	2	2	0	0
Rua do Canal ^f	2	0	2	0
Posto de Saúde	2	0	0	2
Clube 106	2	0	0	2
Feirinhas	1	0	0	1
Pracinha da Flash Vídeo	1	1	0	0
SESI	1	1	0	0
Região do Epa	1	0	1	0
Avenida Fernando Ferrari	1	0	1	0

Tabela 6 (conclusão)

Frequência absoluta (n) dos lugares importantes ou relevantes de Jardim da Penha para o morador

	<i>n^a</i>			
	Total	Jovens	Adultos	Idosos
Regiões das pontes da Passagem e Airton Senna	1	0	1	0
Ponte da Passagem	1	0	1	0
Café Família	1	0	1	0
Fluente (boate)	1	1	0	0
K1 (quiosque)	1	1	0	0
IBC	1	0	1	0

Nota.

^aNúmero de respondentes em relação ao total de moradores pesquisados ($N = 30$), sendo 10 de cada grupo geracional.

^bA "Pracinha do EPA" é chamada, oficialmente, de Praça Regina Frigeri Furno. No discurso dos moradores, está associada a atividades de lazer (popular "feirinha") e também ao intenso comércio da região. Além de "Pracinha do EPA", é também conhecida como "Pracinha da feirinha" ou "Pracinha de Jardim da Penha".

^cForam referidas apenas igrejas católicas, entre elas: Igreja São Francisco de Assis e Igreja Santa Clara.

^dEntre os bares declarados estavam: Bar dos Coroas, Bar do Pezão, Biritas e Sofá da Hebe.

^eEntre os restaurantes declarados estavam: Partido Alto., Calipe.

^fMenção à orla, à vista e aos "primeiros moradores da região do pontal" (M28I.61a.m)

Tabela 7 (continua)

Frequência absoluta (n) dos locais de lazer ou pontos de encontro de JP para o morador

	<i>n^a</i>			
	Total	Jovens	Adultos	Idosos
Praia de Camburi (mar, orla, calçadão, quiosques)	19	5	7	7
Praças ou "pracinhas"	18	5	9	4
Bares, "barzinhos" ou "botecos" ^b	16	4	7	5
Rua da Lama	16	9	5	2
Infraestrutura comercial (lojas, padaria, farmácia, supermercado, salão de beleza, bancos, banca de revista, etc.)	14	4	6	4
Feirinha de sexta-feira	13	3	6	4
Pracinha do EPA ^c	12	7	3	2
Igreja ^d	11	3	3	5
Feira livre (sábado)	11	2	5	4
Shopping Jardins	8	1	4	3
Restaurantes ou "locais para comer" ^e	8	4	3	1

Tabela 7 (conclusão)

Frequência absoluta (n) dos locais de lazer ou pontos de encontro de JP para o morador

	<i>n^a</i>			
	Total	Jovens	Adultos	Idosos
CineJardins	7	1	4	2
Parque Pedra da Cebola	7	3	3	1
Quadras esportivas nas praças	6	3	2	1
Pracinha do Carone	5	3	1	1
Clube 106	5	1	0	4
Universidade (UFES)	3	1	2	0
Centro de Convivência da Terceira Idade	3	0	0	3
Bocha	1	1	0	0
Pracinha da Flash Vídeo	1	0	0	1
CineMetrópolis	1	1	0	0
Teatro da UFES	1	0	1	0
Colégio Darwin	1	1	0	0
SESI	1	0	0	1
Café Família	1	0	1	0
Fluente (boate)	1	1	0	0
Bolt (boate)	1	1	0	0
Casa de amigos na Rua 8	1	0	0	1
Cescla (Centro religioso)	1	0	0	1
Artesanato	1	0	0	1
Não sabe/Acha que não há	1	0	0	1

Nota.

^aNúmero de respondentes em relação ao total de moradores pesquisados ($N = 30$), sendo 10 de cada grupo geracional.

^bEntre os bares declarados estavam: Bar do Pezão, Divino Botequim, Bar da Vavá e Bar da Loira.

^cA "Pracinha do EPA" é chamada, oficialmente, de Praça Regina Frigeri Furno. No discurso dos moradores, está associada a atividades de lazer (popular "feirinha") e também ao intenso comércio da região. Além de "Pracinha do Epa", é também conhecida como "Pracinha da feirinha" ou "Pracinha de Jardim da Penha".

^dForam referidas apenas igrejas católicas, entre elas: Igreja São Francisco de Assis e Igreja Santa Clara.

^eEntre os restaurantes declarados estavam: Calipe, Partido Alto e Dinno's.

6.2.2 GERAÇÃO 1 - 15 A 30 ANOS (JOVENS)

Analisando as categorias identificadas por geração, *funcionalidade* predominou entre moradores de 15 a 30 anos. Na perspectiva dessa população, Jardim da Penha caracteriza-se fortemente pelas atividades que ali podem ser

realizadas, como morar, estudar, consumir, relacionar-se e divertir-se. Trata-se de um bairro funcional, “bem completo” (M8J.24a.m), onde o morador “se resolve” (M1J.30a.f), pois encontra tudo fácil e rapidamente.

Perto de tudo, é um bairro que a gente tem acesso a tudo que a gente precisar dentro do bairro. Tem supermercados, farmácias, posto de saúde, igreja, enfim, a gente está englobada em tudo ali sem precisar sair de casa com carro, com meio de transporte, a gente tem tudo num bairro só. (M5J.23a.m)

Beneficiada pela localização geográfica (proximidade com a universidade e a praia, principalmente) e pela arquitetura do bairro (destaque para as praças), essa *funcionalidade* favorece a circulação e a interação de pessoas de diferentes idades, perfis socioeconômicos, gostos e estilos de vida, abrindo espaço para a *diversidade*. Nesse contexto, a “rua da Lama”, a praia de Camburi, as praças, em especial a “pracinha do supermercado EPA”, e o parque Pedra da Cebola surgem, para essa geração, como alguns dos principais elementos que movimentam e identificam o bairro material, visual e socialmente, com função ora prática e concreta (dimensão do espaço físico e material), ora simbólica (dimensão afetiva, que dá sentido e significado às práticas sociais), porque permitem a construção, atualização, organização e “cristalização” de memórias pessoais, comuns e/ou coletivas, operando como “lugares de memória” (Nora, 1993). Características da *funcionalidade* e da *diversidade* que marcaram Jardim da Penha foram expressas nos trechos que seguem.

O que me chama mais atenção é ser um bairro onde as pessoas circulam, especialmente pela característica das praças. Acho que caracteriza muito o bairro como espaço de possível encontro, como espaço de circulação, com animais de estimação, com crianças, com idosos, famílias. (M1J.30a.f)

Eu descreveria [Jardim da Penha] como um bairro bom para morar, porque eu moro aqui. Na verdade, eu nem lembro quando eu saio para fazer alguma coisa, raramente eu vou para a Praia do Canto, eu passo a semana inteira aqui. Saio à noite, ou fico na escola aqui, então, acho que é um bairro muito bom, que eu conheço as pessoas, conheço as ruas, sei me localizar mesmo não sabendo o nome das ruas. (M4J.15a.f)

É um bairro muito completo, ele é perto de tudo e você não precisa sair dele para fazer nada. É perto da praia, tem parques, pracinha, supermercados. (M8J.24a.m)

Eu acho importante a questão de se reunir em praças, ou nos lugares para conversar, é um bairro que reúne umas características disso, das pessoas se reunirem. Ou na igreja, festa de igreja, de praça, eu acho importante. (M10J.28a.f)

Eu gosto disso, que é perto de tudo. Você pode fazer tudo a pé, não precisa ficar usando carro nem pegar ônibus, tem praticidade de fazer tudo no bairro. (M10J.28a.f)

[Jardim da Penha é] Proximidade. Tudo é muito perto aqui. Você pode fazer várias coisas [referindo-se a locais de lazer], muitas praças para ir, coisas para fazer durante o dia, lugar para poder se exercitar. (M9J.19a.m)

É um bairro muito tranquilo, muito gostoso de morar, tem tudo muito perto, supermercado duas quadras a frente e a três quadras atrás, tem padaria, tem salão, tem cinema ali no Jardins, tem lugar de festa, tem Flúente [casa de *shows*]. E é um bairro que apesar de ser um bairro antigo, tem algumas características de um bairro conservador, mas acho que é um bairro que aceita muito a diversidade, não sei se de repente o antimofo [grupo que atua em espaços que promovem cultura, *shows*, festas e entretenimento, desde 2004, em Vitória-ES] contribuiu muito para isso, porque como concentrou duas casas aqui, eu acho que as pessoas transitam mais por aqui. E eu não estou falando só de sexualidade. Estou falando de gordo, magro, preto, branco, amarelo... Enfim, tem um preconceito aqui, mas eu vejo que tem uma aceitação. Não sei se estou enganada, mas eu acho um pouco isso. (M7J.22a.f)

Quando se reportou a um passado mais “remoto”, o morador de 15 a 30 anos revelou memórias alimentadas por outros. Desse modo, expressões como “não lembro”, “ouvi dizer”, “me contaram que” foram comuns nas falas dos jovens. Baseados nessas lembranças, alguns representantes desse público relacionaram os bancários, a AMJAP, a UFES, as escolas e a Igreja Católica como instituições

(políticas) que, na perspectiva desses participantes, possivelmente, influenciaram a constituição histórica do bairro, como demonstram fragmentos das narrativas:

[Sobre a influência da política e de outras instituições na constituição do bairro] não sei, inicialmente, me parece que a classe bancária é uma classe que tem uma vinculação com a política, então, eu diria que sim, num primeiro momento. Mas ao longo da história de Jardim da Penha, eu diria que é um bairro sim muito vinculado a isso, me recordo também de algumas coisas que já me falaram que era um bairro de esquerda, que tinha uma característica de pessoas de esquerda se encontrando aqui, eu acho que a Iriny Lopes morou aqui por um tempo, algumas pessoas do PT circulavam na rua da Lama, então, esses movimentos de resistência da Universidade se encontravam aqui em Jardim da Penha. Então, sim. Não sei te dizer no começo, mas me parece que na constituição do bairro, isso está muito presente. Eu acho que a igreja também está muito presente na formação de Jardim da Penha, não sei na formação, mas hoje a comunidade São Francisco de Assis é muito forte [...], então, penso que talvez também essa instituição igreja a gente pode colocar como forte. Que essa comunidade é forte, assim como também a Igreja Batista aqui na rua do canal, ela também é muito forte aqui [...] e traz muita gente de fora para circular no bairro, que também é uma característica importante. (M1J.30a.f)

Eu acho que sim, apesar de eu não conhecer muito bem, mas acho que alguém deve ter chamado atenção para as coisas que ocorriam aqui, para o

bairro crescer. Ele teve que crescer de alguma forma, então, alguém impulsionou isso. [...] eu acho que a igreja pode ser um exemplo, porque tem a matriz aqui na rua de trás, que atrai as pessoas virem para cá e tem várias outras comunidades. Acho que escolas também, tem mais escolas aqui, então, em vez de as pessoas irem estudar fora, em outros bairros, a maioria está vindo cada vez mais para as escolas aqui do bairro. Tem várias, tanto públicas quanto privadas. (M4J.15a.f)

[Sobre a influência da política e de outras instituições na constituição do bairro] Eu acredito que sim, principalmente por conta da Universidade. Acho que teve um papel muito importante na construção. A rua da Lama, eu sei que existe há muito tempo, então, eu acredito que a partir dali, daqueles prédios que tem, daqueles condomínios, eu acho que por conta dessa demanda grande de universitário, foi crescendo essa parte. Tem muito prédio, então, eu acho que sim, eu acho que a universidade teve muita influência. Talvez, as escolas, o Darwin eu sei que é muito antigo também, é bem antigo. Darwin, o SESI, escolas também tiveram muita influência para esta questão familiar. (M6J.24a.f)

[Sobre a influência da política e de outras instituições na constituição do bairro] não sei dizer, mas se tivesse que palpar, eu diria que sim. Porque como eu disse, a Associação de Moradores é bem presente e participativa na comunidade, nos jornais, que sempre reivindicam por melhoras, então, eu acho que isso é algo que vem desde o início do bairro. Talvez os bancos

tenham influenciado. Porque esse condomínio que eu moro, é o condomínio dos bancários, foi o primeiro condomínio do bairro, fiquei sabendo há pouco tempo atrás, então, talvez, isso tenha influenciado. (M8J.24a.m)

No que diz respeito ao sentimento de *pertença* a Jardim da Penha do habitante de 15 a 30 anos, os vínculos afetivos e de apego parecem estar associados, prioritariamente, às relações familiares e às experiências em torno da própria casa. Ou seja, os relatos sugerem a família como elo mais forte do jovem com o bairro. Também o ambiente escolar/acadêmico parece propiciar afetos positivos que nutrem a memória dessa geração. Por fim, a própria funcionalidade do bairro acaba por torná-lo atraente ao jovem habitante, porque o aproxima de quem e do que precisa, quer e gosta.

Onde eu moro e estudo, porque é a primeira coisa que eu penso quando fala Jardim da Penha, eu penso na minha casa e na minha escola. (M4J.15a.f)

Eu gosto de tudo. Eu gosto da acessibilidade, é tudo perto, eu gosto muito disso, de ser tudo pertinho e os apartamentos, até os que são mais acessíveis, são muito bons, tem sala grande, tem quartos legais. Não importa onde você esteja, você está sempre perto de algo, adoro isso. (M6J.24a.f)

Quando eu estou aqui no bairro e tenho que fazer alguma coisa, é tudo a pé. Eu gosto muito disso, de ter essa proximidade com quem mora aqui. De eu andar, sair lá na rua do canal e reconhecer a pessoa e a gente se cumprimentar, mesmo que a gente não se conheça. A gente sabe que a gente está ali, a gente está coexistindo de uma maneira muito positiva, eu vejo dessa forma. (M7J.22a.f)

Em Jardim da Penha a gente pode se vestir mais largadinho, Praia do Canto não, você sai na Praia do Canto, você tem que botar um salto, então eu me sinto mais tranquila até por poder ser mais eu em Jardim da Penha. [...] Eu acho que aqui a gente tem uma liberdade maior que em outros bairros. (M7J.22a.f)

Um lugar que eu gosto de viver, porque eu acho que Jardim da Penha é um bairro perto de tudo e onde você tem ao mesmo tempo acesso à escola, à universidade, ao comércio, supermercado, lojas, perto da praia, lazer, parques, eu acho que é um bairro que pode oferecer muitas coisas para quem reside aqui. (M10J.28a.f)

A categoria *contrastes*, apesar de contemplada, não foi tão representativa entre os jovens. O fato desta geração não ter vivenciado o processo de formação do bairro de Jardim da Penha pode explicar, de certa maneira, a predominância de memórias situadas no tempo presente, nas quais sobressaíram referências aos recursos atuais e funcionais do bairro.

6.2.3 GERAÇÃO 2 - 40 A 55 ANOS (ADULTOS)

De maneira oposta ao que ocorreu com os jovens, a categoria *contrastes* prevaleceu entre os adultos de 40 a 55 anos. Por vivenciarem parte significativa do processo de expansão urbana de Jardim da Penha, essa geração confrontou presente e passado revelando detalhes das mudanças no bairro e na dinâmica entre os moradores. Frases como “eu lembro”, “eu me recordo”, “eu vivi”, “eu vi”, “eu acompanhei” introduziram memórias pessoais que remeteram à infância e à adolescência, a vínculos e a experiências no bairro e com o bairro, carregadas de afetividade e algum saudosismo.

Os nascidos nas décadas de 60 e 70 presenciaram a elevação de prédios, o alargamento e o asfaltamento de ruas, o aterro da praia de Camburi, a derrubada da vegetação, o aumento da densidade populacional, a abertura e o fechamento de pontos comerciais na região. Afirmaram que Jardim da Penha perdeu o clima de “cidade do interior dentro de uma capital” (M13A.50a.f), a tranquilidade e a segurança, o relacionamento mais próximo e a confiança entre os moradores. No entanto, ao longo dos anos, o bairro ganhou maior oferta de serviços, de produtos e de lazer, conforto, comodidade e praticidade, tornando-se mais *funcional*. Extratos das entrevistas ilustram os aspectos que revelaram os *contrastes* e a *funcionalidade* de Jardim da Penha:

A questão de casas, foi tudo crescendo, hoje as casas foram sendo desmanchadas, você via os prédios crescendo no lugar das casas. A gente que mora aqui há mais tempo acompanhou muito isso, então, dá uma sensação de nostalgia mesmo. (M12A.53a.f)

Apesar dessa falta de segurança, eu ainda vivo tranquila em Jardim da Penha. A tranquilidade mesmo, as pessoas se encontram muito nos seus prédios, é um lugar bom de morar, é um lugar tranquilo. Apesar da insegurança, tem um ar de tranquilidade também. (M11A.53a.f)

Percebo uma diferença grande dos moradores do passado e de agora. Eu consigo cumprimentar as pessoas de mais idade na rua, consigo ter uma receptividade, do que os mais jovens, as pessoas que estão muito apressadas, muito individualistas mesmo. Não se falam na rua. Antigamente, a gente conseguia cumprimentar todo mundo e essas pessoas que eu já cumprimentava antigamente, hoje em dia eu encontro e consigo também, os vizinhos, os mesmos moradores que eu conheço de muito tempo. (M16A.45a.f)

O bairro está muito movimentado, muito cheio, eu acho que está cheio, gente demais, eu acho que está faltando um pouco de segurança, falta um pouco de infraestrutura em algumas coisas. Embora eu ache o bairro muito bom, existem lugares que não são tão bons quanto. Mas eu acho que ainda falta melhorar muita coisa para ficar gostoso como era antigamente, o que eu mais vejo é isso. É prédio demais, gente demais, casa demais, tudo demais, restaurante demais, bar demais, gente na rua o tempo todo, é tudo muito, hoje é um bairro muito, tudo é muito, e antes não era. (M17A.40a.f)

Por ser seguro, era um povo mais alegre, no sentido de que era mais solto, você podia andar meia noite, uma hora, era tranquilo. Eu lembro disso, as ruas desertas, quase não tinha carro, porque não era asfaltado, então, você não via essa quantidade de carro. Você andava tranquilo. Hoje, os mais velhos são mais desligados nisso justamente por causa daquela época. (M19A.43a.m)

Jardim da Penha é um bairro que mantém as construções antigas, esses condomínios, é porque antigamente era tudo condomínio, não era prédio único, então, foi feito condomínio dos Estados, condomínio Pégasus, condomínio dos Bancários [...]. [...] tem os prédios novos também, casa bem o antigo com o novo aqui, década de 70 com atualidade. [...] E as ruas são todas elas asfaltadas, uma ou outra que é paralelepípedo, principalmente, aquela na frente do Calipe [bar], naquelas casinhas que tem lá [referindo-se às primeiras 106 casas do bairro] [...] se teve um lugar que preservou foi ali [...]. Então, se for naquele pedaço, é como se você tivesse vendo Jardim da Penha antigamente, por causa da rua de paralelepípedo, que ainda manteve lá e logo depois desses prédios, desses galpões do IBC [Instituto Brasileiro do Café], logo depois naquela rua onde termina o IBC, aquela é de paralelepípedo também. (M19A.43a.m)

[Chama atenção em Jardim da Penha] o fato de ser um bairro que tem tudo que você precisa, desde um cinema, *shopping*, pequeno, mas tem, barzinhos, tem a igreja, tem supermercado, tem hortifruti, tem feira,

farmácias têm aos montes, salão de beleza, então, você tem tudo que precisa dentro do bairro. (M16A.45a.f)

Essa questão da estabilidade, do conforto. De ter tudo a mão. Eu falo que Jardim da Penha é quase como um mundinho, então, eu tenho médico, mercado, escola, uma universidade, praia, meios de locomoção para todos os pontos da cidade de Vitória. Então, conforto, acho que é importante hoje, você tem tudo aqui, tudo a mão. (M17A.40a.f)

Na opinião dos adultos, apesar da correria do dia a dia e do individualismo característicos da atualidade, Jardim da Penha mantém-se aconchegante e acolhedor, preserva o aspecto familiar do passado e congrega a *diversidade*, marcada por diferentes faixas etárias, classes sociais e estilos de vida coabitando o espaço urbano. Entre os locais que favorecem o encontro e a interação, eles citaram as pracinhas, a praia de Camburi, os bares, a feirinha de sexta-feira e a “rua da Lama”. Já a feira livre de sábado e a pracinha do supermercado EPA figuraram como alguns dos lugares mais importantes e representativos do bairro para o morador de 40 a 55 anos. Exemplificam essa categoria, os seguintes trechos de fala dessa geração:

Eu acho que aqui tem um charme que só aqui tem, tem uma simpatia do bairro que você só acha aqui [...] [o morador de Jardim da Penha] é mais acolhedor, mais amigável, eu sinto pelo menos. (M17A.40a.f)

É um bairro que acolhe as pessoas, é um bairro onde você conhece o vizinho de cima, de baixo, do lado, da frente, você não se sente sozinha, a não ser que você queira se isolar, mas você conhece o dono da banca, a pessoa que te atende na padaria, o caixa do supermercado é sempre o mesmo, então, você cria como se fosse uma rotina, é muito bom. Não tem essa troca frequente de pessoas. (M13A.50a.f)

Corre-corre, na correria. Você vê só as pessoas no agito para o trabalho, vai para outra coisa, na correria e procurando dar atenção à família, ao trabalho, mas assim, lá no fundo, a gente percebe que as pessoas tentam ainda resgatar um pouco, conversar, ter amigos, procurar relaxar um pouco nos botecos, nos bares, resgatar um pouco da amizade, que isso é importante. (M14A.47a.f)

É um bairro bastante eclético, miscigenado, você encontra todo tipo de pessoa. Tem muito idoso, jovem, jovens casais, famílias novas, tem de tudo. Isso eu acho muito legal, você anda pela rua e vê gente muito arrumada, gente de chinelo de dedo, todo o tipo de classe social diferente. Tem ainda gente de classe social mais alta, mas a maioria aqui eu acho que considero classe média e, às vezes, até classe média-baixa. Tem muito universitário também, ainda continua tendo muito universitário, as pessoas vêm do interior para estudar aqui, fazer república, ainda tem muito isso, tem gente que aluga quarto, então, é um bairro bem eclético [...], eu acho isso bem bacana. (M11A.53a.f)

Tem todo tipo de morador aqui. (M13A.50a.f)

Eu gosto muito da pracinha de Jardim da Penha, primeiro que eu vi implantar a feirinha da sexta-feira, eu conheço a feirinha desde que começou, então, ali é um ponto de encontro. (M13A.50a.f)

Finalmente, em relação à última categoria de análise, *pertencimento*, o discurso dos adultos, em geral, expressou uma conexão mais forte com Jardim da Penha quando comparado com o dos jovens. Como se as memórias consolidadas dos mais velhos trouxessem à tona as experiências que marcaram essa geração em todos os aspectos, positiva e negativamente, e que foram importantes para a construção de suas histórias de vida e de sua identidade.

Ver e participar, cada um em diferentes graus de envolvimento, das transformações do bairro desde a sua fundação, parece tornar grande parte dos habitantes de 40 a 55 anos coautores do passado e do presente e, portanto, vinculados afetivamente à Jardim da Penha.

Eu gosto daqui porque aqui é aqui. Eu gosto daqui porque eu nasci aqui e eu acho aqui muito gostoso [...] o que eu mais gosto em Jardim da Penha que aqui é minha casa, aqui eu posso ir para a balada de *short* e chinelo, ninguém vai reparar. Eu já fui para a balada de *short* e chinelo, ou vindo da praia, para o bar de canga e ninguém se importa. Eu gosto disso, de me sentir em casa. (M17A.40a.f)

Jardim da Penha é o bairro que eu amo, porque é tudo, eu acho que eu não abandonaria Jardim da Penha. (M18A.50a.m)

Amar o bairro onde você mora, você tem que gostar muito, a gente participou ativamente da construção do bairro, das 106 casinhas, do futebol na pracinha no Santa Marta, até hoje tem o pessoal da Rua 8, o pessoal da gincana antiga, a gente tem uma identificação muito grande com o bairro de Jardim da Penha. (M20A.41a.m)

Eu acompanhei algumas coisas em Jardim da Penha que eu fiquei bairrista, eu procuro fazer as atividades dentro de Jardim da Penha, academia do SESI, gosto de pegar a praia em Camburi, apesar das pessoas falarem que está poluído. Às vezes, a gente até compra briga por causa disso, então, a gente vai acostumando. É um quintal de casa. Eu vou muito na UFES, apesar de não estudar na UFES, estou sempre na UFES, essa proximidade com a comunidade, futebol sábado que a gente tem lá. Então, muitas vezes, a gente participa, leva um cachorro na UFES. A gente usa a universidade como quintal da nossa casa. (M20A.41a.m)

Entre os ativistas políticos, membros da AMJAP ou participantes assíduos de suas ações, no entanto, os vínculos parecem mais estreitos e o amor é claramente evidenciado. A manutenção do que de bom se conquistou para o bairro e do interesse de outros moradores, especialmente dos mais jovens, na luta por melhorias parece ser, inclusive, motivo de certa preocupação para os adultos que

militam por Jardim da Penha: “a gente não está com uma juventude mais unida, mais preocupada com as questões do bairro” (M20A.41a.m). Na visão deles, os jovens precisam encontrar seu espaço nas discussões e nas atividades políticas do bairro.

Eu tenho um amor muito grande pelo bairro [...], minha história, minhas raízes. Eu busco ainda que Jardim da Penha não perca essas essências, que eu acho importante para a formação das pessoas. (M15A.43a.m)

O bairro é um bairro que debate. Isso é uma essência que a gente ainda tem e que eu não gostaria que perdesse. Eu sou geração 4.0, então, quer dizer, está vindo uma nova geração de 20 anos, 30 anos, eu acho que essa geração tem que debater políticas. A gente daqui a pouco está passando o bastão. (M15A.43a.m)

A política aqui influenciou muito, influencia até hoje, os jovens, às vezes, ficam meio tímidos de participar, por ter um político antigo, que já está na vez, as pessoas aqui em Jardim da Penha têm aquele coronelismo antigo ainda, e você surgir com ideias novas, às vezes, é uma ameaça. (M20A.41a.m)

AMJAP, Igreja Católica, UFES e escolas se destacaram como as principais forças políticas e institucionais que influenciaram a constituição de Jardim da Penha para os adultos, além dos próprios moradores, empresários e trabalhadores, com

ênfase para os bancários (pioneiros que deram nome a um conjunto habitacional) e funcionários das antigas Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica de Tubarão.

6.2.4 GERAÇÃO 3 - 65 A 80 ANOS (IDOSOS)

A geração entre 65 a 80 anos relatou um aumento “monstruoso” (M21I.75a.m) da população, do número de veículos, de estabelecimentos comerciais, de rotatividade de moradores no bairro. No ponto de vista dos idosos, o crescimento desses fatores culmina no distanciamento das pessoas, enfraquecendo a sociabilidade e produzindo individualismo. Consequentemente, os moradores se conhecem menos e se encontram com menor frequência, levando em consideração as relações que estabeleciam no passado.

Nos ditos desse grupo geracional, o passado é descrito com emoção, afetação e motivações pessoais como parte integrante da memória (Sá et al., 2013). Apesar do distanciamento das relações, ainda é possível identificar, nos relatos, sentimentos de amizade, de solidariedade, de carinho e de relações familiares com os moradores, mesmo que não se vejam ou se conheçam com tanta frequência como antigamente. Isso aponta um modo de estabelecer e compreender as relações do bairro, que persiste com o passar dos anos, afinal, o modo como interpretam o passado, influencia diretamente no posicionamento presente frente às relações (Cabecinhas, 2006). Tais sentimentos de familiaridade e de amizade podem ser encontrados nos relatos abaixo:

[Sobre as características das pessoas que moram no bairro] São amigas, solidárias, se precisar de alguma coisa está todo mundo ali pra servir a gente. Aqui todo mundo é bom. (M24I.80a.f)

[Sobre o morador de Jardim da Penha] A amizade que as pessoas tem, porque você chega ali na pracinha por exemplo, tem vários idosos, mas eles são todos amigos. Então é amizade. (M25I.77a.f)

Eu vejo que nós nos entendemos mais como uma irmandade. (M26I.78a.f)

Relacionado aos sentimentos de amizade que o bairro mantém, *pertencimento* é a categoria que aparece com maior frequência na fala dos idosos, evidenciando uma vida que foi construída no bairro, com a constituição da família, criação de filhos e netos, e que formam, através de suas memórias, identidades e pertencas grupais (Cabecinhas, 2006). Assim, por terem vivido o Jardim da Penha nas décadas de 1970 e 1980, expressam suas experiências com maior sentimento de pertencimento, também como se houvessem criado raízes no local, relatando que só sairiam do bairro em casos extremos, nos quais não pudessem escolher outra alternativa, conforme trechos evidenciam:

[Hoje Jardim da Penha é:] minha casa. Porque eu me sinto bem e é uma vida em Jardim da Penha, então, basicamente isso. A casa. Literalmente, meu lar. Literalmente, a constituição da minha família. (M22I.66a.m)

Não saio daqui. Eu costumo dizer, o pessoal morre de rir, que daqui eu só saio para ir morar em Laranjeiras. No Jardim da Paz [cemitério]. Então, eu jamais sairei daqui. (M25I.77a.f)

[Sobre a diferença entre os moradores de Jardim da Penha e os de outros bairros] A gente chega lá fora, eles são bons também, mas não é igual os daqui. Os daqui são muito aconchegantes com a gente. (M26I.78a.f)

É um bairro que eu gosto de morar, eu gosto do bairro, amo esse bairro. Sou uma pessoa que gosta de onde mora, gosto das pessoas, gosto da minha rua, gosto da minha localização. (M28I.65a.f)

Cabe ainda ressaltar, que tais sentimentos de pertencimento são intensificados com a *funcionalidade* que o bairro oferece. Para alguns moradores idosos, as facilidades vão fazer com que as pessoas gostem de morar em Jardim da Penha, principalmente, pela melhor infraestrutura que o bairro possui atualmente, como por exemplo: a ampliação do comércio, das opções de transporte, das áreas de lazer e de entretenimento.

Além das funcionalidades práticas, os moradores atribuem significado a suas vivências e aos lugares. Conseguem identificar funcionalidades simbólicas, como a feira da praça do supermercado EPA, que tem a função de gerar empregabilidade. Para a geração nascida entre as décadas de 1930 e 1950, a feira citada é importante, pois também se constitui como local de encontro do bairro e

agrega uma *diversidade* de pessoas, gostos e modos de se relacionar. Os moradores relatam a *funcionalidade* com os seguintes exemplos:

Mais conforto, cinema, supermercado, porque antes não tinha. Mas hoje é melhor do que antigamente, não tenho dúvida. Muito mais recurso, parque, Universidade Federal que ampliou muito. Não sei te dizer qual a quantidade da ampliação, mas eu sei que cresceu muito, então, eu acho que agora é mais fácil viver. (M21I.75a.m)

Eu acho que não existe nada melhor. Acho que em Jardim da Penha você tem tudo. Tudo aqui é bom, as igrejas são boas, o posto de saúde é maravilhoso. [...] Eu gosto dele por não ter altos e baixos, de você poder andar à vontade por tempo, tempo. (M27I.75a.m)

Eu tenho feira, eu tenho Banco. Pego o ônibus na minha porta, salto na minha porta, vou em *shopping* fazer o quê? (M28I.65a.f)

A praça do EPA foi virando um ponto de convergência entre as pessoas. (M29I.66a.m)

As comparações entre passado e presente, frequentes nas falas de todos os idosos, caracterizaram os *contrast*es do viver no bairro. De um lado o passado, com maior tranquilidade, com menos violência, com relações mais próximas entre os moradores, com mais participação na vida pública. Do outro, o presente, com a

expansão do comércio e das linhas de ônibus, com uma maior higienização das ruas e com a praticidade de viver no bairro. Uma outra perspectiva de *contrastes*, identificada nesta geração, refere-se às narrativas de que o bairro não está seguro, descrevendo-o como violento. Apontam também que Jardim da Penha não está evoluindo e que estagnou. Todavia os idosos falam de um bairro tranquilo, seguro e que tem todas as facilidades. Trechos que exemplificam a categoria:

Isso daqui praticamente estagnou. Estagnou nisso que você está vendo. Isso já vem de muitos anos. Não sobe, nem desce [...]. Estamos rodeados de tudo o que é facilidades, temos tudo aqui. Isso é muito importante porque não temos dificuldade de nada aqui. (M23I.80a.m)

Que é um bairro tranquilo é, mas que não é tranquilo não, porque quando você menos pensa, entram também na dança do bandido. Então não é um bairro tranquilo. (M23I.80a.m)

[Jardim da Penha antigamente] Era horrível, era sem nada, não tinha nada. (M27I.75a.f)

Era à vontade e não tinha perigo nenhum, não tinha. A criançada toda se conhecia e até catava pitanga no meio dos matos. E corriam pela rua, andavam de bicicleta, então, era assim um paraíso. (M30I.77a.f)

A categoria *contrastes*, como já dito, prevaleceu na geração dos adultos e foi mais frequente nas falas dos idosos do que nas dos jovens. Portanto algumas observações pertinentes à tal categoria cabem ser destacadas. *Contrastes* desdobra-se, na presente pesquisa, em duas subcategorias, conforme Martha de Alba (2006) e Lucas Brasil Pereira (2011) propuseram em seus estudos sobre, respectivamente, as representações socioespaciais da Cidade do México e representações sociais de Brasília: *experiência urbana* e *território político-administrativo*.

No que tange à subcategoria *experiência urbana* dos moradores entrevistados, os elementos positivos de Jardim da Penha são descritos, em geral, fazendo menção às percepções referentes à afetividade e à organização urbana do bairro, como: "morador feliz", "facilidade de andar a pé", "praças lindas", "boa localização na cidade", "bairro organizado e estruturado" e "qualidade de vida". Enquanto, uma outra parcela é associada ao âmbito de um *território político-administrativo*, tal como: "segurança pública", "qualidade de vida", "bairro organizado e estruturado" e "bairro bem cuidado". Por outro lado, os fenômenos criticados (elementos negativos) na subcategoria *experiência urbana* apontam para "falta de segurança pública", "velocidade dos carros", traçado urbano (principalmente, aqueles que não viveram sempre no bairro porque perdem-se, em termos de localização nas rotatórias), ao modo como se têm "podado e cortado as árvores", "lixo" e "barulho".

Já no que diz respeito ao *território político-administrativo*, descrevem os problemas para os quais consideram que deveria ocorrer intervenção política e administrativa do governo, tais como: ações de "segurança pública", de

implementações quanto à "iluminação das ruas" e "sinalização de trânsito"; criação de mais "ciclovias" e de uma "grande área pública de lazer" e melhorias quanto à "poda e corte das árvores". A Figura 9 apresenta a distribuição dos elementos positivos e negativos nas subcategorias:

<i>Experiência Urbana</i>	
Positivo Morador Feliz Facilidade de andar a pé (mobilidade) Praças lindas (traçado urbano) Localização Bairro organizado e estruturado Qualidade de Vida	Negativo Falta de Segurança Pública Velocidade dos carros Rotatórias (traçado urbano) Poda e corte das árvores Lixo Barulho
<i>Território Político-Administrativo</i>	
Segurança Pública Qualidade de Vida Bairro organizado e estruturado Bairro bem cuidado	Falta de Segurança Pública Iluminação das Ruas Sinalização de Trânsito Ciclovias Poda e corte das árvores Falta de uma grande área de lazer

Figura 9. Contrastes "Positivo" e "Negativo" distribuídos nas subcategorias "Experiência urbana" e "Território político-administrativo".

É possível notar que por se tratar de um bairro próximo à Universidade e com a presença de um número significativo de estudantes que residem nas redondezas, o aspecto referente à criação de ciclovias, solicitado principalmente pelos estudantes, coincide com as queixas da população da cidade de Vitória-ES no que concerne às problemáticas atuais de mobilidade urbana. Um dos projetos

políticos do atual prefeito da cidade, no período das campanhas eleitorais, era o de criação de ciclovias. Em *contrastes*, a reclamação sobre a velocidade e sobre o aumento do fluxo dos veículos fez-se presente nas falas dos participantes desta pesquisa.

Assim, o grande crescimento da população e da infraestrutura do bairro e o modo mais individualista de se relacionar, na visão dos idosos, também impacta na participação local da vida pública para as novas gerações, as quais podem estar se tornando mais “acomodadas”. Trata-se de uma ótica que sugere uma estagnação no desenvolvimento de um bairro que se formou, nas décadas de 1970 e 1980, por um coletivo de moradores atuantes na militância pelos anseios de melhorias para a população local.

Na perspectiva dos moradores da geração de 65-80 anos, “Jardim da Penha só vive de lembrança” (M23I.81a.m) e “as pessoas se acomodam, cruzam os braços e deixam acontecer” (M22I.66a.m), o que evidencia certa nostalgia de um passado em que os jovens eram mais ativos em impulsionar melhorias no bairro.

Exemplos das lutas sociais das décadas de 1980 e 1990, citadas pelos idosos, foram a ocupação das ruas para a conscientização do uso da faixa de pedestre; a movimentação de arrecadação de fundos para a manutenção dos blocos carnavalescos “Tô bebo” e “Segura o copo”; a cooperação dos pais na luta por uma nova escola no bairro, a Escola Éber Louzada e o movimento para a criação da AMJAP.

Ainda em relação à participação ativa de moradores nas questões políticas das décadas de 1980 e 1990, vale ressaltar que o Clube 106 aparece como lugar importante para os idosos e para a história de Jardim da Penha, sendo evidenciada,

em algumas falas, como elemento que reuniu famílias em festas e churrascos recorrentes, que propiciavam a construção e a manutenção de vínculos. Além da criação e do fortalecimento de laços afetivos, as reuniões realizadas pelo Clube 106 exerceram importante papel na constituição política e social do bairro, influenciando o modo de se relacionar. Segundo relatam os idosos, em tais encontros, que contaram com o envolvimento ativo da Igreja Católica, as melhorias para o bairro e a conscientização de moradores acerca do convívio no bairro estavam entre os assuntos em pauta.

Quando questionados sobre as questões políticas que circundam o bairro, muitos conseguem identificar uma história marcada por influência de esquerda. Porém, com a reestruturação atual do bairro, que depois de muitos anos está sem um representante na prefeitura, e com as mudanças ocorridas nas lideranças da AMJAP, as bases políticas estão se modificando, com certa tendência a propostas conservadoras. Em relação a esse fenômeno, é importante compreender Jardim da Penha, para além de seu funcionamento “particular”, mas também dentro do cenário em que vive o país.

Além dos recorrentes encontros no/do Clube 106, como mencionado, os idosos abordam em suas falas a significativa relevância dos blocos carnavalescos organizados por moradores do bairro, principalmente, por agregarem *diversidades* nesses espaços festivos: diversidades de gerações, de classes, de bairros, de modos de viver, de vestir-se e de comportar-se. Esses movimentos culturais proporcionavam momentos de interação e entrosamento entre as pessoas. A geração entre 65 a 80 anos refere-se à *diversidade* do bairro dizendo:

Você vê moradores de todos os tipos em Jardim da Penha [...] Nós somos o jardim de Deus, então são vários tipos de flores. [...] eu acho que ele é um misto, é uma miscigenação como nós, na raça (M22I.66a.m)

O bairro cresceu, cada um fica do seu lado e quando a gente faz um encontro assim, faz um convite a todo mundo, todo mundo se chega ali, principalmente, em festa junina. E não vem só gente daqui não, vem muita gente de fora. (M24I.85a.f)

Temos muitos idosos e temos hoje muitos jovens, devido às escolas e às faculdades que são próximas e vem jovens, às vezes até de fora, mas de todas as cidades vizinhas. (M25I.77a.f)

Assim, a categoria *diversidade* também pode ser encontrada na fala de moradores idosos, mesmo que em menor frequência se comparada à dos jovens e dos adultos. Afinal, as narrativas dessa geração pautaram-se em eventos passados, contrastando com menor frequência os acontecimentos e funcionamento do bairro no presente.

6.3 DISCUSSÃO

Inicialmente, é necessário esclarecer e ressaltar a perspectiva sob a qual as narrativas das gerações de 15 a 30 anos e de 65 a 80 anos, entrevistadas para esta pesquisa, foram analisadas. Quanto à geração jovem, considerou-se o caráter heterogêneo e não naturalizado da juventude, conforme postulado pela psicologia

social. Isso significa levar em consideração os aspectos sociais e históricos envolvidos na constituição do que é ser jovem em nossa sociedade. Afinal, como expõem Menandro, Trindade, e Almeida (2003), em séculos anteriores, construiu-se uma representação de adolescência e juventude como fixa e “naturalmente constituinte do desenvolvimento humano” (p. 44). As autoras (Menandro, Trindade, & Almeida, 2003) apontam que tais concepções começam a se estabelecer no ocidente a partir de pesquisas sobre a adolescência ao longo do século XX.

“O trabalho de sistematização de dados sobre a adolescência, publicado em 1904, por Granville Stanley Hall, pode ser considerado marco fundamental, com consequências ainda hoje visíveis” (Menandro et al., 2003, p. 44). Stanley Hall construiu características específicas acerca da adolescência, principalmente como período de transição, de comportamento subversivo, bem como período de “turbulência e instabilidade emocional” (Menandro et al., 2003, p. 44). Essa concepção naturalizada da juventude não está presente nas análises desta pesquisa, a qual se propõe a pensar os participantes jovens “para além da cronologia e considerar os demais fatores que ajudam a construir socialmente e historicamente a juventude” (Cruz, Rosa, & Coutinho, 2016, p. 170).

Como apontam as autoras (Cruz et al., 2016; Menandro et al., 2003), as compreensões sobre a juventude são construídas no social, em um cenário que é multifacetado. Portanto suas falas e seus entendimentos, bem como as falas de outras gerações acerca dos jovens, não são analisados sob a ótica de uma etapa universal. Mas inseridas e exploradas em seu contexto social, histórico, político, cultural e econômico, que impactam os modos de ser adolescente dentro e fora do bairro de Jardim da Penha.

Com relação à geração de 65 a 80 anos, cabe aqui salientar o caráter histórico-social que envolve as representações sociais da velhice e do que é ser idoso. Como exposto por Beauvoir (1990), ao longo dos séculos, foram construídos diferentes modos de compreender e lidar com a velhice, que vão desde uma benção divina, de grande sabedoria e respeito, às concepções de declínio, desgaste e falta de utilidade para a força produtiva necessária. No entanto Beauvoir (1990, p. 200) expõe que “do antigo Egito ao Renascimento, vê-se que o tema da velhice foi quase sempre tratado de maneira estereotipada; mesmas comparações, mesmos adjetivos. A velhice é o inverno da vida”.

Tais concepções têm impactado, ainda hoje, o modo como é compreendido o envelhecimento tanto no senso comum como em algumas áreas do conhecimento. Por isso, faz-se imprescindível pensar o envelhecer para além da idade cronológica e de elementos biológicos, mas também “como convenção sócio-cultural” (Santos, 1994, p. 123). Afinal, os diferentes grupos e sociedades atribuem categorias e características específicas aos idosos de acordo com os interesses e necessidades de uma certa organização social, bem como, a partir das condições de classe social, de gênero, educação, etc. Assim, “a sociedade organiza, estrutura as funções de cada grupo etário específico” (Félix & Santos, 2011, p. 364). Entendendo as complexidades que envolvem as velhices – no plural, propositalmente – esta pesquisa se propôs a compreender as narrativas dos idosos e sobre os idosos sob o olhar de um “constructo sócio-histórico multifacetado” (Félix & Santos, 2011, p. 365), vinculado às suas características singulares. Logo, como proposto por Santos (1994), “pode-se, então, vislumbrar a ponte entre o mundo individual e o mundo coletivo na perspectiva de um processo sempre em

construção” (p. 125). A partir dessas considerações iniciais, segue a discussão dos resultados.

O conjunto das narrativas dos 30 moradores de Jardim da Penha formou categorias que expressam composições das memórias sociais do bairro: *pertencimento, contrastes, diversidade e funcionalidade*. Guardadas as similaridades que permitiram a identificação de tais categorias, as variáveis tempo (fator geracional, determinando presente-passado) e espaço (o lugar ou o bairro em suas dimensões físico-materiais, psicossociais e afetivo-simbólicas) (Sá, 2007) marcaram as diferenças nos processos de construção e apropriação das memórias sociais das três gerações estudadas.

Vale ressaltar que a transmissão de memória não se trata de “uma reprodução das experiências passadas” (Sá, 2005, p. 65), mas de um processo vivo (Bosi, 2003; Nora, 1993), dinâmico e interativo (Nascimento & Menandro, 2005a; Mourão & Cavalcante, 2011; Pecora, 2007; Weller, 2010). Acontecimentos histórico-econômico-políticos, mudanças socioculturais, além de necessidades, interesses e motivações do tempo presente, sejam elas pessoais ou compartilhadas por um grupo social, ressignificam e atualizam memórias e identidades (Mannheim, 1952/1982; Pecora, 2007; Pecora & Sá, 2008; Sá, 2007; 2015). A pesquisa mostrou que o aumento das interações sociais mediadas pela tecnologia, a expansão imobiliária no bairro e a crise político-econômica do país são fatos do momento presente que vêm modificando as relações do morador com Jardim da Penha e com outros moradores, conseqüentemente, o modo como cada geração se apropria do(s) lugar(es).

Enquanto para os mais jovens, a *funcionalidade* de Jardim da Penha destacou-se, para os adultos, os quais cresceram acompanhando a transformação do entorno, os *contrastes* entre presente e passado dominaram os discursos. Entre os moradores idosos, por sua vez, o sentimento de *pertença* prevaleceu e a vinculação com o bairro ganhou contornos nostálgicos. Para Mourão e Cavalcante (2011), assim como os cenários físicos estão sujeitos a mudanças constantes, o ideário de lugar também muda de acordo com o ciclo de vida. Se por um lado, a depender da cultura, é comum que jovens busquem viver as próprias experiências, a fim de encontrarem “um lugar seu” (Mourão & Cavalcante, 2011, p. 211), por outro, na velhice, mudanças de cenário físico podem significar perda de referências e provocar, até mesmo, sentimentos de tristeza ou depressão. Trata-se também do fato de que o que dá suporte à argumentação de um presente menos feliz decorre da perspectiva da “passagem do tempo como ‘queda’, como perda de ilusões, de sonhos e de alegria” (Nascimento & Menandro, 2005a, p. 21).

Os resultados identificam que o modelo social vigente e, portanto, também de uma memória social que integra e constitui esse modelo, depende – entre outros aspectos mais abrangentes - da transmissão geracional (Mannheim, 1952/1982), ou seja, do que os mais novos estão herdando dos mais velhos em termos de história, cultura, hábitos e comportamento. A maneira como referenciais ou dispositivos sócio-históricos, importantes na formação e na organização de Jardim da Penha - como o Clube 106, a Igreja Católica, a AMJAP, os comércios, as praças com suas feiras, por exemplo - são lembrados pelos jovens moradores entrevistados pode sinalizar o modo como essa transmissão geracional da memória vem ocorrendo.

Cabe salientar que as interações e as trocas entre diferentes grupos, que são características da *diversidade*, podem ser identificadas nas três gerações. Todavia, para o grupo de 65 a 80 anos, essa categoria pode ser analisada sob dois olhares opostos, já que os idosos parecem fundamentar o processo de socialização através de representações dicotômicas e polarizadas. Por um lado, com o aumento populacional, a *diversidade* é percebida como possibilidade de acesso a diferenças culturais, podendo expandir as perspectivas dos idosos ao novo, ao desconhecido. Por outro, também pode ser entendida como coexistência de contrários, como dissemelhantes, principalmente, quando citam a maior circulação de pessoas e maior acessibilidade ao bairro como fatores que podem aumentar o índice de violência e, conseqüentemente, de insegurança para os moradores.

A partir do que se expôs acima e também com relação aos *contrastes* – evidenciados tanto na dimensão temporal (passado e presente) quanto na dimensão espacial (bairro) -, foi possível identificar que as representações dicotômicas e polarizadas parecem fundamentar o processo de socialização. Além disso, é importante destacar que as representações sociais são fruto dos universos consensuais.

Os sujeitos apropriam-se de conteúdos abstratos e eruditos de universos reificados, modificando-os, adaptando-os (Moscovici, 2000/2013). "Ao assumir esses lugares de enunciação, os participantes falaram como pessoas que consideravam suas vivências cotidianas. Falaram sobre percepções do que acontecia de fato" (Souza, 2012, p. 471), posicionando seus discursos em um universo consensual.

A posição cognitivo-discursiva do universo reificado (Souza, 2012),

observada nos pólos positivo e negativo, é construída nos lugares discursivos veiculados pelas teorizações político-administrativas e por especialistas que discutem a questão da insegurança pública, dos problemas urbanos como mobilidade, ecologia e sustentabilidade das cidades (arborização e tratamento do lixo, por exemplo). Além disso, as possíveis representações socioespaciais descritas nessa categorização de contrastes são ancoradas nas reminiscências de como era o bairro no passado (menos violento, mais árvores frutíferas e jardins). Desse modo, nota-se que os moradores entrevistados construíram memórias e representações baseadas nesses dois universos, nesses dois sistemas de pensamento e práticas (Souza, 2012). "Operava-se uma passagem do não-familiar, as categorias abstratas do universo reificado, ao familiar, os conhecimentos pragmáticos adotados para perceber o objeto e orientar condutas sobre ele no cotidiano" (Souza, 2012, p. 472).

A característica de Jardim da Penha como um bairro familiar é uma memória comum a todas as gerações, salientando a importância da família como orientação e referência para a reconstrução do passado. A família é, simultaneamente, objeto das lembranças e âmbito em que as lembranças podem ser vividas, sobretudo, na preservação do que são considerados "valores familiares" por este grupo social, que "repercutem fortemente sobre todos e conferem ao inteiro conjunto uma identidade característica e única (ver Mannheim, 1982)" (Sá, 2015, p. 331).

Apesar de alguns entrevistados não terem declarado amor explícito ao bairro, o tom do discurso de boa parte deles sugeriu a existência de um sentimento de pertença, que auxilia na construção de uma identidade para com o bairro (Sá et al., 2013). As memórias e a identidade social urbana dos adultos e dos idosos foram

construídas e mantêm-se por uma vivência ativa no bairro e com outros moradores. Se existe uma memória e uma história a ser contada sobre Jardim da Penha, as gerações das décadas de 1960 e 1970 exercem papel importante e ativo no que se construiu, no que se edita e no que se perpetua.

Esses grupos geracionais, idosos e adultos, cumprem a significativa função da transmissão do inventário social e cultural (Mannheim, 1952/1982), em que imagens do passado são transmitidas por meio das interações entre moradores (Jedlowski, 1997). Afinal, os jovens vivenciaram pouco ou nada de Jardim da Penha no passado e, por isso, fez-se necessária a manutenção da identidade dessa geração através da ancoragem nas memórias da história do bairro, para que o sentimento de pertença se fortalecesse.

Importante enfatizar, como apontam Mourão e Cavalcante (2011), o aspecto mutável e o processo dinâmico da identidade a partir das vivências de cada um. As autoras apresentam, nesse processo, a satisfação de necessidades e desejos na formação da identidade. Logo, pode-se compreender o fato de *funcionalidade* ser categoria de destaque na geração dos jovens. Para essa geração, o espaço casa e o espaço escola, principalmente, associados à funcionalidade do bairro, caracterizado por um comércio ativo e farto, aparecem como elementos do ambiente físico-afetivo que alimentam suas memórias e identidade.

Foi possível identificar, por meio dos relatos, um imaginário idealizado acerca dos parâmetros construídos socialmente sobre o que é ser, de fato, um morador de Jardim da Penha. Um desses critérios foi definido com base no ativismo para com as questões políticas, sociais, econômicas e culturais do bairro, no qual não ser ativista foge ao esperado para o habitante. Dizer que “o bairro é

participativo” revela a dimensão identitária criada e alimentada, pelos moradores, acerca do envolvimento nas questões mencionadas, as quais pressupõem engajamento, formando o que Mourão e Bomfim (2011) chamam de identidade social urbana.

Diante disso, nas narrativas dos adultos e dos idosos, os mais jovens são percebidos como uma geração pouco ou nada engajada nas causas políticas e coletivas de Jardim da Penha, tampouco interessada na possibilidade de participar ativamente da AMJAP. Nesse cenário, é importante pensar, como expõe Mannheim (1952/1982, p. 73), que “a situação etária é determinada pelo modo como certos padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos à existência”. Além disso, o autor reflete sobre o contínuo surgimento de novos participantes no processo cultural e da saída contínua de antigos participantes, que podem resultar no que Mannheim (1952/1982) chama de “contato original” (p. 74), referindo-se à vivência de cada grupo geracional como única e original.

Além da “função ativista”, percebeu-se um modo de ser e de habitar o bairro, em que se encontrar e se reunir com frequência fazem parte do “ser morador” de Jardim da Penha. É como se existisse um parâmetro de sociabilidade esperado para a definição da identidade social, entendida por Mourão e Bomfim (2011) como dimensão psicossocial da identidade social urbana. Para as autoras, tal dimensão está relacionada à “imagem que cada grupo faz de suas características típicas, como certo tipo de personalidade e estilo de vida” (p. 221), que partem de significados construídos e partilhados socialmente.

Nesse contexto, sentimentos comuns de nostalgia em relação à Jardim da Penha dos tempos de juventude surgiram, principalmente, entre a geração de

adultos e idosos. Através dos sentimentos de saudade, Nascimento e Menandro (2005a) compreendem que os sujeitos avaliam qualitativamente os acontecimentos da própria história, que decorrem, muitas vezes, “da percepção social da passagem do tempo como ‘queda’” (p. 15), conforme citado anteriormente. Tais resultados também foram identificados no estudo de Pecora & Sá (2008), que buscou analisar as memórias e as representações sociais construídas por três gerações acerca da cidade de Cuiabá, e concluiu que os períodos vividos pelas diferentes gerações “acabaram por ser representados sob uma versão ensejada talvez por um sentimento comum de nostalgia em relação à Cuiabá” (p. 325).

Apesar de alguns lugares do bairro permanecerem vivos na memória das três gerações, como a praça do supermercado EPA, a orla de Camburi, a feirinha do bairro, outros parecem perpetuarem-se de acordo com interesses e vivências individuais (Sá, 2015). Por exemplo, guardam memórias do passado político, aqueles que, no presente, vêem-se envolvidos de alguma maneira em questões políticas. Guardam memórias da Igreja Católica, aqueles que têm participação ativa na igreja matriz do bairro. Das escolas, aqueles que estiveram e estão inseridos ou próximo aos locais de ensino. Isso porque os “processos psicológicos de ordem cognitiva (pensamento e memória) não se encontram separados dos processos motivacionais e afetivos, os quais se mostram fundamentais no funcionamento psicossocial das populações, inclusive no que se refere à construção de suas memórias” (Sá, 2013, p. 24). Tais elementos, estão em consonância com as proposições de Halbwachs (1950/2012) e Bartlett (1995), no que tange ao interesse afetivo e à motivação, como processos construtores da memória coletiva.

6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa da memória geracional teve como um dos seus objetivos identificar e descrever a memória social do bairro de Jardim da Penha construída por três gerações de moradores, sobre as décadas de 1970 e 1980. O resultado e a discussão até aqui realizados permitiram alcançar esse objetivo, identificando os processos e as circunstâncias segundo os quais as memórias sociais, como representações do passado, foram “construídas, reconstruídas ou atualizadas por conjuntos sociais” (Sá, 2007, p. 294). Assim, infere-se que as memórias sociais desse espaço, representam o passado pelas categorias de *pertencimento*, *contrastes* - elencados pelos critérios positivos ou negativos, relativos às "experiências urbanas" e ao "território político e administrativo" (De Alba, 2006; L. B. Pereira, 2011) -, *diversidade e funcionalidade*.

Essas representações, como disse Lavabre (1994), não são, de modo algum, uma restituição do passado, mas sim a possibilidade de entender o “presente do passado” (pp. 40-41). Por outro lado, é também importante compreender que a memória social não seria apenas uma reconstrução do passado pelas condições do presente (Jaisson, 1999), mas "uma reconstituição do presente feito sob a influência do passado" (Jaisson, 1999, p. 167). Nesse viés da dialética entre passado e presente, a memória, como forma de expressão do pensamento social (Bonardi, 2003), parece ser capaz de intervir na forma como as três gerações desenvolvem suas concepções sobre o bairro de Jardim da Penha (Hass & Jodelet, 1999).

Dito isso, um questionamento pode ser pertinente: como as memórias sobre o passado de Jardim da Penha são transmitidas de uma geração à outra? O modo

como são lembrados e compreendidos os aspectos que envolvem o bairro sugere como a transmissão geracional vem ocorrendo com o passar dos anos. Observou-se que as gerações de 40 a 55 anos e 65 a 80 anos alimentam a memória dos mais jovens, que não vivenciaram o processo de urbanização do bairro. Do mesmo modo, é possível observar que a geração mais velha se apresentou suscetível à influência da mais nova (Mannheim, 1952/1982).

Os resultados da pesquisa apontaram que com as mudanças no processo social do bairro, como o aumento populacional, a *diversidade* é vista como novidade, “novos impulsos” (Mannheim, 1952/1982, p. 85), permitindo refletir de volta sobre os representantes da tradição, os idosos, uma contínua ressignificação do inventário histórico e cultural. Como já dito na fundamentação teórica, ressalta-se que essa é uma questão central na teoria mannheimiana sobre as gerações: a concepção do problema das gerações como um processo dinâmico. Trata-se de pensar as gerações enquanto fenômeno social que está em constante interação e necessidade de transmissão do inventário histórico e cultural acumulados.

Foram identificadas diferenças de intensidade, maior ou menor grau, no modo como cada categoria se sobressaiu nas três gerações. No grupo de 15 a 30 anos sobressaiu a categoria *funcionalidade*; no de 40 a 55, a categoria *contrastes*, e no grupo de 65 a 80, a categoria *pertencimento*. Também foram evidenciados aspectos comuns aos jovens, adultos e idosos: características de *diversidades* de um bairro que é considerado familiar, a problemática da insegurança pública e os sentimentos e as percepções dos locais importantes e dos locais de pontos de encontro no bairro. Tanto as diferenças de frequência de respostas nas categorias como o que se apresentou em comum nos três grupos entrevistados indicam um

vínculo concreto entre as gerações.

A “conexão geracional” (Weller, 2010, p. 214) dos participantes deste estudo é observada pelo fato de as gerações estarem orientadas umas em relação às outras delineando, ordenando e estratificando as experiências com o bairro. Trata-se de um nexo relacional na realização das “potencialidades inerentes a uma situação” (Mannheim, 1952/1982, p. 92) de transformação social, ainda que os grupos geracionais não estejam unificados por uma mesma perspectiva sobre as relações com bairro.

Foi possível, portanto, investigar que a construção social das memórias do bairro de Jardim da Penha por pessoas que não viveram no período das décadas de 1970 e 1980, mas que tiveram informações dessa época através de outros, deu-se na “participação do destino comum” (Mannheim, 1952/1982, p. 86) dos processos históricos e sociais de mudanças que ocorreram ao longo dos anos no bairro de Jardim da Penha.

Essa transmissão geracional não aconteceu de maneira direta ou de repetições infundáveis, mas de um processo que é fluido e multideterminado, por interações sociais, tecnológicas, de expansão imobiliária e dos cenários político, social e econômico nos quais os sujeitos encontram-se inseridos. O caráter não linear da memória social do bairro de Jardim da Penha pelas três gerações pôde ser observado, sobretudo, quando os moradores se referem ao sentimento de pertencimento (Mourão & Bomfim, 2011). Adultos e idosos sinalizam maior sentimento de pertencimento, especialmente, em sua construção simbólica. Já os mais jovens demonstram menor sentimento de pertencimento, se comparados aos adultos e idosos.

A análise dos dados aponta a existência de um campo afetivo compartilhado pelos membros dos grupos geracionais vinculado às representações socioespaciais de Jardim da Penha. O "conhecer através do sentir", locução do filósofo Stanley Cavell utilizada por Moscovici (2008), favorece uma pertinente reflexão diante dos dados desta pesquisa: o uso da comunicação das experiências afetivas possibilita ao sujeito conhecer o mundo.

Vale também mencionar nessa reflexão, o estudo realizado por Macedo, Oliveira, Günther, Alves, e Nóbrega (2008), referente ao afeto pelos lugares, o qual considera que a mediação afetiva para o estabelecimento dos vínculos com o território, sugere que "a história de vida do indivíduo, as suas interações com o ambiente, a qualidade dessas interações e o afeto a elas relacionado influenciam na configuração de um ambiente como preferido ou evitado" (p. 448). Portanto a análise do *corpus* textual coletado nas entrevistas sugere que a elaboração de uma realidade compartilhada pelos moradores apresenta uma dimensão afetiva positiva em relação ao bairro que orienta a interação entre os moradores (o grupo) e o bairro (território).

A partir desta pesquisa, foi possível também identificar que existem alguns dispositivos, como a família – entendida de forma ampla – e locais importantes para o bairro, porque auxiliam na orientação, nas reconstruções do passado e, principalmente, na construção de uma identidade (Sá et al., 2013). Tais construções definem o que é ser morador de Jardim da Penha, baseado nos modos de habitar o bairro e de se relacionar, bem como na participação das atividades coletivas e políticas.

Jardim da Penha objetivado como "um dos melhores lugares para se viver, cidade amiga, simpático, alegre" (M30I.79a.f) converge em um sistema de referências de práticas sociais construídas nesse espaço urbano. A atribuição de significados positivos ou a valorização do grupo de pertencimento é uma estratégia basilar à construção da identidade social (Hogg & Abrams, 1999). Os elementos que compõem a elaboração dessa identidade social urbana do bairro de Jardim da Penha são "frutos do investimento de diversos veículos de comunicação na transmissão e no fortalecimento de significados socialmente compartilhados, a fim de torná-la objetivada nas práticas sociais cotidianas" (Souza et al. 2012, p. 468).

Com essa abordagem analítica, torna-se possível refletir que os moradores, guiados por essa dimensão afetiva positiva do bairro, compartilham e constroem simbolismos associados ao sentimento de pertença de "moradores de Jardim da Penha". Esse seria um possível "caminho analítico para discutir a relação entre o campo representacional, vinculado ao território, e o processo de identificação em jogo na dinâmica social local" (Souza et al. 2012, p. 469). Desse modo, foi possível identificar como os moradores de Jardim da Penha representam seu território, a fim de refletir sobre os processos de identificação social urbana.

Quanto à análise das falas que remetem à categoria *contrastes*, de acordo com Moscovici (2000/2013), para realizar categorizações estabelecemos relações positivas e/ou negativas com paradigmas. Logo, é possível observar que os moradores de Jardim da Penha entrevistados notam que as relações estão menos consistentes, existe mais insegurança, mas que o bairro supre essas faltas com sua *funcionalidade*. Contudo, no sentido dessas contraposições, a maior parte da geração de idosos compreende que essas facilidades podem influenciar para que

as novas gerações tenham um comportamento mais acomodado se comparado à ativa participação de sua geração, principalmente na vida pública.

No tocante, portanto, à participação coletiva e política, percebeu-se que com a emergência contínua de novos grupos etários (Mannheim, 1952/1982), está ocorrendo uma transformação da herança cultural acumulada no percurso histórico, no qual as novas gerações aparecem nas falas como pouco ou nada engajadas nesses aspectos, o que pode provocar sentimentos de nostalgia àqueles que participaram do processo de implementação do bairro. Essa queixa dos idosos e adultos com relação à pouca participação da geração mais jovem nas questões das políticas públicas do bairro e de militâncias por melhorias aponta a desmobilização da participação coletiva. Essa, por sua vez, deve ser contextualizada nas emblemáticas do fato de que “desde o começo dos anos 1990, o envolvimento da população na busca pela solução dos problemas no bairro de [Jardim da Penha] tem sido muito baixo, se comparado à década anterior” (Angelo, 2005, p. 12).

É importante salientar que não é a juventude, seja de Jardim da Penha ou de outro lugar, a responsável por essa desmobilização da participação coletiva nos anseios por melhorias em um bairro, uma cidade. O que essa problematização sugere é a necessidade da construção de “políticas de memória” (Chagas, 2009, p. 159) do bairro para que este não perca sua “memória política” (Chagas, 2009, p.138).

As possibilidades de análises e de reflexões que abrangem a complexidade da memória social e suas possíveis articulações com as representações socioespaciais do bairro de Jardim da Penha e da identidade social urbana de seus habitantes não se esgotam aqui. Destaca-se a relevância de se aprofundar este

campo de estudo, contribuindo para a compreensão do arranjo ético-político-ideológico de ação e transformação nas/das cidades.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias das pesquisas históricas (documentais e orais) e da pesquisa geracional sugerem uma confluência na elaboração das reminiscências do bairro. Ou seja, mediante os resultados obtidos, tanto uma pesquisa quanto a outra, articulam-se de modo convergente nas análises.

As memórias históricas compreendidas como “memórias da história” (Sá, 2005, p. 79) apontaram os impactos do processo de urbanização de Vitória na formação do bairro. Contudo Jardim da Penha conseguiu amenizar os efeitos desta urbanização devido à organização coletiva de seus moradores. Mesmo a cidade sendo o cenário, “por excelência, da modernidade, em virtude dos processos que se desenvolvem em seu seio” (Jodelet, 2002, p. 32), os “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 9) do bairro - por uma dupla ancoragem na memória histórica e geracional - viabilizaram relações e práticas sociais basilares à construção da identidade do que é ser morador de Jardim da Penha.

Sendo assim, a relação entre memória e bairro “passa sempre pela identidade, quer na identificação com o lugar – [...] noção de identidade de lugar, proposta por Proshansky -, quer nas afirmações identitárias que são estabelecidas como respostas às imposições dos espaços coletivos pelos planos de urbanização” (Jodelet, 2002, p. 38). Portanto os moradores de Jardim da Penha e as instituições investigadas – a Comunidade Religiosa, a AMJAP e o Clube 106 – empenharam-se na promoção de um processo histórico menos alienante (Jodelet, 2002).

Desse modo, os “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 9), discutidos no estudo das memórias históricas, organizaram o espaço urbano do bairro promovendo sentidos de comunidade, solidariedade e família. O estudo da

memória geracional, por sua vez, mostrou que tais modos de apropriação do espaço foram fundamentais para a formação das memórias, das representações socioespaciais e dos processos identitários de pertencimento.

Nas décadas de 1970 e 1980, os moradores de Jardim da Penha não só interagiram no bairro, mas formaram com ele uma totalidade, na qual o território evidencia uma dimensão simbólica que não se restringe à perspectiva do indivíduo com o ambiente como um cenário. Tanto no estudo das memórias históricas quanto no estudo da memória geracional, os habitantes de Jardim da Penha apresentaram, perceptivelmente, sua ligação afetiva com o bairro, formando com o lugar um sentimento de pertencimento. Esse sentimento é evidenciado pela forma emocionada que os moradores contaram suas histórias e falaram do bairro.

Esse campo afetivo compartilhado relaciona-se ao sentido de comunidade em Jardim da Penha, o qual foi evidenciado nas memórias sociais das décadas de 1970 e 1980. O resultado das duas pesquisas aponta uma organização coletiva dos moradores que através dos “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 9) mobilizavam os habitantes de modo reivindicatório por melhorias no bairro. Esta “comunidade” – expressão utilizada por um dos informantes-chave do estudo histórico, entendida como uma forma de sociabilidade, vem sofrendo interferências pelo desenvolvimento moderno do bairro.

Vale lembrar que nesse processo de modernização das cidades, a pesquisa da memória geracional apresentou como um de seus resultados a queixa, principalmente, de idosos e adultos, referente aos efeitos do crescimento da população, do uso da tecnologia nos meios de comunicação e do consumo. Esses efeitos, então, acionam e intensificam modos de vida mais individualistas. Os dois

estudos mostraram que há um saudosismo, uma nostalgia em relação às memórias de um tempo em que a comunidade de Jardim da Penha era mais unida, em que os laços sociais eram intensificados por práticas comunitárias e de solidariedade entre os moradores. “Assim, a cidade – que favorece o individualismo e a abstração coletiva – dificulta a criação de laços sociais e o estabelecimento de relações simbólicas com os outros, ao menos em sua forma atual” (Jodelet, 2002, p. 33). Nesse cenário de transformações sociais, os indivíduos ou grupos ajustam, dinamicamente, a atualização de suas lembranças e as representações do passado e do espaço às suas realidades (Santos, Novelino, & Nascimento, 2003), construindo e reconstruindo suas relações e práticas sociais.

Nesse viés, é importante atentar para o fato de que “existe um jogo de memória no urbano. É exatamente a identidade dos habitantes que entra em jogo, que ali está embutida” (Jodelet, 2002, p. 41). Assim como o “problema sociológico das gerações” (Mannheim, 1952/1982, p. 72) apresenta um dinamismo na transmissão do inventário social, histórico e cultural, em que as gerações estão em interação constante – a passagem desse inventário não se faz apenas dos mais velhos para os mais jovens, mas também no reverso disso, dos mais jovens para os mais velhos –, a “função identitária da memória” (Jodelet, 2002, p. 42), na perspectiva psicossocial, também “se move ao compasso da conjuntura histórica” (Arruda, 1998, p. 41). Acrescenta-se a isso que no imbricado jogo do contexto de produção das representações e das práticas sociais (Jodelet, 1998a), “as mudanças de representações hegemônicas correspondem a novas necessidades coletivas, oriundas da renovação de projetos políticos, econômicos, sociais, de situações culturais [...]” (Arruda, 1998, p. 41).

Um outro ponto relevante que os resultados dos dois estudos apresentaram refere-se ao fato de que a comunidade de Jardim da Penha construiu sua história com grupos e lideranças ativas envolvidas com as políticas de interesse do bairro, da cidade e do país. E nas décadas de 1970 e 1980, as demandas de melhorias que Jardim da Penha apresentava eram propícias às intenções de politizar os moradores. O estudo das memórias históricas realçou mais esse aspecto político que fundamentou as relações sociais dos moradores na época. A pesquisa da memória geracional, por sua vez, mostrou que os adultos e os idosos problematizaram a diminuição da participação coletiva e política dos jovens habitantes do bairro. A geração de 65 a 80 anos identifica uma história do bairro marcada por influências políticas de esquerda, convergindo com o estudo das memórias históricas que elucidou bem tais tendências políticas dos grupos sociais e dos “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 9) no passado do bairro. A respeito dessa “memória política” (Chagas, 2009, p. 138) de Jardim da Penha, uma questão de Jodelet (1998b) pode ser pertinente: “[...] em que o dever de memória se torna uma exigência para [...] despertar a consciência política?” (p. 352).

No viés dessa problematização, pode ser importante apontar não só o que foi lembrado, mas também elementos da história do bairro que sugerem a necessidade de uma “política de memória” (Chagas, 2009, p. 159). No estudo das memórias históricas, o Clube 106 – instituição mais antiga e que foi fundamental na construção dos laços sociais dos primeiros moradores de Jardim da Penha – é lembrado pelos informantes-chave com sentimentos de saudade e com a preocupação de a história do Clube 106 estar sendo esquecida. Vale destacar que, no estudo da memória geracional, o Clube 106 é mencionado apenas pela geração

dos idosos. Isso pode indicar a importância de ações no âmbito de intervenções para elaboração de uma “política de memória” (Chagas, 2009, p. 159), não somente no que diz respeito ao Clube 106, mas também sobre as memórias sociais do bairro de Jardim da Penha.

Muitos pontos sobre a memória social de Jardim da Penha foram discutidos e poderiam ainda ser pensados. Este trabalho, de modo algum, esgota as discussões sobre as memórias do bairro. Do mesmo modo, que este estudo também não abrange todas as possíveis reflexões do tema da memória social e suas articulações com as representações sociais e os processos identitários.

Esse entrelaçamento e suas mediações pelos modos de sociabilidade é um tema instigante que diversos autores apontam seus desafios para as pesquisas psicossociais. Nesse embalo reflexivo de possibilidades para novos trabalhos, pode ser relevante investigar como a memória social dos espaços urbanos constrói as relações intergrupais e geracionais. Na dialética da memória e do esquecimento, pode ser também interessante pensar a preocupação, presente em alguns estudos sobre memória social, coletiva e de massa, em analisar políticas de esquecimento e estratégias de poder. No fluxo desses pensamentos, há muitas possibilidades de investigação nesses temas, muitos caminhos a percorrer nos infindáveis questionamentos que move o ato de pesquisar.

Se são as perguntas que movem um pesquisador, então, a conclusão desse estudo desenvolveu-se para levantar questões. Por isso, à guisa de conclusão foi eleito um dos elementos que se sobressaiu nos dois estudos: o sentido de comunidade como uma das memórias sociais de Jardim da Penha.

O aspecto comunitário pode ser inferido como um “lugar de memória” (Nora,

1993, p. 9) simbólico de Jardim da Penha que coexiste nas dimensões materiais das instituições investigadas e nas suas funcionalidades produtoras de modos de sociabilidade. A transmissão geracional do inventário social, histórico e cultural (Mannheim, 1952/1982) permite identificar que, de modo atualizado e no dinamismo do passado pelo presente e do presente pelo passado, essa sociabilidade comunitária do bairro parece sofrer gradações de esquecimento devido aos modos de vida mais individualistas da contemporaneidade. Essa problemática pode ser refletida à luz do que Jodelet (1998b) denomina de “dever da memória” (p. 357). Mas em que consistiria o dever de memória em Jardim da Penha?

Muitas investigações científicas em torno do tema da comunidade são desenvolvidas por diversas áreas como a sociologia, a psicologia, a filosofia, a história, dentre outras, mas o conhecimento do senso comum da comunidade de Jardim da Penha, das décadas de 1970 e 1980, mostrou como um grupo pôde superar as dificuldades encontradas pela modernização do Estado e urbanização das cidades. Essa superação não tem aqui a intenção de romanciar a história de Jardim da Penha, muitos entraves nas relações intergrupais e geracionais se colocaram e, ainda hoje, se colocam. A intenção é a de realçar que, no conhecimento do senso comum, os primeiros moradores do bairro criaram laços sociais que potencializaram os sentidos de comunidade.

Se em tempos em que o individualismo é crescente, devido, dentre outros fatores, à modernização das cidades e de suas ambiências, o dever das memórias sociais seria de produzir estratégias de intervenções que possam reverberar nos princípios de “uma consciência ética e do sentido da democracia” (Jodelet, 1998b,

p. 359). Nos vieses do constructo desses pensamentos, uma questão parece ecoar: quais as dimensões ético-políticas das memórias coletivas e sociais?

Pode-se inferir que o “dever de memória” (Jodelet, 1998b, p. 357) da história de Jardim da Penha, bem como as possibilidades de se construir “políticas de memória” (Chagas, 2009, p. 159) do bairro, ensejam a criação de estratégias que possam viabilizar intervenções nos problemas que se coloquem no contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- Alberti, V. (2004). *Manual de história oral* (2a ed. rev. e atual). Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Almeida, A. M. O. (2005). A pesquisa em representações sociais: Proposições teórico-metodológicas. In M. F. Santos & L. M. Almeida (Orgs.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais* (pp. 117-160). Alagoas: UFAL/UFPE.
- Angelo, V. A. (2005). *Em torno das lutas: Mobilização e politização no movimento reivindicatório urbano do bairro de Jardim da Penha – Vitória/ES* [Monografia]. Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.
- Ariès, F. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora.
- Arruda, A. (1998). O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro. In A. Arruda (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Arruda, A. (2009a). Meandros da teoria: A dimensão afetiva das representações sociais. In A. M. O. Almeida & D. Jodelet (Orgs.), *Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas. Representações sociais* (pp. 83-102). Brasília, DF: Thesaurus.
- Arruda, A. (2009b). Teoria das representações sociais e ciências sociais: Trânsito e atravessamentos. *Sociedade e Estado*, 24(3), 739-766. doi: 10.1590/S0102-69922009000300006
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70, Livraria Martins Fontes. (Obra original publicada em 1977).

- Barros, J. D'A. (2009). História e memória – Uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Revista Mouseion*, 3(5), 35-67. Recuperado de https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memo ria.pdf
- Bartlett, F. C. (1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press. (Obra original publicada em 1932).
- Bastos, L. C. & Biar, L. de A. (2015). Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. In *DELTA*, 31, 97-126. doi: 10.1590/0102-445083363903760077
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: Uma revisão. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp. 189-217). Petrópolis: Vozes.
- Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Orgs.). (2014). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (12a ed). (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes (Obra original publicada em 2000).
- Beauvoir, S. (1990). *A velhice* (Martins, M. H. S., Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Bloch, M. L. B. (2001). *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bomfim, Z. A. C. (2003). *Cidade e afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. (Tese de Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.

- Bomfim, Z. A. C. (2005). La ciudad y la escuela: Una propuesta de intervención urbana por los mapas afectivos. *Anais do IX Congresso de Psicologia Social: construindo a Europa dos povos e das culturas*. Coruña.
- Bomfim, Z. A. C. (2008). Afetividade e ambiente urbano: Uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. In J. de Q. Pinheiro & H. Günther (Orgs.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 253-280). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bomfim, Z. A. C. (2009). Cidade e afetividade como categorias de mediação na psicologia social e na psicologia ambiental. In J. Bernardes & B. Medrado (Orgs.), *Psicologia Social e Políticas de Existência: fronteiras e conflitos* (pp. 163-174). Maceió: Abrapso.
- Bonardi, C. (2003). Représentations sociales et mémoire: De la dynamique aux structures premières. *Connexions*, 80, 43-57. doi: 10.3917/cnx.080.0043
- Bonomo, M. (2010). Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: Campo de antinomias. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo). Recuperado de http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_2477_.pdf
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: Lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social* (3a ed.). São Paulo: Ateliê Editorial.
- Bustillo, J. C. (1998). Introducción. In J. C. Bustillo (Ed.), *Memória e História* (ISBN: 84-7248-622-2, pp. 11-16). Madrid: Marcial Pons/Asociación de

Historia Contemporânea. Recuperado de

https://www.ahistcon.org/PDF/numeros/ayer32_MemoriaeHistoria_Cuesta.pdf

- Cabecinhas, R. (2006). Identidade e Memória Social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.). *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. (pp. 183-214). Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras. Recuperado de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6166/1/CabecinhasR_identsocial_06.pdf
- Calvino, I. (2002). *As cidades invisíveis* [Le città invisibili]. (D. Mainardi, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1990).
- Campos Júnior, C. T. (1996). *O Novo Arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
- Cano, W. (1983). *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (2a ed.) São Paulo: T. A. Queiroz.
- Carnielli, A. (2006) História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo, 1535-2000 (2a. ed.). Vila Velha: Comunicação Impressa.
- Carvalho, D. B. (2010). *A cidade e a alma reinventadas: A história da psicologia como signo e vetor da modernização urbana*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cavalcante, S. & Elali, G. A. (2011). *Temas básicos em Psicologia Ambiental* (ISBN 978-85-326-4138-0). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Chagas, M. (2009). A memória política e a política da memória. In R. Abreu & M. Chagas (Orgs.), *Memória e Patrimônio*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2010). *Psicologia e mobilidade: O espaço público como direito de todos*. Brasília: CFP. Recuperado de <http://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-e-mobilidade-o-espaco-publico-como-direito-de-todos/>
- Cruz, S. T. M. da, Rosa, E. M., & Coutinho, S. M. dos S. (2016). Representações sociais de universitários sobre jovens e juventude. *Psicologia e Saber Social*, 5(2), 169-186. doi: 10.12957/psi.saber.soc.2016.21739
- Curry, A. (2001). *Jardim da Penha* (Coleção Elmo Elton, 7). Vitória: Secretaria Municipal de Cultura.
- De Alba, M. (2004). Mapas mentales de la ciudad de México: una aproximación psicosocial al estudio de las representaciones espaciales. *Estudios Demográficos y Urbanos*, 55, 115-143. doi: 10.24201/edu.v19i1.1197
- De Alba, M. (2006). Experiencia urbana e imágenes colectivas de la Ciudad de México. *Estudios Demográficos y Urbanos*, 21(3), 663-700. doi: 10.24201/edu.v21i3.1244.
- De Alba, M. (2011). Social Representations of Urban Spaces: A Comment on Mental Maps of Paris. *Papers on Social Representations*, 20, 29.1-29.14. Recuperado de <http://www.psych.lse.ac.uk/psr/>
- De Rosa, A. S. (2005). O impacto das imagens e a partilha social de emoções na construção da memória social: Uma chocante memória flash de massa do 11 de setembro até a guerra do Iraque (V. Rosito, Trad.). In C. P. de Sá

- (Org.). *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 121-164). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Dixon, J. & Durrheim, K. (2000). Displacing place-identity: A discursive approach to locating self and other. *British Journal of Social Psychology*, 39(1), 27-44. doi: 10.1348/014466600164318
- Domingues, J. M. (2002). Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. *Tempo Social*, 14(1), 67-89. doi: 10.1590/S0103-20702002000100004
- Durkheim, E. (1970). *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense.
- Félix, L. B. & Santos, M. de F. de S. (2011). A velhice na mídia escrita: Um estudo em representações sociais. *RBCEH*, 8(3), 363-374. doi: 10.5335/rbceh.2012.1541
- Ferreira, K. P. M. (2006). *Ficar ou partir? Afetividade e migração de jovens do sertão semi-árido cearense*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Ceará). Recuperado de http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2226/1/2006_dis_KPMFerreira.PDF
- Ferreira, K. P. M. & Bomfim, Z. A. C. (2009). Quedar o partir? Afectividad y migración de jovenes del sertão semi-árido (Ceará-Brasil). *Medio ambiente y comportamiento*, 10(1y2), 161-177.
- Forquin, J-C. (2003, Outubro). *Relações entre gerações e processos educativos: Transmissões e transformações*. Comunicação apresentada no Congresso Internacional Co-Educação de Gerações, SESC São Paulo, Brasil . Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/103191783/FORQUIN-Relacoes-entre-geracoes-e-processos-educativos-transmissoes-e-transformacoes>

- Gaskell, G. (2014). Entrevistas individuais e grupais. In. M. B. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (12a. ed.). (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, pp. 64-89.
- Gomes, A. C. (2015, Agosto 13). *História, memória e temporalidade* [Vídeo file]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=oRmBI9g6Z_Y
- Halbwachs, M. (2012). *A memória coletiva* [La mémoire collective] (2a ed.). (B. Sidou, Trad.). São Paulo, SP: Centauro. (Obra original publicada em 1950).
- Hall, S. (2006). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais* (1a ed. rev.). Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO Brasil.
- Hass, V. & Jodelet, D. (1999). Pensée et mémoire sociale. In J. P. Pétard (Org.), *Psychologie sociale* (pp. 124-140). Paris: Bréal.
- Hogg, M. A. & Abrams, D. (1999). *Social identifications. A social psychology of intergroup relations and group processes*. New York: Routledge.
- IBM Corporation. (2016). SPSS® Statistics (Versão 22) [Software]. Estados Unidos.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2011). *Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios - Resultados dos universos*. Rio de Janeiro. Recuperado de http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf
- Jaisson, M. (1999). Temps et Espace chez Maurice Halbwachs (1925-1945). *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 1, 163-178. doi: 10.3917/rhsh.001.0163

- Jedlowski, P. (1997). Collective memories. In *Small-Group Meeting on Collective Memory*. Bari: Proceedings.
- Jedlowski, P. (2000). La sociología y la memoria colectiva. In A. Rosa, G. Bellelli, & D. Bakhurst (Orgs.), *Memoria colectiva e identidad nacional* (pp. 123-134). Madrid: Biblioteca Nueva.
- Jedlowski, P. (2001). Memory and sociology: Themes and issues. *Time & Society*, 10(1), 29-44. doi: 10.1177/0961463X01010001002
- Jedlowski, P. (2005). Memória e a mídia: Uma perspectiva sociológica (V. Rosito, Trad.). In C. P. de Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 87-98). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Jesuíno, J. C. (2005). Foz-Côa: Construção social de um lugar de memória. In C. P. de Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (V. J. S. Clos, Trad., pp. 165-182). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Jodelet, D. (1982). Les représentations socio-spatiales de la ville. In P.-H. Derycke (Ed.), *Conceptions de l'espace* (pp.145-177). (Coleção Recherches pluridisciplinaires de l'Université Paris X). Nanterre.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1991). Représentations sociales. *Grand dictionnaire de la psychologie* (p. 668). Paris: Larousse.
- Jodelet, D. (1992). Mémoire de masse: le côté moral et affectif de l'histoire. *Bulletin de Psychologie*, 45(405), 239-256.
- Jodelet, D. (1998a). A alteridade como produto e processo psicossocial. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jodelet, D. (1998b). El lado moral y afectivo de la historia. Un ejemplo de la memoria

- de massas: El caso de K. Barbie, <el carnicero de Lyon>. In D. Páez, J. F. Valencia, J. W. Pennebaker, B. Rimé., D. Jodelet (Eds). Bilbao: Servicio Editorial. Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea. Serie de Educación y Psicología. pp. 341-360.
- Jodelet, D. (1999). Représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 47-77). Paris: PUF.
- Jodelet, D. (2002). A cidade e a memória. In: V., Del Rio, C. R. Duarte, P. A. Rheingantz. (Orgs.), *Projeto do Lugar. Colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo: Vol.1* (1a ed., pp. 31-43). Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.
- Jodelet, D. & Milgram, S. (1977). *Cartes mentales et images sociales de Paris*. Mimeo, Laboratoire de Psychologie Sociale, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.
- Korpela, K. M. (1989). Place-identity as a product of environmental self regulation. *Journal of Environmental Psychology*, 9(3), 241-256. doi: 10.1016/S0272-4944(89)80038-6
- Lavabre, M. C. (1994). Etre histoire et mémoire: à la recherche d'une méthode. In J. C. Martin (Ed.), *La Guerre Civile entre histoire e memoire* (pp. 39-47). Nantes, France: Ouest Éditions.
- Le Goff, J. (1990). *História e Memória*. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas.
- Le Goff, J. & Nora, P. (1976). *História: Novos problemas* (vol. 3). (T. Santiago, Trad.). Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Original publicado em 1974).

- Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. (2001). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm
- Leite, I. (1999). *Emoções, sentimentos e afetos (Uma reflexão sócio-histórica)*. Araraquara: JM Editora.
- Lima, D. M. (1991). *Os demônios descem do norte* (5a ed). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lima, L. C. (2007). Articulação dos conceitos de «Thêmata» e de «Fundos tópicos», por uma abordagem pragmática da linguagem em psicologia social. In *V Jornada Internacional de Representações Sociais e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais*. UnB, Brasília.
- Macedo, D., Oliveira, C. V., Günther, I. A., Alves, S. M., & Nóbrega, T. S. (2008). O lugar do afeto, o afeto pelo lugar: O que dizem os idosos? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), 441-449. doi: 10.1590/S0102-37722008000400007
- Mannheim, K. (1973). *Diagnóstico de nosso tempo* (O. A. Velho, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Mannheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações (E. Willems, S. Uliana, & C. Marcondes, Trad.). In M. M. Foracchi & F. Fernandes (Eds.), *Karl Mannheim: Sociologia* (pp. 67-95). São Paulo, SP: Ática. (Original publicado em 1952).
- Menandro, M. C. S., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. de O. (2003). Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos

- jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 55(1), 42-55. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v55n1/v55n1a06.pdf>
- Menandro, P. R. M. & Nascimento, A. R. A. do (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: Uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72-88. Recuperado de <http://www.revispsi.uerj.br/v6n2/artigos/pdf/v6n2a07.pdf>
- Menandro, P. R. M. & Nascimento, A. R. A. do (2007). Análise de Conteúdo de material documental pré-existente à investigação: O caso da música popular. In M. M. P Rodrigues & P. R. M. Menandro (Orgs.), *Lógicas metodológicas: Trajetos de pesquisa em Psicologia* (pp. 207-224). Vitória: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES/GM Gráfica Editora.
- Menandro, P. R. M. & Souza, L. (2007). Pesquisa documental em psicologia: A máquina do tempo. In M. M. P. Rodrigues & P. R. M. Menandro (Orgs.), *Lógicas metodológicas: Trajetos de pesquisa em Psicologia*. Vitória: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES/GM Gráfica Editora.
- Milgram, S. (1984). Cities as social representations. In R. M. Farr & S. Moscovici (Orgs.), *Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Milgram, S. (2004). *A experiência de viver na cidade: Adaptações à sobrecarga urbana criam qualidades características à vida nas cidades que podem ser mensuradas* (A. de A. Lara, Trad.). (Série Textos de Psicologia Ambiental, n. 07). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. (Obra original publicada em 1970).

- Minayo, M. C. S. (1993). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO.
- Monteiro, C. M. G. (1995). Representações sociais da cidade: Do imaginário ao real. In *Encontro Nacional da ANPUR - Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro*, 6, Anais (pp. 908-916). Brasília: ANPUR.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise* (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Moscovici, S. (2008). Prefazione. In B. Rimé, *La dimensione sociale delle emozioni* (pp. 13-17). Bologna: Il Mulino.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público* (S. Fuhrmann, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1961).
- Moscovici, S. (2013). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (10a ed.). (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 2000).
- Mourão, A. R. T. & Bomfim, Z. A. C. (2011). Identidade social urbana. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em Psicologia ambiental*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Mourão, A. R. T. & Cavalcante, S. (2011). Identidade de lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em Psicologia ambiental*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Namer, G. (2000). *Halbwachs et la mémoire sociale*. Paris: L'Harmattan.
- Namer, G. (2009). La memoria, el tiempo y la historia en Karl Mannheim y en Maurice Halbwachs. *Studia Historica. Historia Contemporánea*, 25, 23-36.

Recuperado de <http://revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/view/1051>

Nascimento, A. R. A. & Menandro, P. R. M. (2005a). Memória social e saudade: especificidades e possibilidades de articulação na análise psicossocial de recordações. *Memorandum*, 8, 5-19. Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/artigo01.pdf>

Nascimento, A. R. A. & Menandro, P. R. M. (2005b). Reinações de menino: a memória saudosa da infância na música popular brasileira. *Memorandum*, 9, 9-27. Recuperado de <https://seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/10048/7768>

Neves, M. S. (2014). Pierre Nora (1931-). In M. Parada (Org.), *Os historiadores: clássicos da história: de Ricoeur a Chartier: Vol. 3*. Petrópolis: Vozes.

Nora, P. (1993). Entre memória e história: A problemática dos lugares. (Y. A. Khoury, Trad.), *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10, 7-28. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>

Oliveira, D. C. de. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: Uma proposta de sistematização. *Revista Enfermagem*, 16(4), pp. 569-76. Recuperado de <http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf>

Oliveira, D. C. de, Wolter, R. M. C. P., Gomes, A. M. T., & Dias, P. D. (2013). A construção metodológica na pesquisa da memória dos anos dourados. In C. P. de Sá, P. R. M. Menandro, & L. A. M. Naiff (Orgs.). *Psicologia social e o estudo da memória histórica: O caso dos anos dourados no Brasil*. Curitiba: Appris.

- Organização das Nações Unidas, Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos [ONU-Habitat]. (2012). *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana*. Recuperado de <http://mirror.unhabitat.org/pmss/getElectronicVersion.aspx?nr=3380&alt=1>
- Pecora, A. R. (2007). *Memórias e representações sociais de Cuiabá e da sua juventude, por três gerações, na segunda metade do século XX*. (Tese de Doutorado não publicada). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Pecora, A. R. & Sá, C. P. de (2008). Memórias e Representações Sociais da Cidade de Cuiabá, ao Longo de Três Gerações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 319-325. doi: 10.1590/S0102-79722008000200018
- Pereira, A. R. V. V. (2011). Mais do mesmo: O reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. *SINAIS - Revista de Ciências Sociais*, 1(9), 203-233. doi: 10.25067/s.v1i09.2785
- Pereira, L. B. (2011). *Representações Sociais de Brasília* [Monografia]. Universidade de Brasília, DF, Brasil. Recuperado de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2269/1/2011_LucasBrasilPereira.pdf
- Polit, D. F. & Hungler, B. P. (1995). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem* (3a ed.). Porto Alegre, RS: Editora Artes Médicas.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 3(2), 3-15. Recuperado de http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

- Pope, C., Ziebland, S., & Mays, N. (2005). Analisando dados qualitativos. In C. Pope & N. Mays (Orgs.). *Pesquisa qualitativa na atenção à saúde* (2 ed., pp. 87-99). Porto Alegre: Artmed.
- Prefeitura Municipal de Vitória. (n.d.). *Cidade nasceu apenas 34 anos depois da descoberta do Brasil*. Recuperado de <http://www.vitoria.es.gov.br/turismo.php?pagina=historiadevitoria>
- Prefeitura Municipal de Vitória [PMV]. (2011). População Residente em Vitória (ES) por Gênero e Bairros. Recuperado de http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/Censo_2010/Tab1_sinopse_pop.asp
- Prefeitura Municipal de Vitória [PMV]. (2013). *Vitória Bairro a Bairro*. Recuperado de http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/publicacoes/Vitoria_bairro_bairro/Vitoria_bairro_%20a_bairro.pdf
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3(1), 57-83. doi: 10.1016/S0272-4944(83)80021-8
- Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012 (2012). Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Ricoeur, P. (1996). *Entre mémoire et histoire*. Projet. Paris: n° 248.
- Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Le Seuil.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento* (A. François et al., Trad.). Campinas: Editora da Unicamp.

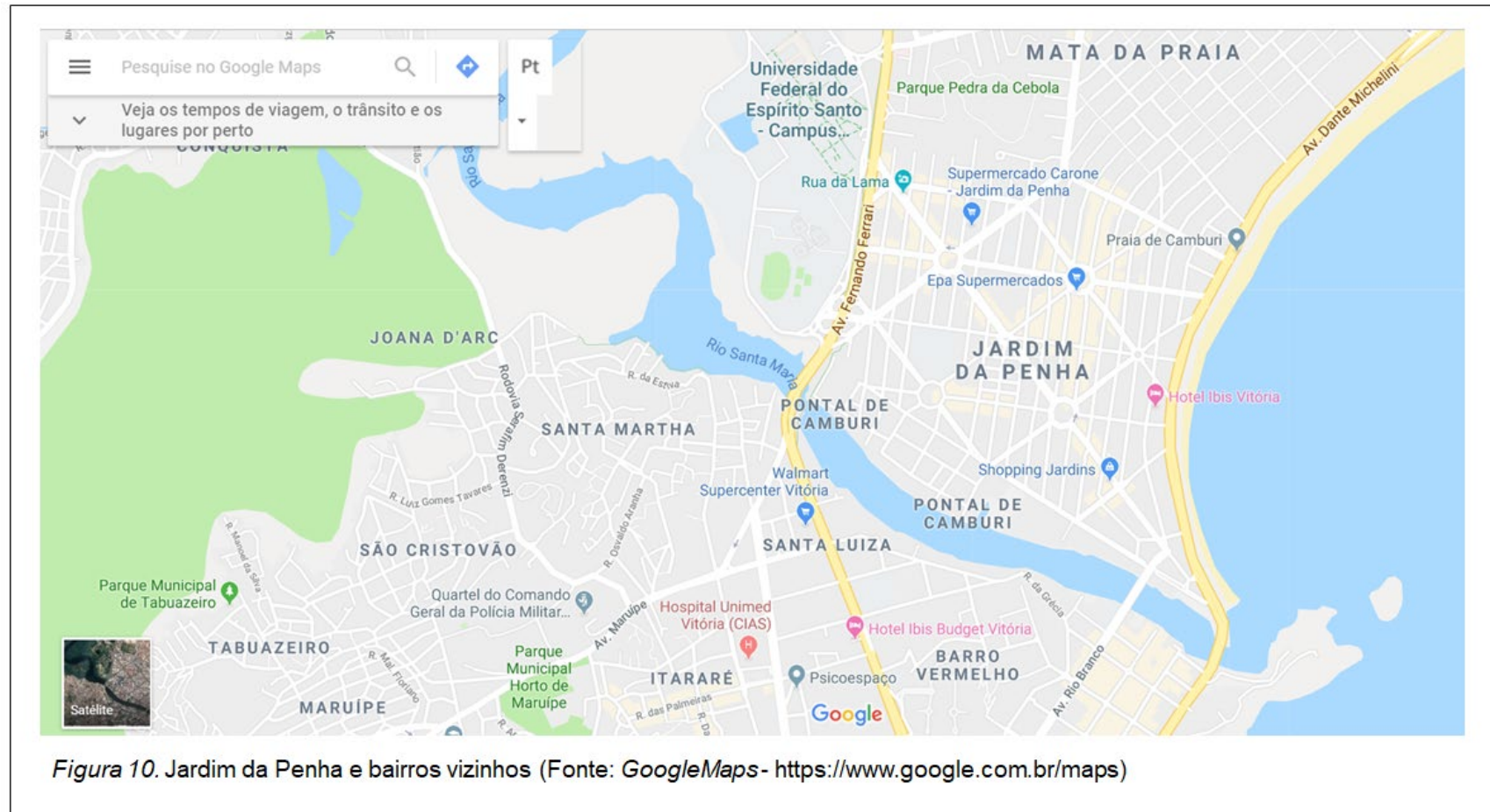
- Rosa, A. S. (2005). O impacto das imagens e a partilha social de emoções na construção da memória social: Uma chocante memória flash de massa do 11 de setembro até a guerra do Iraque. (V. Rosito, Trad.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 121-164). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Sá, C. [Carla] (2017, Abril 28). As ruas do medo em Jardim da Penha. *Gazeta online*. Recuperado de <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/04/as-ruas-do-medo-em-jardim-da-penha-1014049626.html>
- Sá, C. P. de. (1993). Representações sociais: O conceito e o estado atual da teoria. In M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 19-45). São Paulo: Brasiliense.
- Sá, C. P. de. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Sá, C. P. de. (2005). As memórias da memória social. In C. P. de Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 63-86). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Sá, C. P. de. (2007). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 290-295. doi: 10.1590/S0102-79722007000200015
- Sá, C. P. de. (2012). Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* [online] (ISBN 978-85-7982-060-1, pp. 46-57). Rio de

- Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601.pdf>
- Sá, C. P. de. (2015). *Estudos de psicologia social: história, comportamento, representações e memória*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sá, C. P. de, Menandro, P. R. M., & Naiff, L. A. M. (Orgs.). (2013). *Psicologia social e o estudo da memória histórica: O caso dos anos dourados no Brasil*. Curitiba: Appris.
- Sá, C. P. de. & Möller, R. C. (2012). A memória social de um crime e de uma pena de morte no Brasil império. *Psicologia e Saber Social*, 1(1), 66-84. doi: 10.12957/psi.saber.soc.2012.3246
- Sá, C. P. de, Vala, J., & Möller, R. C. (1996). Memória social, representações e atribuição causal: Um estudo comparativo sobre o quinto centenário de 1942. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 48(1), 03-19.
- Santos, M. F. S. (1994). Velhice: Uma questão psicossocial. *Temas de Psicologia*, 2(2), 123-131. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v2n2/v2n2a13.pdf>
- Santos, M. F. S., Novelino, A. M., & Nascimento, A. P. (2003). O mito da maternidade. Discurso tradicional sob roupagem modernizante? In A. S. P. Moreira & J. C. Jesuíno (Orgs.) *Representações sociais: Teoria e prática* (pp. 255-278). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Sawaia, B. B. (1995). O calor do lugar: Segregação urbana e identidade. *São em perspectiva*, 9(2), 20-24. Recuperado de <http://www4.pucsp.br/nexin/artigos/download/o-calor-do-lugar.pdf>

- Schäffer, B. (2003). *Generationen – Medien – Bildung: Medienpraxiskulturen im Generationenvergleich*. Opladen: Leske & Budrich.
- Schiavo, R. A. (2011). *Os redentoristas em tempos de aggiornamento: Um estudo sobre a pastoral missionária da província do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo* [Dissertação de Mestrado]. Recuperado de <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/2431>
- Siqueira, M. P. S. (2010). *Industrialização e empobrecimento urbano (2a ed). O caso da Grande Vitória*. Vitória, Grafitusa.
- Skinner, Q. (1996). *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, L., Wanderley, T. C., Ciscon-Evangelista, M. R., Bertollo-Nardi, M., Bonomo, M., & Barbosa, P. V. (2012). Representação social de capixaba: Identidade em processo. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 462-471. doi: 10.1590/S0102-71822012000200024
- Souza, L. G. S. (2012). *Profissionais de saúde da família e representações sociais do alcoolismo* (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo). Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3136>
- Trindade, Z., Santos, M. F. S., & Almeida, A. M. O. (2011). Ancoragem: Notas sobre consensos e dissensos. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 101-121). Brasília: Technopolitik.
- Triviños, A. N. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Editora Atlas.

- Tuan, Y. F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- Twigger-Ross, C. L. & Uzzell, D. L. (1996). Place-identity processes. *Journal of Environmental Psychology*, 16, 205-220. doi: 10.1006/jevp.1996.0017
- Valencia, P. (2005). Representações sociais e memória social: Vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In C. P. de Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (V. J. S. Clos, Trad.). (pp. 99-120). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Valentim, R. & Trindade, Z. A. (2011). Sobre Memória, Representação Social e Identidade Social: alguns aspectos teóricos. *Polis e Psique*, 1(2), 60-72. doi: 10.22456/2238-152X.21487
- Valentim, R., Trindade, Z. A., & Menandro, M. C. S. (2010). Memórias sociais de juventude entre quilombolas do norte do Espírito Santo. *Psicologia e Sociedade*, 22(2), 279-287. doi: 10.1590/S0102-71822010000200008
- Valera, S. & Pol, E. (1993). *El simbolisme a la ciutat – Funcions de l'espai simbòlic urbà* (Tese de doutorado, Universitat de Barcelona, Departament de Psicologia Social).
- Viaud, J. (2003). Mémoire collective, représentaciones sociales et pratiques sociales. *Connexions*, 80, 13-30.
- Weller, W. (2010). A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*, 25(2), 205-224. doi: 10.1590/S0102-69922010000200004

APÊNDICE 1 - MAPAS ILUSTRATIVOS DO BAIRRO JARDIM DA PENHA



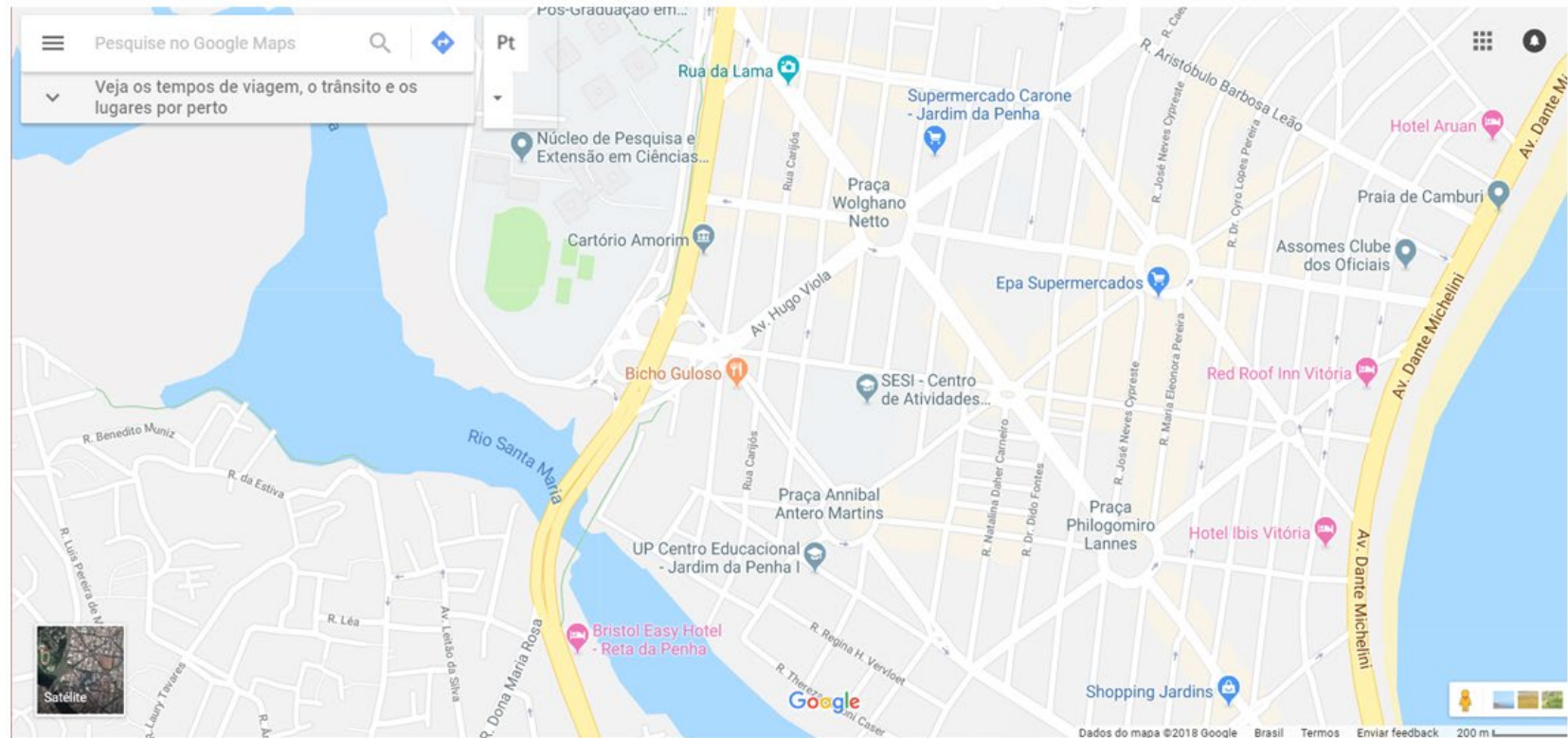
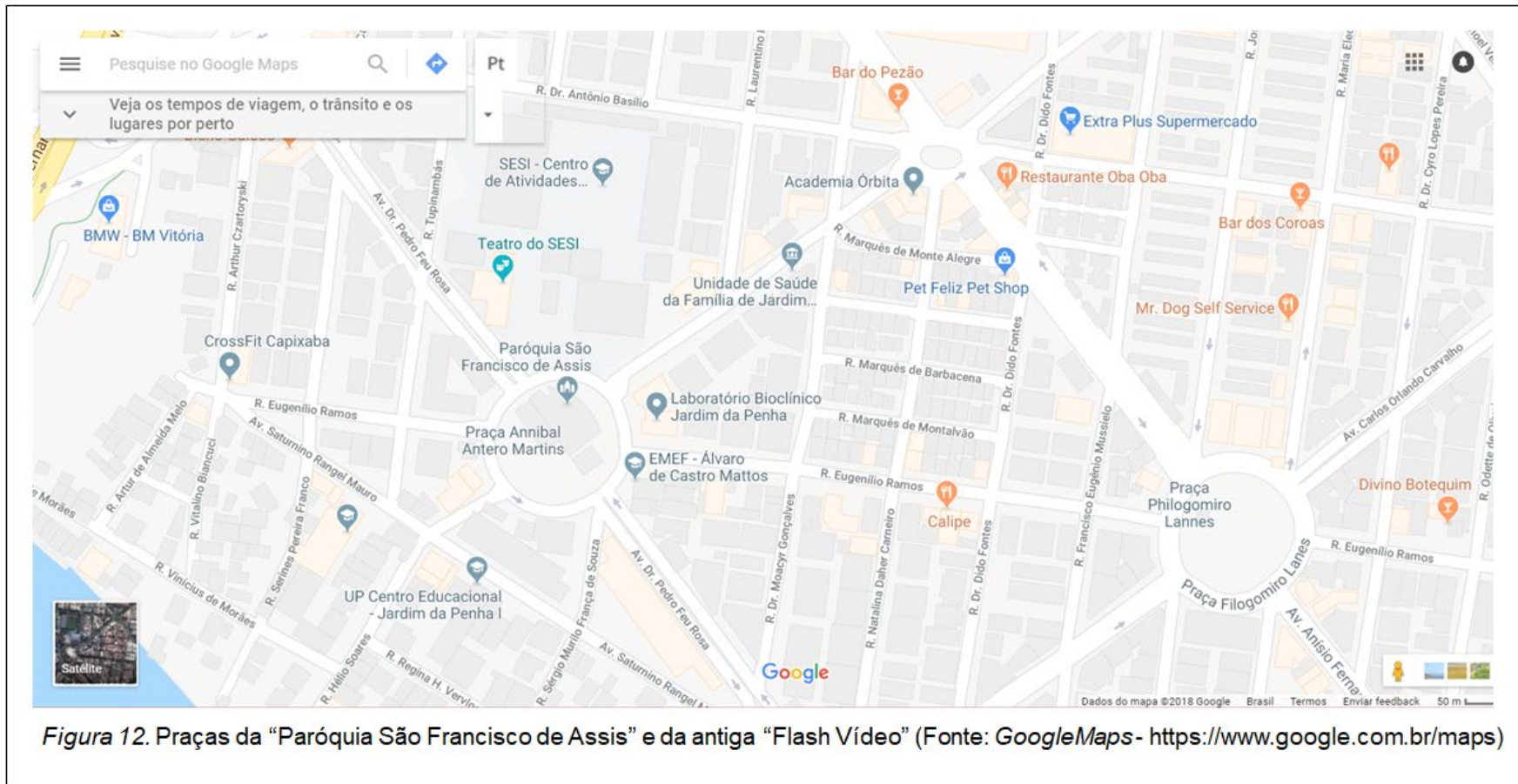


Figura 11. Quatro praças de Jardim da Penha em destaque (Fonte: GoogleMaps- <https://www.google.com.br/maps>)



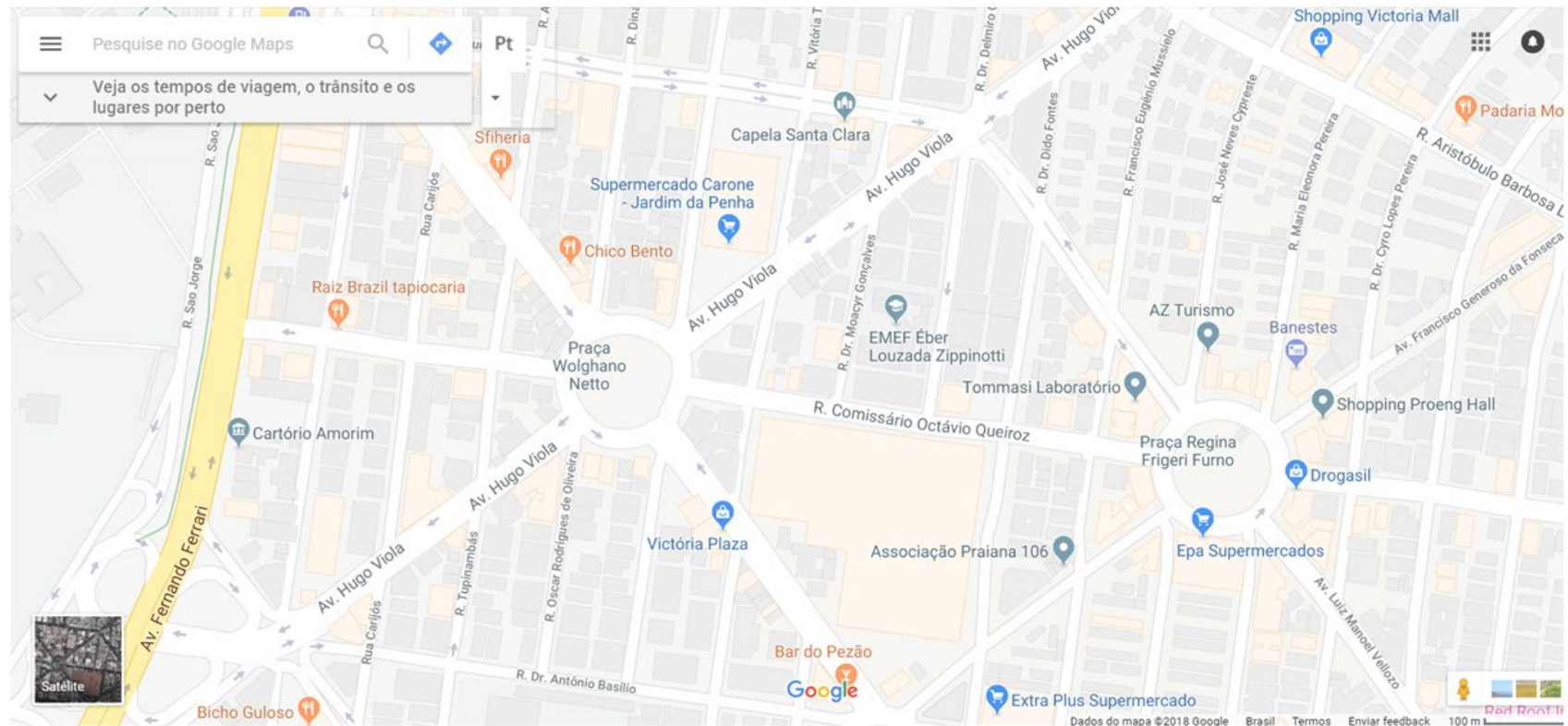
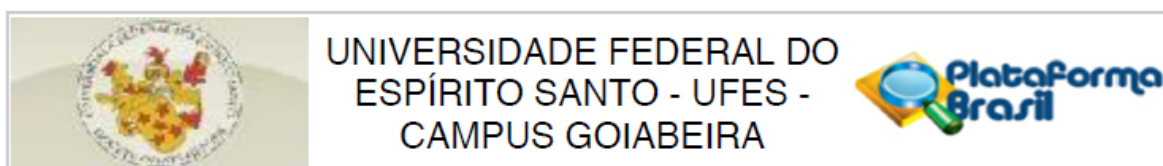


Figura 13. Praças do “Carone” e do “EPA” (Fonte: GoogleMaps - <https://www.google.com.br/maps>)

APÊNDICE 2 - AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Número do Parecer: 1.534.332

DADOS DO PARECER

Apresentação do Projeto:

A pesquisa tematiza a construção social e coletiva da memória dos habitantes de um bairro do município de Vitória-ES. A fundamentação teórica-conceitual baseia-se nos estudos da perspectiva psicossocial da memória. O objetivo geral desse trabalho é pesquisar a memória social sobre o bairro de Jardim da Penha do município de Vitória-ES, especificamente, no período de 1970-1980, e investigar sua ligação com a construção da identidade social urbana dos habitantes desse bairro.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral desse trabalho é pesquisar a memória social sobre o bairro de Jardim da Penha do município de Vitória-ES, especificamente, no período de 1970-1980, e investigar sua ligação com a construção da identidade social urbana dos habitantes desse bairro.

Objetivo Secundário:

Objetiva-se especificamente:- Comparar as lembranças dos moradores sobre a história do bairro com a historiografia oficial verificada nos documentos.- Identificar os aspectos psicossociais e os recursos socioculturais da construção coletiva das memórias sobre o bairro e dos processos de identificação social urbana.- Investigar a construção social das memórias das pessoas que não viveram no período de 1970-1980, mas que tiveram informações dessa época através de outros. – Conhecer como os indivíduos representam seu próprio território, a fim de refletir sobre os processos de identificação social urbana.- Compreender se a forma que os habitantes interpretam seu passado, interfere em seu posicionamento no presente e em suas estratégias para o futuro, relacionando o impacto dos processos de urbanização na construção da memória social e da identidade local.- Refletir sobre as possíveis relações entre as teorias de memória social, identidade social de lugar/identidade social urbana e representações sociais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis riscos desse estudo referem-se ao tempo que pode demandar a entrevista e, portanto, causar ansiedade e/ou constrangimentos. Por se tratar de um estudo sobre a memória social, cabe também prever a possibilidade das perguntas do questionário fazerem o participante reviver experiências que podem causar sofrimento psíquico. A pesquisadora declara que serão adotadas as providências cabíveis tais como: o direito a interrupção da participação do(a) voluntário(a) sem quaisquer prejuízos, a garantia de anonimato e o oferecimento de apoio psicológico e encaminhamento, se necessário.

Benefícios:

Abordar um tema significativo social e historicamente: a dimensão psicossocial no campo de estudos da memória social das cidades, relacionada às representações sócioespaciais de um passado compartilhado e às mudanças engendradas pelo processo de urbanização no presente.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.090-075

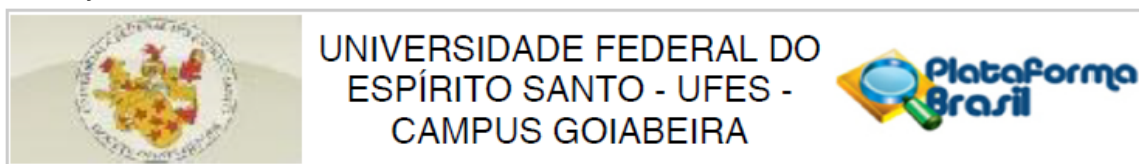
UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

Continuação do Parecer: 1.534.332



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta fundamentação teórico-metodológica e relevância científico e social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Com base legislação em vigor, Resolução 466/2012 CNS, foram analisados os seguintes documentos de apresentação obrigatória:

- 1) Folha de Rosto para pesquisa envolvendo seres humanos: adequado (com o carimbo)
- 2) Projeto de Pesquisa: Apresenta um projeto completo com toda sua estrutura básica e apresenta corpo teórico necessário como um dos componentes básicos de sustentação para uma pesquisa científica.
- 3) Termos de Consentimento Livre e Esclarecido: Esclarecemos que o TCLE, considerando o que determina a Resolução n. 466/12, deverá conter:
 - a) justificativa, objetivos e procedimentos;
 - b) explicitação dos possíveis desconfortos e riscos, dos benefícios e das providências e cautelas;
 - c) acompanhamento e assistência, durante e após encerramento e/ou interrupção da pesquisa;
 - d) garantia de plena liberdade à recusa ou retirada do consentimento, sem penalização
 - e) garantia de manutenção do sigilo e da privacidade;
 - f) garantia de recebimento de uma via do TCLE;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_661109.pdf	27/03/2016 11:29:34		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEsegundasubmissao.docx	27/03/2016 11:24:58	Priscila Silva de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoSegundaSubmissao.pdf	27/03/2016 10:52:22	Priscila Silva de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termodeconsentimentolivreeesclarecido.docx	20/03/2016 14:49:20	Priscila Silva de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodepesquisaPriscilaSilvadeOliveira.docx	20/03/2016 13:54:04	Priscila Silva de Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.090-075

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27) 3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa” (Resolução n. 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____, tendo sido convidado a participar como voluntário de um estudo sobre a memória social do bairro de Jardim da Penha do Município de Vitória-ES, recebi da Sra. Priscila Silva de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a investigar e a analisar a memória social do bairro de Jardim da Penha do município de Vitória-ES, especificamente, sobre as décadas de 1970 e 1980.
- Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: produção de artigos para publicação em revistas científicas; contribuições que permitam avanços teóricos e metodológicos para o estudo das cidades e; no nível da aplicação do conhecimento, fornecer subsídios para políticas públicas das cidades.
- Que o estudo será feito da seguinte maneira: com realização de entrevistas com trinta e sete habitantes do bairro de Jardim da Penha de Vitória-ES.
- Que participarei deste estudo, por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Minha colaboração será feita de forma anônima, incluindo entrevista concedida ao pesquisador, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização.
- Que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo e que a minha participação neste estudo não trará nenhum risco à minha saúde física ou mental.
- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

(Assinatura ou rubrica d(o,a) voluntári(o,a)
responsável legal)

Responsável pela pesquisa
PPGP-UFES

Endereço do responsável pela pesquisa: Instituição: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Endereço: Av. Fernando Ferrari, n. 514, Goiabeiras, Vitória, ES. CEP 29075-910. Telefone para contato: (27) 4009-2501.

APÊNDICE 4 – ROTEIRO 1 DE ENTREVISTA DAS MEMÓRIAS HISTÓRICAS**ORAIS - INSTITUIÇÃO ASSOCIAÇÃO PRAIANA OU CLUBE 106****PRIMEIRA PARTE: Caracterização dos Participantes**

1. Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos
2. Sexo: _____
3. Escolaridade: _____
4. Cidade em que nasceu: _____
5. Profissão: _____
6. Estado Civil: _____
7. Há quanto tempo reside no bairro de Jardim da Penha?

SEGUNDA PARTE: Sobre o processo histórico de urbanização de Vitória-ES e do bairro de Jardim da Penha

1. Como era a cidade de Vitória-ES nas décadas de 1970 e 1980?
2. E nesse mesmo período, como eram os municípios vizinhos (Cariacica, Vila Velha e Serra)?
3. Algumas matérias do jornal *A Gazeta*, da época, faziam menção à unificação dos municípios de Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória na Grande Vitória. Que debates eram esses? Você tem alguma memória sobre isso?
4. Quanto à Jardim da Penha, como foi a história de formação do bairro?
5. Nessas décadas de 1970 e 1980, em Vitória-ES, quais eram os melhores bairros para morar? Por que você os considerava melhores?
6. E quais eram os piores bairros? Por que você os considerava piores?
7. Como era o transporte urbano no bairro de Jardim da Penha nesse período? Tinha ônibus? E como eram as ruas?
8. Nos jornais da época, é possível identificar notícias com pautas referentes à luta pelo transporte urbano. Inclusive, em Vila Velha, ocorreu a mobilização em torno dessa pauta. Como isso ocorreu em Jardim da Penha?

9. Nos jornais desse período, também existiam muitas menções com relação ao problema da coleta do lixo, ao preço da taxa de esgoto, aos excessos de lombadas. O que você lembra disso?
10. Na sua opinião, quais foram as mudanças geradas pela instalação das grandes empresas (CVRD, CST e Porto de Tubarão) na cidade?
11. O que você se recorda sobre o processo de urbanização de Vitória-ES? Como Jardim da Penha inseriu-se nesse cenário?
12. O capital imobiliário influenciou a urbanização do bairro de Jardim da Penha, nas décadas de 1970 e 1980?
13. Jornais da década de 1980, noticiavam um aumento da violência, em Vitória-ES. Isso atingiu Jardim da Penha?
14. Quais eram os bairros de maior índice de ocorrências de violência naquela época? Quais eram os bairros mais tranquilos?
15. Quais eram as intervenções da Prefeitura Municipal de Vitória no bairro de Jardim da Penha nas décadas de 1970 e 1980?
16. Quem eram os moradores de Jardim da Penha na década de 1970?
17. Quem eram os moradores de Jardim da Penha na década de 1980?
18. Nessas duas décadas de 1970 e 1980, ocorreu algum evento que tenha sido significativo/marcante para o bairro de Jardim da Penha? Se sim, qual foi?

TERCEIRA PARTE: Sobre a Associação Praiana ou Clube 106 de Jardim da Penha

1. O Clube 106 é o local de sociabilidade mais antigo do bairro. Qual a história de formação do Clube 106? Como surgiu a ideia de criar o Clube?
2. Qual era a intenção para a sua criação?
3. Uma matéria do site *Jardim da Penha Online* relata que foram 13 mulheres, moradoras do bairro que buscaram recursos para a construção do Clube. Como foi esse processo?

4. Aconteciam churrascos e serestas em uma choupana de palha para arrecadar dinheiro para a construção do Clube? Você lembra-se desses eventos?
5. O Clube 106 integrava os moradores do bairro?
6. Como ficou a questão da propriedade do Clube? Os moradores tinham ações? Como era isso?
7. Quem administrava o Clube? Existia algum tipo de eleição?
8. A Associação Pariana foi baseada em algum Clube da época? Existia uma referência de Clube que foi utilizada?
9. Depois de construído, quais eram os usos dados ao Clube 106?
10. O Clube 106 integrava os moradores do bairro?
11. Em Jardim da Penha de 1970 existiam grupos como maçonaria, igreja, partidos. No site da loja maçônica, é possível identificar que as primeiras reuniões deles se deram no Clube 106. O local era aberto a todos os grupos do bairro?
12. Existiu uma tentativa de criar uma associação de moradores pelos integrantes do Clube 106?
13. E Ocorreu uma tentativa de criar uma associação de moradores antes da AMJAP, advinda de grupos externos ao 106?
14. A Comunidade Religiosa Católica de Jardim da Penha chegou a utilizar o Clube 106 como um espaço para algumas das atividades da Igreja?
15. Sobre os eventos do Clube, quais eram os mais conhecidos?
16. Na década de 1980, chegaram muitas pessoas para morar no bairro. O Clube 106 teve alguma atuação para receber esses novos moradores?
17. Como era a relação do Clube 106 e a AMJAP?
18. Como surgiu o bloco carnavalesco *Segura o Copo*? E, anos depois, como surgiu o bloco *Tô bebo*?
19. O Clube 106 integrava os moradores do bairro?

APÊNDICE 5 – ROTEIRO 2 DE ENTREVISTA DAS MEMÓRIAS HISTÓRICAS**ORAIS - INSTITUIÇÃO COMUNIDADE RELIGIOSA****PRIMEIRA PARTE: Caracterização dos Participantes**

1. Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos
2. Sexo: _____
3. Escolaridade: _____
4. Cidade em que nasceu: _____
5. Profissão: _____
6. Estado Civil: _____
7. Há quanto tempo reside no bairro de Jardim da Penha?

SEGUNDA PARTE: Sobre o processo de urbanização de Vitória-ES e do bairro de Jardim da Penha

1. Como era a cidade de Vitória-ES nas décadas de 1970 e 1980?
2. E nesse mesmo período, como eram os municípios vizinhos (Cariacica, Vila Velha e Serra)?
3. Algumas matérias do jornal *A Gazeta*, da época, faziam menção à unificação dos municípios de Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória na Grande Vitória. Que debates eram esses? Você tem alguma memória sobre isso?
4. Quanto à Jardim da Penha, como foi a história de formação do bairro?
5. Nessas décadas de 1970 e 1980, em Vitória-ES, quais eram os melhores bairros para morar? Por que você os considerava melhores?
6. E quais eram os piores bairros? Por que você os considerava piores?
7. Como era o transporte urbano no bairro de Jardim da Penha nesse período? Tinha ônibus? E como eram as ruas?
8. Nos jornais da época, é possível identificar notícias com pautas referentes à luta pelo transporte urbano. Inclusive, em Vila Velha, ocorreu a mobilização em torno dessa pauta. Como isso ocorreu em Jardim da Penha?
9. Nos jornais desse período, também existiam muitas menções com relação ao problema da coleta do lixo, ao preço da taxa de esgoto, aos excessos de lombadas. O que você lembra disso?

10. Na sua opinião, quais foram as mudanças geradas pela instalação das grandes empresas (CVRD, CST e Porto de Tubarão) na cidade?
11. O que você se lembra sobre o processo de urbanização de Vitória-ES? Como Jardim da Penha inseriu-se nesse cenário?
12. O capital imobiliário influenciou a urbanização do bairro de Jardim da Penha, nas décadas de 1970 e 1980?
13. Jornais da década de 1980, noticiavam um aumento da violência, em Vitória-ES. Isso atingiu Jardim da Penha?
14. Quais eram os bairros de maior índice de ocorrências de violência naquela época? Quais eram os bairros mais tranquilos?
15. Quais eram as intervenções da Prefeitura Municipal de Vitória no bairro de Jardim da Penha nas décadas de 1970 e 1980?
16. Quem eram os moradores de Jardim da Penha na década de 1970?
17. Quem eram os moradores de Jardim da Penha na década de 1980?
18. Nessas duas décadas de 1970 e 1980, ocorreu algum evento que tenha sido significativo/marcante para o bairro de Jardim da Penha? Se sim, qual foi?

TERCEIRA PARTE: Sobre a Igreja Católica de Jardim da Penha

1. A igreja de Jardim da Penha surgiu na década de 1980. Qual ou quais igreja(s) os moradores de Jardim da Penha frequentavam antes disso?
2. A comunidade de Jardim da Penha era ligada à Paróquia da Ressurreição. Como era a relação entre a paróquia e a comunidade?
3. De acordo com os livros de tombo da Igreja, a comunidade de Jardim da Penha fazia parte da Paróquia de Goiabeiras. Nessa Paróquia, existia uma preocupação grande com os assuntos do bairro e da realidade mais pobre. Qual era o papel da igreja nos assuntos do bairro de Jardim da Penha? Existia a influência da igreja nos assuntos 'mundanos'?
4. Qual foi o papel da igreja nas questões do bairro?
5. Em Goiabeiras, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S) eram muito atuantes. O que você lembra sobre isso?
6. Existia alguma experiência das CEB's em Jardim da Penha? Se sim, como era a atuação da CEB's?

7. Havia uma divergência entre a Renovação Carismática e as pessoas mais engajadas nos assuntos da comunidade ou de CEB's?
8. O que você lembra sobre uma mudança com a troca de bispos (Dom João Batista da Mota e Albuquerque por Dom Silvestre Scandian)?
9. Segundo uma matéria, da época, do Jornal, *A Gazeta*, após um culto na igreja, membros da Comunidade Religiosa foram para a escola discutir a instalação de usinas nucleares no Brasil. Você teria alguma lembrança desse episódio?
10. Temas como o petróleo, empresas estatais, dívida externa ou energia nuclear eram discutidas pela igreja?
11. Depois que surgiu a paróquia São Francisco de Assis o que mudou?

APÊNDICE 6 – ROTEIRO 3 DE ENTREVISTA DAS MEMÓRIAS HISTÓRICAS**ORAIS – INSTITUIÇÃO AMJAP****PRIMEIRA PARTE: Caracterização dos Participantes**

1. Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos
2. Sexo: _____
3. Escolaridade: _____
4. Cidade em que nasceu: _____
5. Profissão: _____
6. Estado Civil: _____
7. Há quanto tempo reside no bairro de Jardim da Penha?

SEGUNDA PARTE: Sobre o processo de urbanização de Vitória-ES e do bairro de Jardim da Penha

1. Como era a cidade de Vitória-ES nas décadas de 1970 e 1980?
2. E nesse mesmo período, como eram os municípios vizinhos (Cariacica, Vila Velha e Serra)?
3. Algumas matérias do jornal *A Gazeta*, da época, faziam menção à unificação dos municípios de Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória na Grande Vitória. Que debates eram esses? Você tem alguma memória sobre isso?
4. Quanto à Jardim da Penha, como foi a história de formação do bairro?
5. Nessas décadas de 1970 e 1980, em Vitória-ES, quais eram os melhores bairros para morar? Por que você os considerava melhores?
6. E quais eram os piores bairros? Por que você os considerava piores?
7. Como era o transporte urbano no bairro de Jardim da Penha nesse período? Tinha ônibus? E como eram as ruas?
8. Nos jornais da época, é possível identificar notícias com pautas referentes à luta pelo transporte urbano. Inclusive, em Vila Velha, ocorreu a mobilização em torno dessa pauta. Como isso ocorreu em Jardim da Penha?
9. Nos jornais desse período, também existiam muitas menções com relação ao problema da coleta do lixo, ao preço da taxa de esgoto, aos excessos de lombadas. O que você lembra disso?

10. Na sua opinião, quais foram as mudanças geradas pela instalação das grandes empresas (CVRD, CST e Porto de Tubarão) na cidade?
11. O que você se recorda sobre o processo de urbanização de Vitória-ES? Como Jardim da Penha inseriu-se nesse cenário?
12. O capital imobiliário influenciou a urbanização do bairro de Jardim da Penha, nas décadas de 1970 e 1980?
13. Jornais da década de 1980, noticiavam um aumento da violência, em Vitória-ES. Isso atingiu Jardim da Penha?
14. Quais eram os bairros de maior índice de ocorrências de violência naquela época? Quais eram os bairros mais tranquilos?
15. Quais eram as intervenções da Prefeitura Municipal de Vitória no bairro de Jardim da Penha nas décadas de 1970 e 1980?
16. Quem eram os moradores de Jardim da Penha na década de 1970?
17. Quem eram os moradores de Jardim da Penha na década de 1980?
18. Nessas duas décadas de 1970 e 1980, ocorreu algum evento que tenha sido significativo/marcante para o bairro de Jardim da Penha? Se sim, qual foi?

TERCEIRA PARTE: Sobre a Associação de Moradores de Jardim da Penha (AMJAP)

1. Qual a história da formação da AMJAP? O que você lembra sobre isso?
2. A Associação de Moradores surgiu apenas em 1984. Antes disso, existia alguém ou grupos que assumia(m) de modo ativista as demandas do bairro?
3. Quais eram as principais lideranças da AMJAP?
4. Quais eram as preocupações da AMJAP?
5. Quais foram as principais conquistas da Associação?
6. Berredo de Menezes foi prefeito de Vitória no início das atividades da AMJAP. Nessa época, você viu nisso uma boa relação do município com a Associação. O que você se lembra a respeito disso?
7. No final de 1980, surgiu um nome político, Otaviano de Carvalho. Quem era ele? O que ele fazia pelo bairro? Como ele se tornou conhecido?

8. Nas décadas de 1970 e 1980, existiu um movimento reivindicatório urbano e coletivo que surgiu em função de demandas específicas ligadas aos problemas do bairro de Jardim da Penha. O que se reivindicava?
9. Ainda sobre esse movimento reivindicatório urbano e coletivo, a partir da década de 1990, ocorreu um processo de desmobilização. Quais fatores você atribui a essa desmobilização da comunidade de Jardim da Penha?
10. Como era o transporte urbano no bairro de Jardim da Penha nas décadas de 1970 e 1980? Tinham ônibus? E como eram as ruas nesse período?
11. Nos jornais da época (1970-1980), é possível identificar notícias com pautas referentes à luta pelo transporte urbano. Inclusive, em Vila Velha, ocorreu a mobilização em torno dessa pauta. Como isso ocorreu em Jardim da Penha?
12. Nos jornais desse período (1970-1980), também existiam muitas menções com relação ao problema da coleta do lixo, ao preço da taxa de esgoto, aos excessos de lombadas. O que você lembra disso?
13. A década de 1990 marcou o crescimento do bairro de Jardim da Penha, mas o que mudou? Qual o papel e atuação da Associação de Moradores (AMJAP) nesse cenário de crescimento do bairro? E Qual foi o papel e atuação da prefeitura nesse mesmo contexto e período? Quais eram as lideranças da AMJAP?
14. Os jornais da AMJAP faziam menção a “espigão”? Você sabe o que era o espigão? O que você achava disso? Qual era o papel da AMJAP nesse debate?
15. Nas décadas de 1970 e 1980, Jardim da Penha era um bairro com pessoas articuladas à política?
16. Existia alguma articulação política da AMJAP com políticos, instituições, etc?
17. Foi importante para o bairro ter representantes na política estadual?

APÊNDICE 7 - ROTEIRO DE ENTREVISTA DA MEMÓRIA GERACIONAL

PRIMEIRA PARTE: Caracterização dos Participantes

1. Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos
2. Sexo: _____
3. Escolaridade: _____
4. Cidade em que nasceu: _____
5. Profissão: _____
6. Estado Civil: _____
7. Com relação à sua religião / doutrina / crença, você considera-se: _____. É praticante ou não praticante?
8. Qual o número de membros da sua família?
9. Quanto é sua renda familiar (a soma de todos que vivem na sua casa, incluindo você)?
10. Há quanto tempo reside no bairro de Jardim da Penha?
11. Onde você mora em Jardim da Penha?
12. Você já morou em outros endereços, bairros e/ou cidades? Se sim, quais foram?

SEGUNDA PARTE: Termos de Associação ou Evocação Livre de Palavras

A respeito das expressões abaixo complete-as citando as cinco primeiras coisas que lhe vêm a cabeça sobre

1. JARDIM DA PENHA:

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____
- 5) _____

Qual delas você considera a mais importante?

Por que você considera essa palavra ou expressão como a mais importante?

2. JARDIM DA PENHA ANTIGAMENTE:

1) _____

2) _____

3) _____

4) _____

5) _____

Qual delas você considera a mais importante?

Por que você considera essa palavra ou expressão como a mais importante?

3. HOJE JARDIM DA PENHA É:

1) _____

2) _____

3) _____

4) _____

5) _____

Qual delas você considera a mais importante?

Por que você considera essa palavra ou expressão como a mais importante?

4. MORADOR DE JARDIM DA PENHA É:

1) _____

2) _____

3) _____

4) _____

5) _____

Qual delas você considera a mais importante?

Por que você considera essa palavra ou expressão como a mais importante?

5. SÃO ATIVIDADES COMUNS DE QUEM MORA EM JARDIM DA PENHA:

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____
- 5) _____

Qual delas você considera a mais importante?

Por que você considera essa palavra ou expressão como a mais importante?

TERCEIRA PARTE: Questões Abertas Semiestruturadas

Características do bairro de Jardim da Penha no passado e no presente; sobre as características dos moradores do bairro de Jardim da Penha no passado e nos dias de hoje.

- 1) Quais eram as características do bairro de Jardim da Penha no passado?
- 2) Quais eram as características dos moradores do bairro de Jardim da Penha no passado?
- 3) Quais as características do bairro no presente?
- 4) Quais as características dos moradores do bairro nos dias de hoje?
- 5) Como era a praia no passado?
- 6) Quantos onibus passavam? Que hotéis existiam? Restaurantes?
- 7) Antigamente era possível fazer tudo o que precisava dentro do Bairro?
- 8) Você conhece a história de formação do bairro? Se sim, poderia contar como foi?
- 9) Você acredita que a política influenciou na constituição do bairro? Qual outra instituição pode ter influenciado para a formação do bairro?

Elementos descritivos do bairro e dos moradores

- 10) O quanto dessa descrição dos moradores de Jardim da Penha também descreve você?
- 11) O que você vê de diferença entre os moradores de Jardim da Penha e os moradores de outros bairros de Vitória-ES?
- 12) Você acredita que, hoje, existem mais pessoas que desejam sair de Jardim da Penha ou mudar para Jardim da penha?
- 13) Morando em Jardim da Penha, teve ou tem algum projeto de mudar para outro bairro? Se sim, por que?
- 14) Por qual motivo você foi morar em Jardim da Penha?

Elementos visuais e materiais do bairro

- 15) Que lugares em Jardim da Penha você mais frequenta?
- 16) Quais pontos do bairro são mais relevantes (importantes) para você?
- 17) No que diz respeito à mobilidade, quando você circula pelo bairro, qual meio de transporte você mais utiliza?
- 18) Sobre as ruas e construções do bairro, o que tem a dizer?

Elementos sociais e de interação

- 19) Você conhece seus vizinhos?
- 20) O que você tem a dizer sobre locais de lazer do bairro de Jardim da Penha? Quais locais de lazer você faz uso e com que frequência?
- 21) Você considera que há espaços de encontros entre as pessoas no bairro de Jardim da Penha? _____. Se sim, quais você destacaria?
- 22) O que você tem a dizer sobre o comércio do bairro de Jardim da Penha?
- 23) A maior parte dos seus amigos mora hoje em Jardim da Penha?
- 24) O que você acha de Jardim da Penha em termos de política?

Elementos de gosto e preferência

25) O que você mais gosta no bairro de Jardim da Penha?

26) O que você não gosta no bairro de Jardim da Penha?

27) Se você pudesse, o que você mudaria no bairro de Jardim da Penha?

28) Na sua opinião, o que mais chama a atenção no bairro de Jardim da Penha?